



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA



ESTUDO TÉCNICO 01/2025

**Indicadores Socioeconômicos e Ambientais do Estado:
Prestação de Contas do Governo do Estado 2024**

Setembro/2025



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Espaço Cidadania Digital - ECD

Estudo Técnico ECD nº 01/2025

Estudo Técnico de Indicadores Socioeconômicos e Ambientais do Estado:

Prestação de Contas do Governo do Estado 2024

Setembro/2025





Presidente do TCE/PB

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Diretoria Geral (DIREG)

Severino Claudino Neto

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)

Ed Wilson Fernandes de Santana

Coordenação do Trabalho - Espaço Cidadania Digital (ECD)

André Agra Gomes de Lira

Auditor de Controle Externo TCE/PB

Colaboração

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB

Miguel de Oliveira Silva

Estagiário de Engenharia Civil TCE/PB UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau

Revisão e Edição

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB

Arte da Capa

Amanda Duarte Oliveira

Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário de João Pessoa - Unipê



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, FROTA, PIB, RENDA E TRABALHO	16
2.1. População, PIB e Renda	16
2.2. Trabalho - Empregos formais	25
2.3 - Programas Sociais	31
3. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO	35
3.1. Indicadores Gerais da Educação	35
3.2. Indicadores do Ensino Médio	44
3.3. Taxa de Adequação de Formação Docente - Ensino Médio	46
3.4. Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono	48
4. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE	51
4.1. Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica	51
4.2. Vacinações - Imunizações	51
4.3. Casos de Arboviroses	53
4.4. Mortalidade Materna	54
4.5. Casos de HIV	56
4.6. Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	57
4.7. Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não-transmissíveis (DCNT)	58
4.8. Leitos Cirúrgicos	58
4.9. Leitos Clínicos	58
5. INDICADORES-CHAVES DA PRIMEIRA INFÂNCIA	58
6. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	63
6.1. Polícia Militar	74
6.2. Crimes contra a Pessoa	76
6.3. Violência contra a Mulher	81
6.4. Segurança Viária	89
6.5. Crimes contra o Patrimônio	91
6.6. Apreensão de entorpecentes	93
6.7. Elucidação e Tipos de Prisão	93
6.8. Sistema Penitenciário	94
7. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO	98
8. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE	108
8.1. Setor agropecuário	120
8.2. Energia	120
8.3. Mudanças de Uso da Terra e Florestas	121
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122

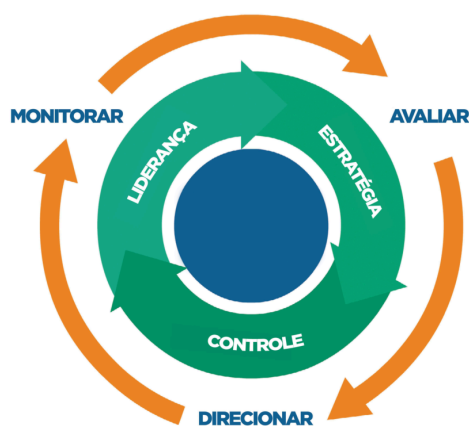
1. INTRODUÇÃO

Há uma tendência, ainda que incipiente, de entender que a atuação do controle externo deve se expandir além da fiscalização meramente formal dos gastos, da sua contabilização tradicional e da busca por inconformidades, e contemplar a avaliação da qualidade, do resultado e dos impactos das políticas públicas na sociedade, como também, a qualidade da despesa pública.

Importante ressaltar que vivemos em um cenário de alterações climáticas e avanços tecnológicos, no qual as políticas públicas, suas metas, suas intervenções, desde os seus empreendimentos, projetos, programas e até a regulamentação das atividades podem provocar impactos sociais, econômicos e ambientais consideráveis, positiva ou negativamente, e isso não deve passar despercebido pelo olhar do Controle Externo.

Para tanto, **analisar e mensurar** as práticas de Governança e de Gestão Pública, considerando-as fundamentais à administração das organizações governamentais e à busca pela eficiência, transparência e responsabilidade no setor público, torna-se algo estratégico mas notadamente desafiador. E não é a pretensão desse estudo abranger o objeto a esse nível de amplitude, o que se busca é dar os primeiros passos para iniciar um processo de aproximação do tema.

Figura 1.a - Governança Pública



Fonte: <https://quemterepresenta.com.br/capacitacao-na-gestao-publica/>

No que se refere à **busca por Gestão de Resultados** na gestão pública, segundo Abrucio, “essa é a principal **arma em prol da efetividade das políticas públicas**”. Para tanto, é **preciso orientar a administração pública através de metas e indicadores**. Embora estes já tenham sido introduzidos em algumas experiências brasileiras, o seu uso ainda é bem restrito, pouco conhecido do público e, pior, de pequena assimilação junto à classe política”¹.

¹ <https://essentialidea.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ares.pdf>

Notar que o **princípio da eficiência deve ser obedecido por toda Administração Pública, como determinado no art. 37 da Constituição Federal**. Nesse sentido, o princípio impõe uma atuação pautada, com foco na produção de "resultados favoráveis à consecução dos fins que cabem ao Estado alcançar".

O princípio da eficiência pode ser percebido também como uma exigência inerente a toda atividade pública. Se entendermos a atividade de gestão pública como atividade necessariamente racional e instrumental, voltada a serviço público, na justa ponderação das necessidades coletivas, temos de admitir como inadmissível juridicamente o comportamento administrativo negligente, contraproducente, ineficiente (2001 apud ARAGÃO 2009, p.37/38 - Regulação do Saneamento Básico, ARESPCJ. Editora Essencial)².

E essa eficiência só tem sentido se houver parâmetros claros para a aferição, ou seja, uma parametrização construídas por indicadores confiáveis.

Esses passos tendem, pois, a se aproximar de uma visão que permita uma avaliação das políticas públicas, da sua geração de valor e comparativos (VfM - *Value for Money*)³, dos benefícios na vida dos cidadãos, da sua função social, algo que vai além do apontamento de inconformidades, muitas vezes de natureza formal. Uma mudança de paradigma que pode, inclusive vir fortalecer o próprio sistema dos Tribunais de Contas, conforme prescrevem e almejam as Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público - NBASP-12⁴. Por outro lado, entendemos que ao direcionarmos, também, o nosso olhar para a *eficiência* das gestões municipais por intermédio de indicadores, poderia haver um incentivo para que a própria gestão e o controle social passem a adotar uma sistemática de medição de desempenho a partir de *indicadores-chaves* (KPI - *Key Performance Indicator*) de forma mais transparente e orientativa.

É necessário que seja observado se essas *metas de eficiência* e de *performance* estão de fato materializadas e explicitamente presentes nos instrumentos de planejamento público, em especial, no PPA (Plano Plurianual - **programação para 4 anos**), LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias - **metas para o ano**) e LOA (Lei Orçamentária Anual - **recursos para o ano**), nos planos setoriais, temáticos e estratégicos, bem como a partir do compromisso firmado pelo Estado brasileiro com a declaração dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** em setembro de 2015, a chamada Agenda 2030⁵, a qual contém objetivos e metas para este fim.

² <https://essentialidea.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ares.pdf>.

³ Value for Money é baseado em uma avaliação que compara os custos ou pagamentos a serem feitos pelo poder público para construir e operar um projeto sob diferentes métodos de contratação.

⁴ O TCU (2009) entende que indicadores de desempenho é uma métrica que disponibiliza informações sobre o desempenho do objetivo de um programa, política social ou projeto, bem como descreve, explica ou prevê algo, e será o termômetro da ação pública executada. Enquanto Coelho et al., (2008) afirmam que os indicadores são essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação da gestão, que permitem identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidade de mudanças ou manutenção da coisa pública.

⁵ ONU, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, New York, 2015.



Para maiores informações sobre a Agenda 2030, o Governo Federal disponibilizou uma cartilha, que pode ser acessada através do link << <https://heyzine.com/flip-book/513d2db71b.html#page/1> >>.

Figura 1.b - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Plataforma Agenda 2030

No final de 2023 o Presidente da República anunciou, no discurso de abertura da ONU, a criação do **novo ODS, com proposta de igualdade étnico-racial**, focando na integração dos povos indígenas, afrodescentes e grupos populacionais afetados por múltiplas formas de discriminação. A criação desta proposta é de extrema importância, pois a população negra e os povos indígenas tem menores oportunidades de ascensão social devido a discriminação e à exclusão. As metas preliminares estão dispostas no relatório divulgado pelo governo federal, no link a seguir << <https://heyzine.com/flip-book/55bb4d5a81.html#page/1> >>.

Figura 1.c - ODS 18: Igualdade étnico-racial



Fonte: Google Imagens

Sob essa perspectiva, o **Espaço Cidadania Digital - TCE PB** se propôs a elaborar esse estudo para levantar os resultados dos principais indicadores socioeconômicos e ambientais, assim como os ODS (a partir do Índice de Cidades Sustentáveis - IDSC), do Estado da Paraíba para subsidiar a prestação de Contas do Governo do Estado de 2023 e 2024.

Neste capítulo serão analisados **indicadores socioeconômicos, ambientais, entre outros, do Estado da Paraíba** selecionados a partir de fontes oficiais, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), Paraíba pela Paz, Portais de Transparência, o Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre outras, nas áreas de população, trabalho, renda, educação, saúde, segurança pública e meio ambiente, inclusive saneamento básico, com o objetivo de avaliar a qualidade e os resultados da gestão estadual na vida da população paraibana, contextualizando-os com indicadores nacionais e de estados similares socioeconomicamente.

Para os **Indicadores da Saúde**, foram utilizados a plataforma do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, além de consultas e diligências às referidas secretarias responsáveis.

Os **indicadores-chaves de população, renda e trabalho** tiveram como fontes principais os dados do Novo CAGED, IBGE e SAGRES (Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade) - TCE/PB. No que se refere à **Educação**⁶, foram utilizados como fontes o Censo Escolar - Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Plataforma QEDU⁷, entre outros. Apesar de ter havido queda no analfabetismo em 2023, a Paraíba é o 3º estado da federação com maior taxa de analfabetismo (13,6%), ficando atrás dos estados do Alagoas (14,2%) e Piauí (13,3%), continuando mais alto em **idosos, pretos e pardos**⁸.

Segundo a plataforma PNAD Contínua, o analfabetismo no Brasil diminuiu de 6,1% em 2019 para 5,4% em 2023 (últimos dados liberados na plataforma foram deste referido ano), mas ainda temos 11,4 milhões de analfabetos e analfabetas no país. Neste mesmo ano o Nordeste tinha a taxa mais alta (11,2%) e o Sul, a mais baixa (2,8%).

Em maio de 2025, foi divulgado dados do **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)**, segundo o qual 29% da população se encaixa nesse quesito. O maior percentual se encontra na

⁶Também foram utilizados dados da plataforma QEDU e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

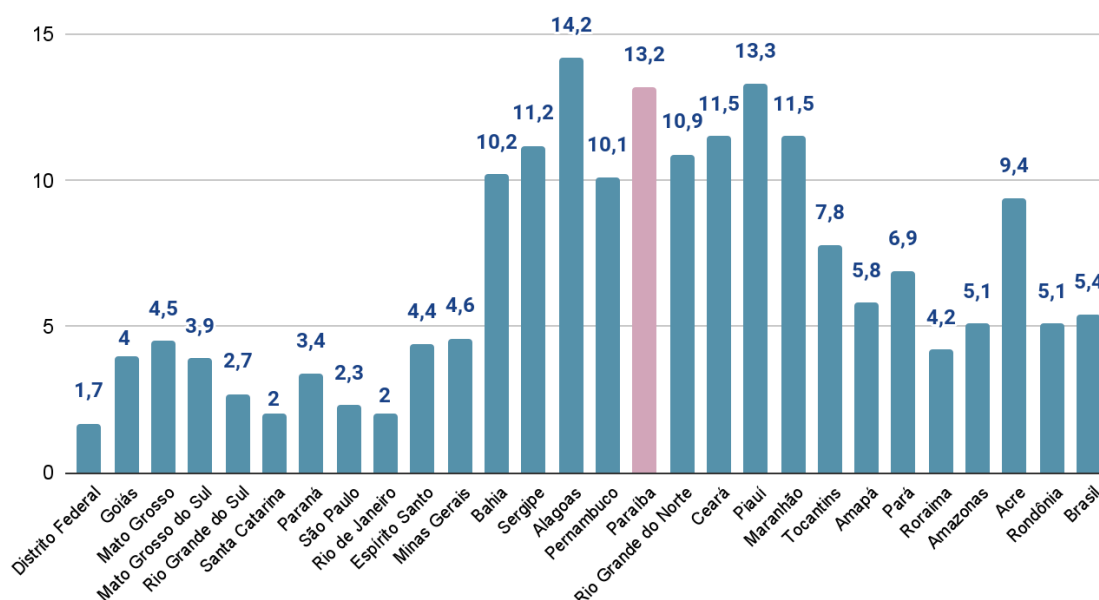
⁷ <https://qedu.org.br/>

⁸<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20recuou.%2C8%25%20para%20o%20Sudeste.>



faixa de 40 a 64 anos, atingindo 51% e somente 31% das pessoas que se autodenominam pardos e pretos são alfabetizados consolidados no país⁹.

Gráfico 1.a - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) em 2023



Fonte: Painel IBGE - PNAD Contínua: <https://painel.ibge.gov.br/pnad/> (gráfico elaborado pelo ECD)

Importante enfatizar, conforme comentamos nos dois últimos estudos de indicadores para PCA do Governo do Estado, que a Pandemia do Sars-Cov-2 expôs ainda de forma mais evidente os problemas estruturais na **educação**, tais como a evasão escolar e exclusão escolar, em particular, pela falta de infraestrutura de atendimento e pelas desigualdades de oferta e atendimento. Lembrando também que a assimetria de acesso à internet (conectividade) de áreas vulneráveis e a exclusão digital, entre outros fatores, inclusive de ordem psicológica, possivelmente fizeram uma diferença no nível de aprendizagem dos anos de 2020 e 2021, com reflexos em 2022 e 2023, vide por exemplo **a queda no aprendizado de matemática em 2021**, segundo **gráfico 1.b** abaixo, mas no **IDEB de 2023, temos o resultado de que o aprendizado em teve aumento somente nos anos iniciais, com leve variação nos anos finais e manutenção no ensino médio**.

O relatório divulgado pelo **Sebrae**¹⁰ indica que há diferenças no quesito educação, em relação às regiões do estado, indicando que **a taxa de analfabetismo no sertão paraibano foi**

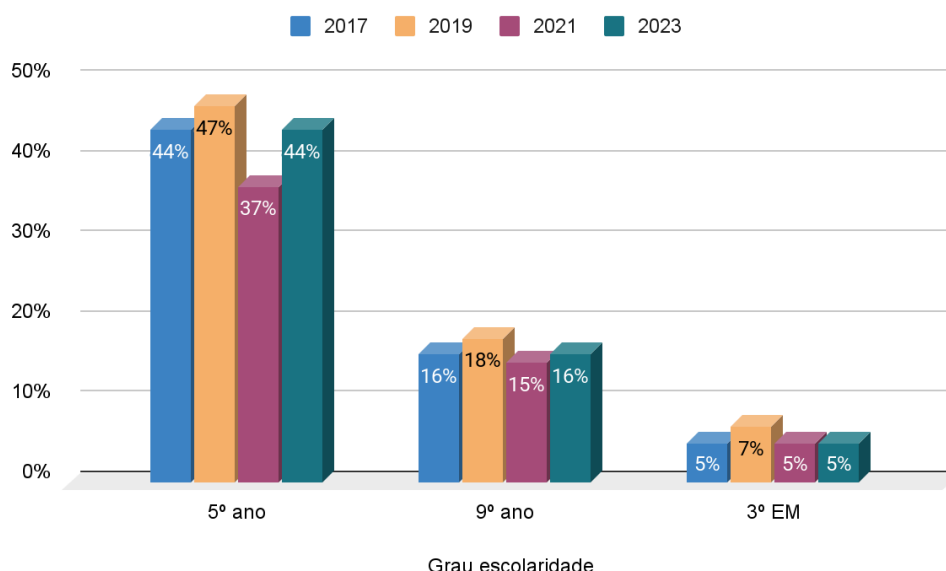
⁹<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/05/05/3-a-cada-10-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-indica-pesquisa-ghtml>

¹⁰ Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB



20,15%; na borborema 18,5%; no agreste 17,6% e na região da mata 11,6% (com referências do Censo 2022).

Gráfico 1.b - Aprendizado Matemática no Brasil 2017 a 2023 - Rede Pública



Fonte: QEdú (gráfico elaborado pelo ECD)

Quanto à **Segurança Pública**, neste relatório, foram utilizados os Indicadores Chaves de Performance (ICP - desenvolvidos no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz) desenvolvidos e disponibilizados pela **Secretaria de Segurança e de Defesa Social (SESDS)**, e outras informações e dados disponibilizados após realização de diligência *in loco* e apresentação no TCE, e encaminhados via TRAMITA, como também informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

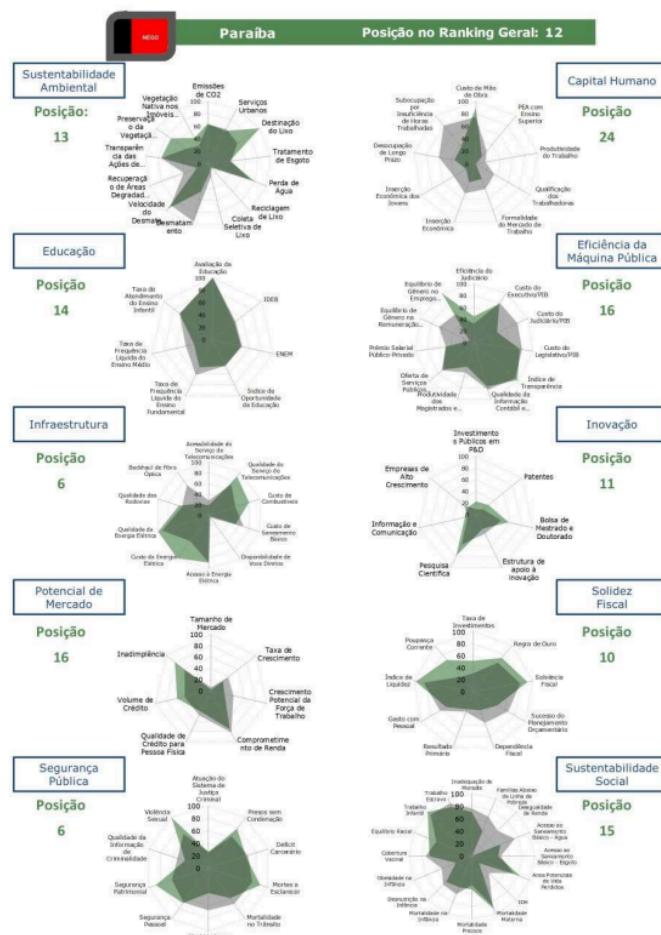
Além destes, informações do “**Ranking de Competitividade dos Estados - CLP** (Centro de Liderança Pública)”, edição 2024, indicou que a Paraíba se encontra em **12ª na colocação geral do país e 1º colocado do Nordeste**, devido a avanços em Sustentabilidade Social e Ambiental, Educação, Potencial de Mercado e Capital Humano. Enquanto isso houve diminuição da sua classificação, em relação ao ano de 2023, nos indicadores de Infraestrutura, Segurança Pública, Inovação e Eficiência da Máquina Pública.

Além disso, ainda de acordo **CLP, em 2025**, a Paraíba se encontra na **5ª posição** em melhores **Indicadores de Inovação do País**, o qual indica uma melhora em técnicas empresariais, organizacionais e sociais (**combinando competição e estímulo à pesquisa e desenvolvimento**), sendo estas, essenciais para um melhor crescimento econômico e aumento da produtividade. Este avalia investimentos em pesquisa, patentes, empresas de alto crescimento e tecnologias de informação e comunicação. Em 1ª colocação está o Rio Grande do Sul e em 27ª está o Tocantins.



Para mais informações sobre o ranking Inovação 2025, acessar o <<https://rankingdecompetitividade.org.br/estados/>>.

Figura 1.d - Ranking de Competitividade dos Estados - 2024



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2024 CLP¹¹

No entanto, no ranking do “Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis”¹², que tem metodologia adotada pela Comunidade Europeia, no qual avalia os 5.571¹³ municípios do Brasil, sob o prisma dos ODS. As duas cidades paraibanas que estão no topo da colocação são: Frei Martinho e João Pessoa, mas se encontram em posições bem distintas no ranking geral, **827º e 1.366º**, respectivamente. A cidade de Campina Grande, por exemplo, está na **1.479º** e Várzea, apresenta bons resultados referentes a diversos indicadores no Estado, está na **2.374º** posição do ranking geral. O município de Santa Luzia, responsável pela implantação de parques de energia renovável (tendo resultados conflitantes - em relação ao desmatamento - vide tópico do meio ambiente) está na posição **2930º**.

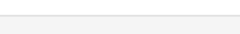
¹¹ <https://clp.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Relatorio-Ranking-dos-Estados-2024.pdf>

¹² <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

¹³ O mais jovem município do Estado, **Boa Esperança do Norte**, foi oficializado após decisão do Supremo Tribunal Federal, no último dia 6 de outubro.



Figura 1.e - Municípios da Paraíba com melhor pontuação dos ODS

Classificação↑	Cidade	Estado	Pontuação	Desempenho por ODS
827	 Frei Martinho	PB	53,94 ●	
1366	 João Pessoa 	PB	51,47 ●	
1479	 Campina Grande	PB	51,09 ●	
1486	 Matinhas	PB	51,03 ●	
1636	 Maturéia	PB	50,56 ●	
1896	 Gurjão	PB	49,60 ●	
1919	 Riachão	PB	49,54 ●	
1956	 Caraúbas 	PB	49,40 ●	
2004	 Emas	PB	49,24 ●	
2005	 Cajazeiras	PB	49,23 ●	
2068	 Guarabira	PB	48,98 ●	
2084	 Carrapateira	PB	48,94 ●	
2128	 Vista Serrana	PB	48,76 ●	
2374	 Várzea	PB	47,92 ●	
2439	 São Sebastião do Umbuzeiro	PB	47,72 ●	
2446	 Areia de Baraúnas	PB	47,69 ●	
2498	 Santa Cruz	PB	47,54 ●	
2501	 Bernardino Batista	PB	47,52 ●	
2517	 Monteiro	PB	47,48 ●	
2577	 Zabelê	PB	47,26 ●	

Fonte: IDSC BR

Além destes portais ou estudos de avaliação, há ainda, o **Ranking de Cidades Sustentáveis 2024**¹⁴, que avalia 319 cidades do país com mais de 100 mil habitantes, dentre parâmetros de Prosperidade, Gestão, Bem-estar, Segurança, Infraestrutura e Serviços Básicos oferecidos pela gestão. Na região Nordeste as cidades paraibanas não possuem destaque; já a nível nacional estão as cidades de Campina Grande na 172ª posição, João Pessoa na 202ª posição, Patos na 265ª posição e Santa Rita na 285ª posição.

¹⁴ [Ranking de Cidades Sustentáveis 2024 - Brasil \(brightcities.city\)](https://brightcities.city/)



Figura 1.f - João Pessoa e Campina Grande em relação aos ODS



Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

Outro dado importante, divulgado pelo **IBGE**, relativo ao ano de 2023, mostra que o estado da Paraíba registrou um índice GINI¹⁵ (o índice GINI mede a concentração de renda e a desigualdade econômica, sendo que valores mais próximos de zero indicam maior igualdade de renda) de 0,559, acima da média nacional (0,518) e do Nordeste (0,514), neste ano era o estado com o pior registro. **Já em relação ao ano de 2024, houve uma melhora significativa no índice, com registro de 0,495, caindo da primeira colocação, em 2023, para a 11ª, em 2024, indicando que houve melhora na renda populacional.**

No ano de 2022, uma pesquisa do G1, com dados da **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (Pnad)**, indicou que 50% da população, com os menores rendimentos, recebia um valor médio mensal real domiciliar *per capita* de **R\$ 351**. Já a população com 1% dos maiores rendimentos tinha um valor médio mensal de **R\$ 23.132**¹⁶.

Ainda em uma matéria divulgada pelo G1¹⁷, com base em dados do IBGE, indicou que 1 entre 4 domicílios brasileiros apresentaram um grau de **insegurança alimentar em 2023**. Ainda que houvesse uma melhora no cenário, em relação a anos anteriores, os dados são alarmantes. Na pesquisa anterior, entre 2017 e 2018, a **segurança alimentar** estava presente em 63,3% dos lares, enquanto **em 2023 essa porcentagem subiu para 72,4%**. A região Norte e Nordeste lideram com maior número. **A Paraíba está em 7ª posição dentre os 26 estados do país, em insegurança alimentar moderada ou grave**, com 14,5% da população incluída. A insegurança alimentar moderada é classificada quando há falta de qualidade e redução na quantidade de alimentos entre adultos e crianças, no caso da grave, a fome passa a ser experienciada no lar.

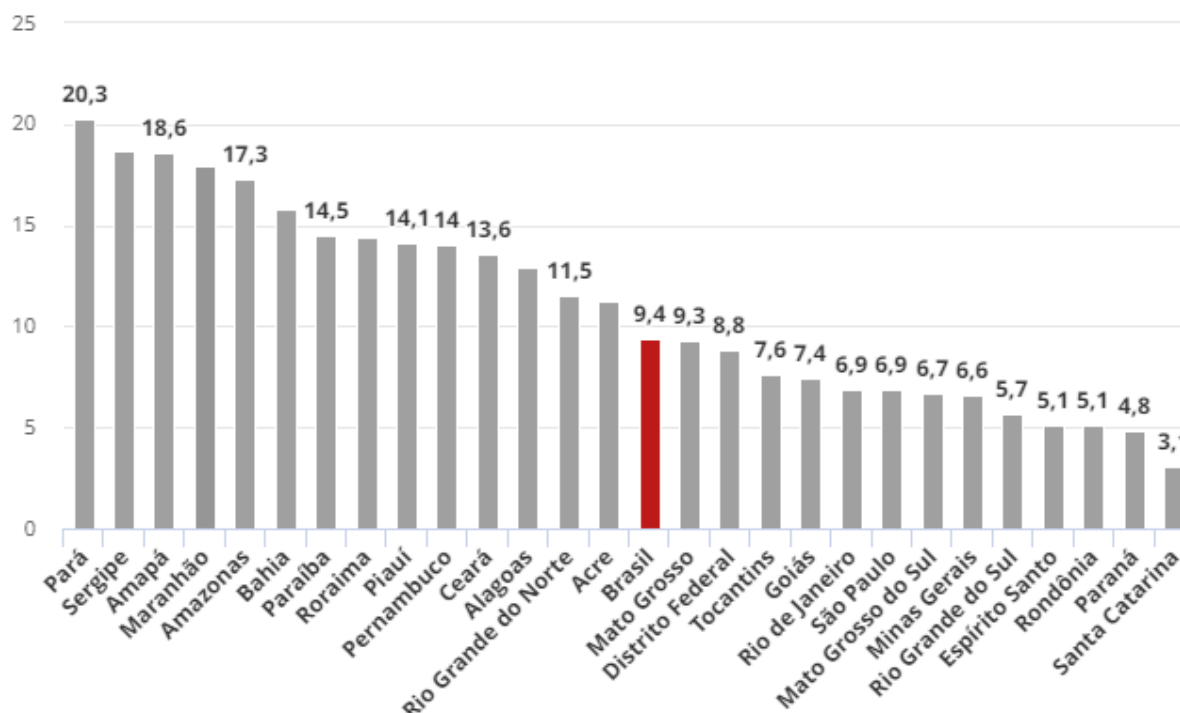
¹⁵<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7435>

¹⁶<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/paraiba-tem-maior-media-de-desigualdade-economica-do-pais-a-ponta-ibge.shtml>

¹⁷<https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/04/25/um-em-cada-quatro-domicilios-nao-teve-comida-suficiente-ou-adequada-na-mesa-em-2023-aponta-ibge.shtml>



Gráfico 1.c - Percentual de insegurança alimentar moderada ou grave no Brasil e nos Estados, em 2023



Fonte: G1 (dados IBGE)

É importante destacar também o **Índice de Progresso Social (IPS)**¹⁸, desenvolvido pelo Social Progress Imperative, que é uma ferramenta que avalia o desempenho socioambiental de 170 países, com início em 2014. A partir de 2024 os dados serão atualizados anualmente.

Este índice é dividido em 3 dimensões, constituídos por alguns indicadores:

- 1. Dimensão Necessidades Humanas Básicas:** determina se as necessidades essenciais da população estão sendo atendidas. Esta dimensão é respondida por meio dos componentes Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia e Segurança Pessoal.
- 2. Dimensão Fundamentos do Bem-estar:** indica se existem estruturas para melhorar ou manter o bem-estar dos indivíduos e comunidades. Essa dimensão é respondida por meio dos componentes Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar e Qualidade do Meio Ambiente.
- 3. Dimensão Oportunidades:** aponta se há oportunidades para que todos os indivíduos atinjam seu potencial pleno. Esta dimensão é respondida por meio dos componentes

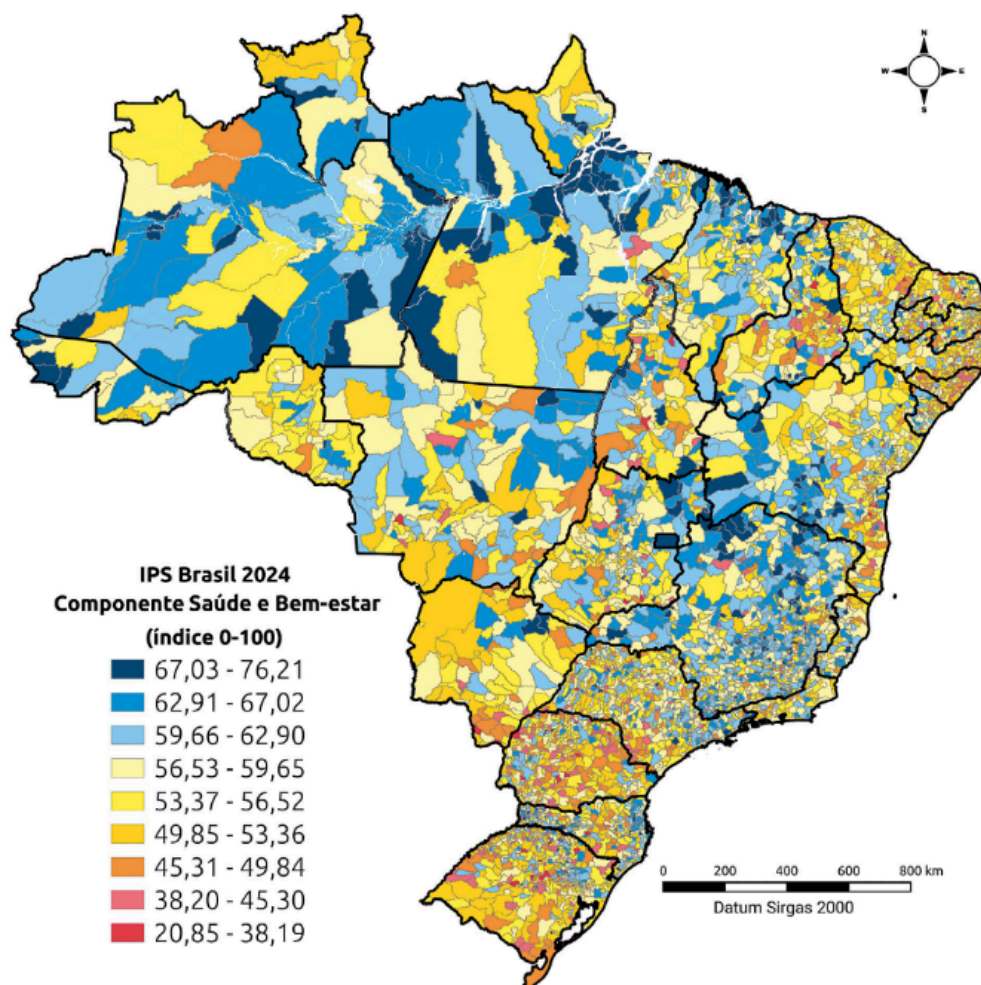
¹⁸<https://ipsbrasil.org.br/pt>



Direitos Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior.”¹⁹

O gráfico abaixo é um exemplar de indicador, o qual mede o **Componente Saúde e Bem-estar**, importante no Estado da Paraíba. É possível visualizar que poucas cidades no Estado obtiveram a pontuação máxima neste quesito.

Figura 1.g - IPS Brasil 2024 - Componente Saúde e Bem-estar



Fonte: IPS Brasil (<https://ipsbrasil.org.br/pt/explore/mapa>)

¹⁹https://fly.storage.tigris.dev/small-sky-6309/98c02ac7-28e5-45f2-ab9c-13b747fe93b6-IpsBrasil2024_RelMetodo_PT_web.pdf

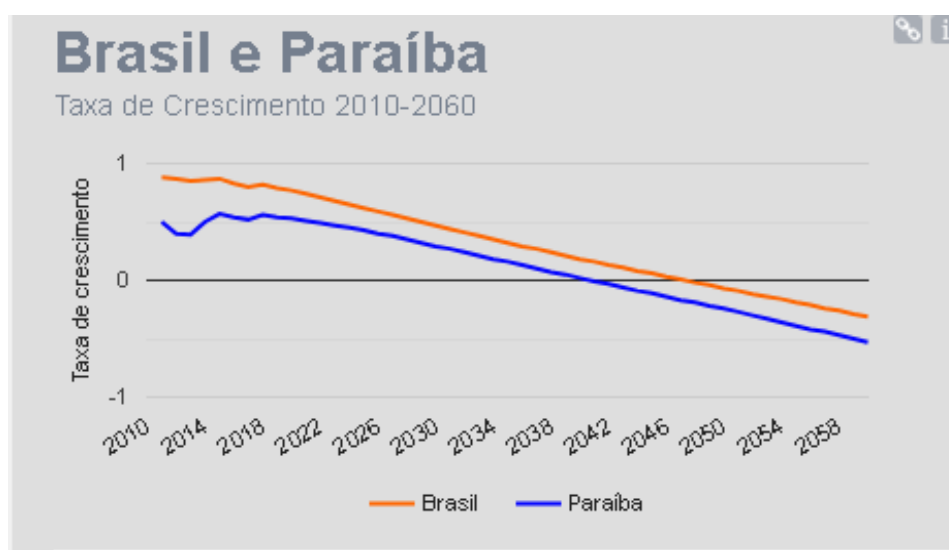
2. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, FROTA, PIB, RENDA E TRABALHO

2.1. População, PIB e Renda

Com um território de 56.467 km², o Estado da Paraíba possui uma população de aproximadamente **4,145 milhões** (dados IBGE 2024²⁰) (em 2022, de acordo com o Censo, era de **3,974 milhões**), o que representa **1,94%** da população do país e **7,1%** da população da região Nordeste. Tem uma taxa de 73,40 habitantes/km², com tendência a um crescimento descendente, (vide ainda pirâmide etária Brasil, **figura 2.1.a**), em contrapartida, de acordo com um relatório divulgado pelo **Sebrae**, entre os anos de 2010 e 2024, houve um crescimento de 10,04% da população²¹.

A taxa de crescimento da Paraíba é de **0,45%** ao ano, enquanto a taxa nacional foi de **0,52%**. A população brasileira, segundo dados do IBGE, liberados em 2024, atingiu **212.583.750**²², um aumento de **4,47%** em relação ao Censo de 2022.

Gráfico 2.1.a - Tendência para População Brasil e População Paraíba



Fonte: IBGE

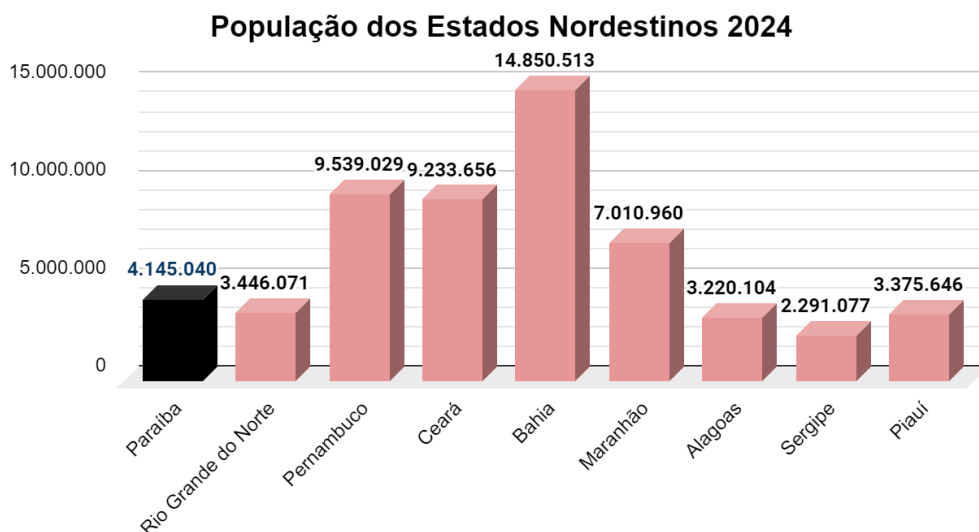
²⁰Dados do Censo 2024 (<https://static.poder360.com.br/2024/08/dou-ibge-habitantes-brasil-29ago2024.pdf>)

²¹ Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB

²²<https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-2126-milhoes-de-habitantes-em-2024-diz-ibge/>



Gráfico 2.1.b - População dos Estados da Região Nordeste 2024

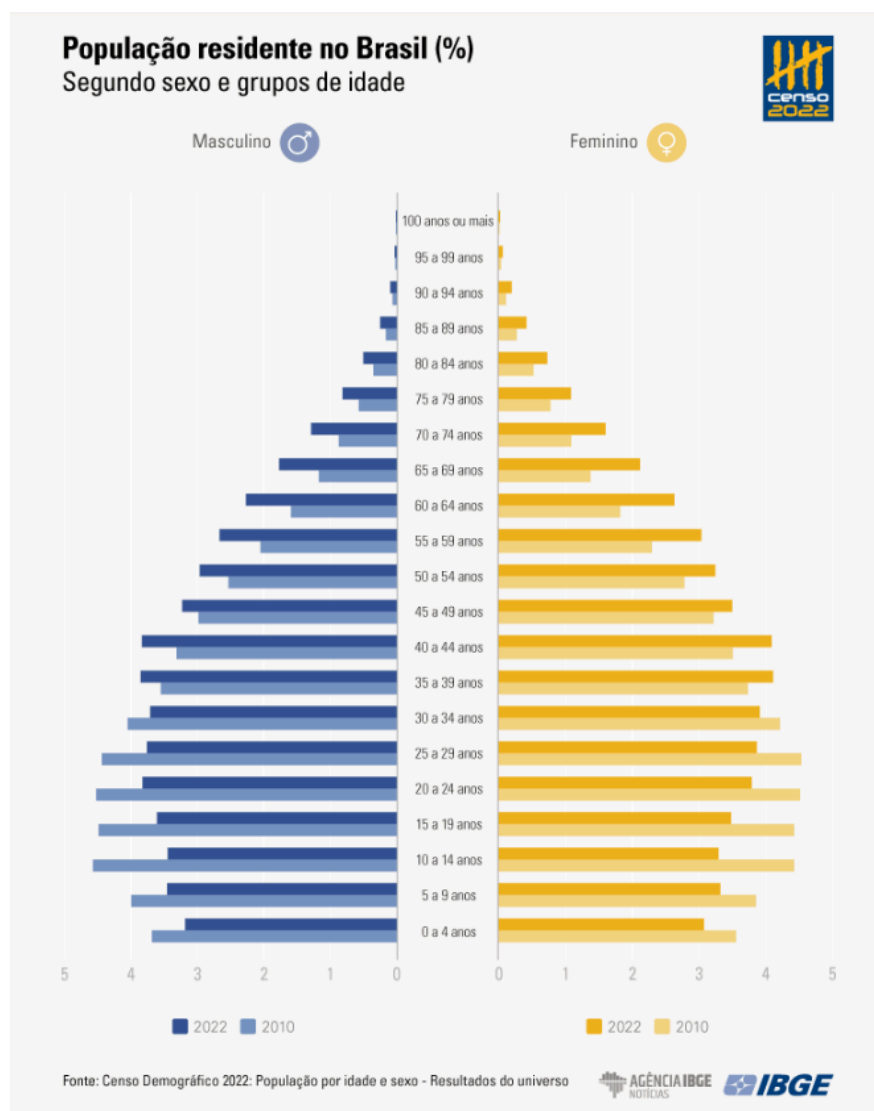


Fonte: IBGE 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

É importante mencionar que a **idade mediana da população aumentou 6 anos entre os Censos e atingiu os 35 anos**, sendo este um indicador que diferencia a população entre os 50% mais velhos e os 50% mais novos. De 2010 a 2022, no Brasil, a idade média cresceu de 29 para 35 anos, caracterizando o **envelhecimento da população**. Neste período, esse indicador aumentou na região Norte, de 24 para 29 anos; Nordeste, de 27 para 33 anos; Sudeste, de 31 para 37 anos; Sul, de 31 para 36 anos e Centro-Oeste, de 28 para 33 anos. Além disso, o número de idosos cresceu 57,4% nestes 12 anos.²³

²³<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-creceu-57-4-em-12-anos>

Figura 2.1.a - População residente no Brasil, segundo sexo e idade



Fonte: IBGE²⁴

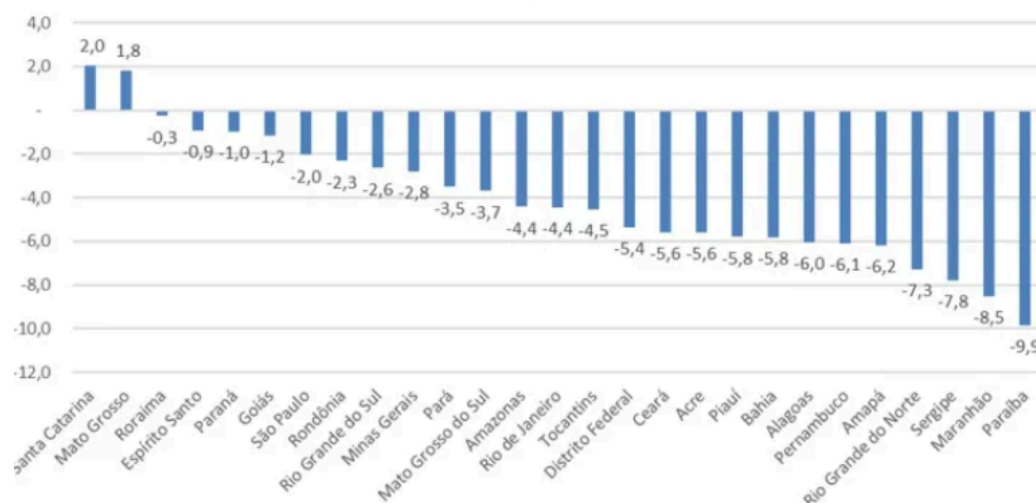
É importante frisar que a Paraíba teve a maior redução proporcional entre todas as unidades federativas do Brasil, em termos de nascimentos. Entre o biênio 2021-2022, houve uma queda de quase 10% de nascimentos: **“Entre as Unidades da Federação, a Paraíba apresentou a maior queda (-9,9%), seguida pelo Maranhão (-8,5%), Sergipe (-7,8%) e Rio Grande do Norte (-7,3%)”**. Os únicos estados no Brasil que apresentaram crescimento populacional (através do aumento da natalidade) foram Santa Catarina e Mato Grosso. Isso implica dizer que o controle de natalidade e a recusa em ter filhos está cada vez maior entre as mulheres, principalmente pelo papel que implicaria a elas, o nascimento de filhos, na vida pessoal e profissional.²⁵

²⁴<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cre-sceu-57-4-em-12-anos>

²⁵<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977#:~:text=Entre%20as%20Unidades%20da%20F>



Gráfico 2.1.c - Variação no número de nascidos vivos nas Unidades da Federação, 2021-2022



Fonte: IBGE

(<https://www.maispb.com.br/714943/paraiba-tem-maior-queda-de-todo-pais-no-numero-de-nascidos-em-2022-aponta-ibge.html>)

Além disso, a **Paraíba é o estado mais 'envelhecido' do Nordeste**, juntamente com o Rio Grande do Norte, de acordo com o Censo 2022 (IBGE): “O índice de envelhecimento da Paraíba, em 2022, era de 53%. Isso significa que para cada 100 crianças, há 53 idosos no estado. Em 2010, o IBGE registrou o índice em 33,8%²⁶”.

É importante citar que a quantidade de crianças, de 0 a 6 anos, no Estado é de **aproximadamente 389.219** (censo 2022), cerca de 9,38% da população total em 2024, informação obtida no **portal Primeira Infância Primeiro**, com iniciativa da **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**²⁷.

Levando em conta o envelhecimento da população brasileira, é importante mencionar que somente 32 municípios brasileiros possuem o certificado **Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas**, oferecido pela Organização Mundial da Saúde, que impacta diretamente a meta 11.7 dos ODS : “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”²⁸. **Nenhuma cidade da Paraíba possui a certificação**, o que poderia ser um ponto essencial, visto que é o estado mais envelhecido da região.

²⁶ https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/pb-tem-menor-idade-de-nascimentos

²⁷ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/10/27/paraiba-tem-o-maior-idade-de-envelhecimento-do-nordeste-aponta-censo-2022.ghtml>

²⁸ <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>

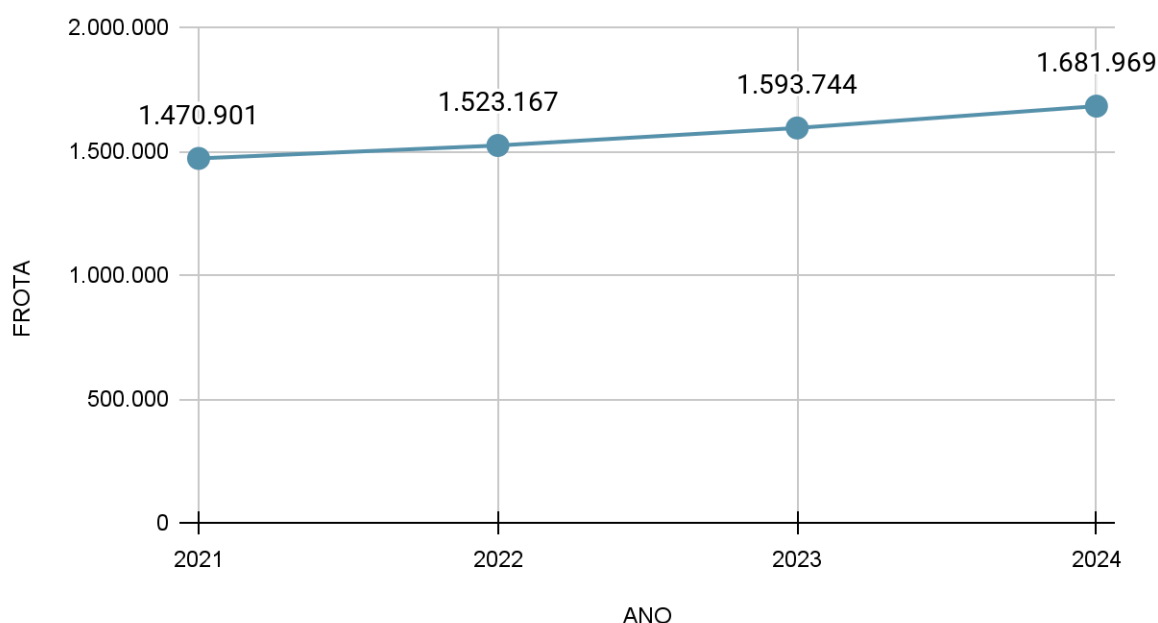
²⁹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>



Um aspecto interessante a se observar é que, apesar da taxa de crescimento populacional apresentar uma tendência ao declínio, por outro lado, o crescimento da frota de veículos no **Estado da Paraíba** continua a crescer num ritmo acelerado. Em **2024**, a frota atingiu o patamar de **1.681.969**, uma taxa **406 veículos por 1.000 habitantes**²⁹. O crescimento exacerbado da frota indica uma situação crítica de mobilidade urbana e de transporte no Estado, que pode vir a ter implicações sérias nos setores ambientais e de saúde, em particular, para nas regiões metropolitanas.

De acordo com o 'IBGE Cidades³⁰, o Estado da Paraíba em 2023, estava na 17ª posição em maior quantidade de veículos no Brasil. Em 1º lugar estava o Estado de São Paulo³¹.

Gráfico 2.1.d - Crescimento da frota de veículos na Paraíba de 2021 - 2024



Fonte: Ministério dos Transportes (gráfico elaborado pelo ECD)

De acordo com o Estudo Técnico ECD nº 01/2024 - Indicadores Socioeconômicos e Ambientais das 20 maiores cidades da Paraíba, “no ano de **2023**, a frota da Paraíba, atingiu o número de **1.593.744 veículos**, totalizando **400 veículos a cada 1.000 habitantes**”, no qual explicita um **crescimento de 5,2% em 2024**³². Considerando que o crescimento médio populacional anualmente é de **0,45%** (censo de 2010 e 2022), nota-se uma situação crítica resultante desse incremento de veículos à infraestrutura viária das cidades paraibanas, além do impacto ambiental, na saúde pública e no bem-estar da população.

²⁹ <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2024>

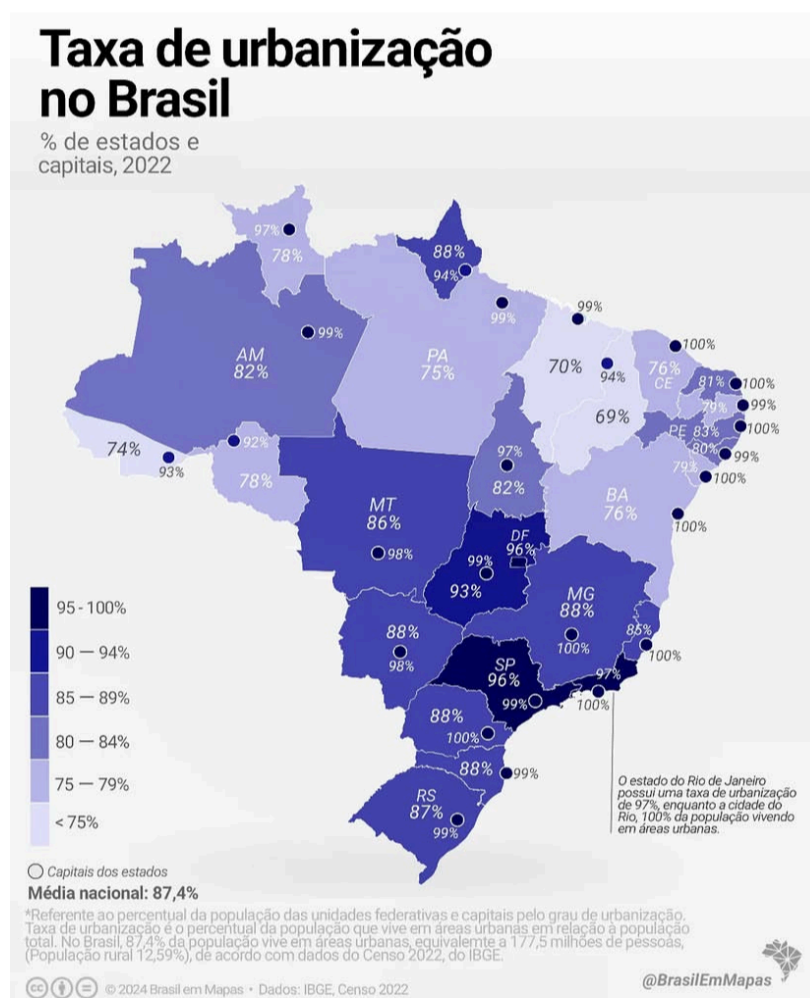
³⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

³¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/22/28120?indicador=28120&tipo=ranking>

³² <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2024>



Figura 2.1.b - Taxa de urbanização no Brasil (Estados e Capitais)



Fonte: Instagram @brasilemmapas

A **taxa de motorização** é a relação entre a quantidade de veículos rodoviários e o número de habitantes de uma mesma região ($\times 100 \text{ hab.}$), para o cálculo das taxas de motorização foram usados os dados populacionais disponibilizados no ano de 2024 (IBGE) e a frota de veículos de 2024 (Senatran - Ministério dos Transportes). Abaixo encontra-se o crescimento no biênio de 2023-2024 da frota veicular e a taxa de motorização em 2024, nas 20 maiores cidades do estado.

Tabela 2.1.a - Crescimento Frota Veicular/ taxa de motorização 2023-2024 (veículo por 1000 habitantes), nas 20 maiores cidades do Estado

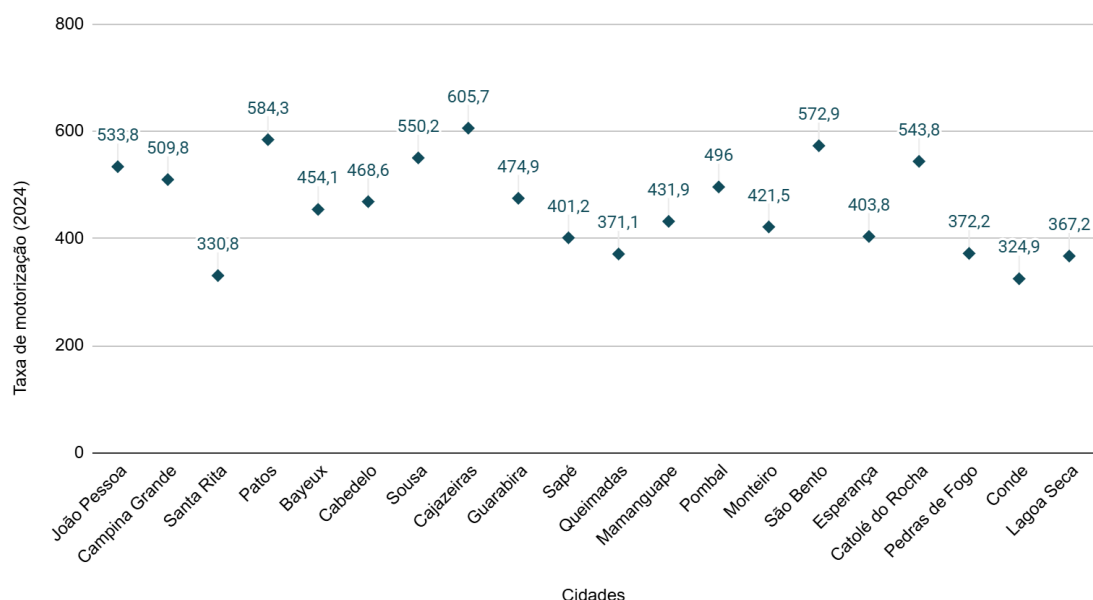
Cidades	Frota de Veículos 2023	Frota de Veículos 2024	Crescimento	Taxa de motorização (2024)
João Pessoa	456.413	474.339	3,78%	533,8
Campina Grande	215.755	224.788	4,02%	509,8
Santa Rita	49.618	52.633	5,73%	330,8



Patos	59.874	62.971	4,92%	584,3
Bayeux	35.583	38.326	7,16%	454,1
Cabedelo	30.455	32.831	7,24%	468,6
Sousa	36.469	38.448	5,15%	550,2
Cajazeiras	37.986	40.078	5,22%	605,7
Guarabira	27.340	28.415	3,78%	474,9
Sapé	20.284	21.389	5,17%	401,2
Queimadas	17.678	18.636	5,14%	371,1
Mamanguape	18.974	20.176	5,96%	431,9
Pombal	16.026	16.762	4,39%	496,0
Monteiro	13.150	14.222	7,54%	421,5
São Bento	18.003	19.307	6,75%	572,9
Esperança	12.460	13.131	5,11%	403,8
Catolé do Rocha	16.496	17.466	5,55%	543,8
Pedras de Fogo	10.230	11.594	11,76%	372,2
Conde	8.819	9.598	8,12%	324,9
Lagoa Seca	10.052	10.669	5,78%	367,2

Fonte: Ministério dos Transportes Senatran/ IBGE 2024 (tabela elaborada pelo ECD)

Gráfico 2.1.e - Taxa de motorização 2024 (veículo/1000 habitante) nas 20 maiores cidades do Estado



Fonte: Ministério dos Transportes Senatran/ IBGE 2024 (gráfico elaborada pelo ECD)

No tocante ao **Produto Interno Bruto (PIB)**, que é a “soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”³³, no ano de 2022, na Paraíba, foi de **R\$86,094 bilhões (2022)**, representando **0,86% do PIB Brasil**, que foi de **R\$ 9,9 trilhões**³⁴ (2022), de acordo com o IBGE. Já em 2023 o PIB nacional foi de **R\$10,9 trilhões**. O PIB da Paraíba também equivale a aproximadamente **6,2% do PIB Nordeste**, que foi de **1,388 trilhões (2022)**.

O **PIB per capita** da Paraíba, em 2022, foi de **R\$21.662 por habitante**, um crescimento de 5,6% em relação ao dado anterior, enquanto que o PIB per capita da região Nordeste cresceu 3,6% e o do Brasil cresceu 3%³⁵.

Considerando ainda a **Dívida Pública Consolidada** (é aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, de acordo com o Decreto Federal 93.872/86, Art.115, § 2º) da Paraíba em 2023, a qual totalizou aproximadamente **R\$6,97 bilhões** (45,29% da Receita Líquida)^{36,37}, **já em 2024 foi de aproximadamente R\$6,47 bilhões**³⁸ o que equivale a aproximadamente **41,60% da Receita Líquida**. O valor fixado no anexo de metas fiscais - AMF da **Lei de Diretrizes Orçamentárias** para 2023 apontava **R\$ 157.647 milhões** positivos, enquanto que em **2024, o valor fixado (valores a preços concorrentes**³⁹) **apontava R\$1.079 bilhões**.

³³ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

³⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes>

³⁵ <https://www.sefaz.pb.gov.br/announcements/15621-pib-da-paraiba-cresce-5-6-e-supera-media-do-nordeste-e-do-brasil-revela-ibge#:~:text=Ainda%20segundo%20os%20dados%20do,equivalente%20a%2013%2C5%25>.

³⁶ RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - 3º QUADRIMESTRE DE 2023 - Processo TC nº 01952/24

³⁷ Doc nº 52769/24 - Processo TC nº 01952/24

³⁸ Processo TC nº 02173/25 - Prestação de Contas Anuais 2024

³⁹ Também chamado de **valor nominal**. É o valor **registrado na época em que o dado foi coletado, sem ajuste pela inflação**.

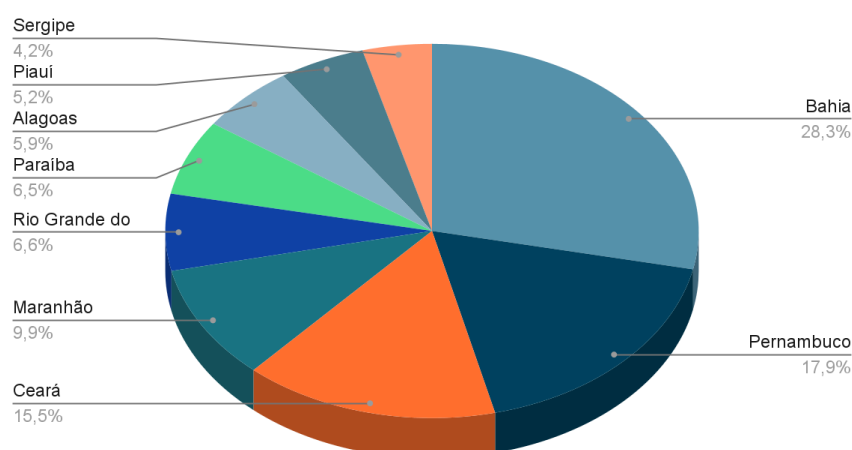


Tabela 2.1.b - PIB dos Estados do Nordeste 2022

Estado	PIB por Estado	PIB Estado/NE %
Bahia	R\$ 402.647.000.000	29,01%
Pernambuco	R\$ 245.828.000.000	17,71%
Ceará	R\$ 213.601.000.000	15,39%
Maranhão	R\$ 139.789.000.000	10,07%
Rio Grande do Norte	R\$ 93.819.000.000	6,76%
Paraíba	R\$ 86.094.000.000	6,20%
Alagoas	R\$ 76.066.000.000	5,48%
Piauí	R\$ 72.835.000.000	5,25%
Sergipe	R\$ 57.372.000.000	4,13%
Total Nordeste	R\$ 1.388.051.000.000	100,00%

Fonte: IBGE - PIB (tabela elaborado pelo ECD)

Gráfico 2.1.f - Participação dos Estados no PIB do Nordeste 2022



Fonte: IBGE - PIB (gráfico elaborado pelo ECD)

A composição do **PIB do Estado da Paraíba** possui três bases: os Serviços (72%), a Indústria (22,4%) e a Agropecuária (5,6%)⁴⁰.

De acordo com o **Boletim Macro regional da FGV, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste**⁴¹, divulgado em setembro de 2024, o desempenho nordestino no setor econômico e no PIB regional foi o pior entre toda a região. O destaque nordestino veio para o Ceará, Bahia e Pernambuco. Já no setor de Serviços e Comércio, a Paraíba teve destaque positivo, com aumento de 3,4%, ainda, o estado apresentou o melhor resultado do Brasil em crescimento do Comércio (16,4%), com ênfase no Comércio Varejista.

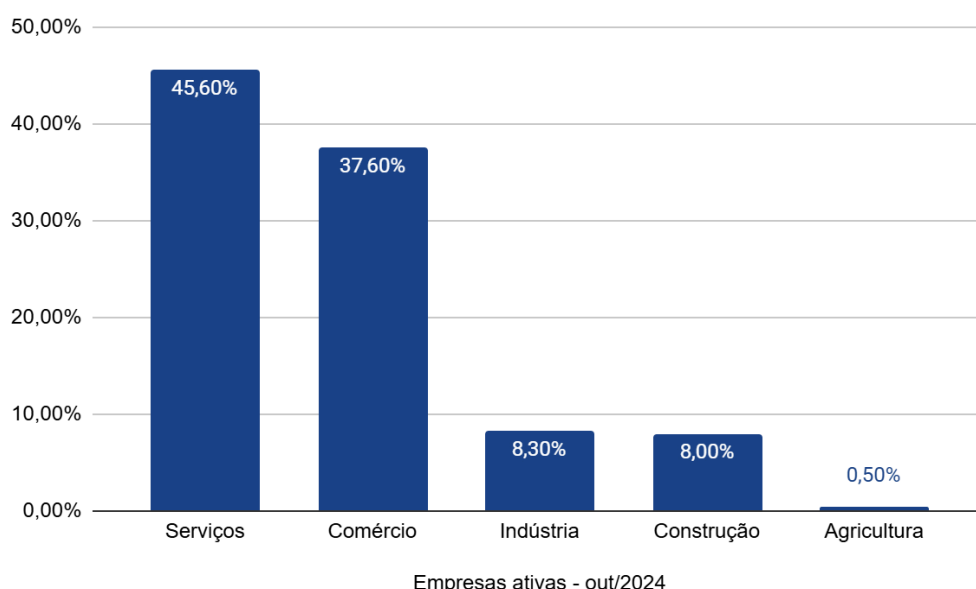
⁴⁰ <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/conheca-paraiba/>

⁴¹ <https://portalibre.fgv.br/boletim-macro-regional>



De acordo com o **documento liberado pelo Sebrae⁴²**, há 267.771 empresas ativas no Estado no ano de 2024 (07/24); 3,85 milhões no Nordeste e 21,09 milhões no Brasil. **Na Paraíba, o setor de serviços é o que se destaca, principalmente no segmento de Comércio Varejista do Vestuário e Acessórios.**

Gráfico 2.1.g - Distribuição de empresas ativas por setor



Fonte: Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 - SEBRAE PB (gráfico elaborado pelo ECD)

Observar que no cenário nacional, dos últimos anos, em função da Pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil que tinha reduzido 3,3% no ano de 2020, apresentou crescimento de **5%** em 2021, passando a totalizar R\$ 8,9 trilhões. E, em 2022, cresceu 2,9% passando para R\$9,9 trilhões. Já em **2023, houve crescimento de R\$ 10,9 trilhões, com destaque para o setor da agricultura.**

Observa-se ainda que a população da Paraíba é 1,94% da população nacional, no entanto, o estado, só representa cerca de 0,71% do PIB Nacional. O PIB da Paraíba é o sexto entre os nove do Nordeste.

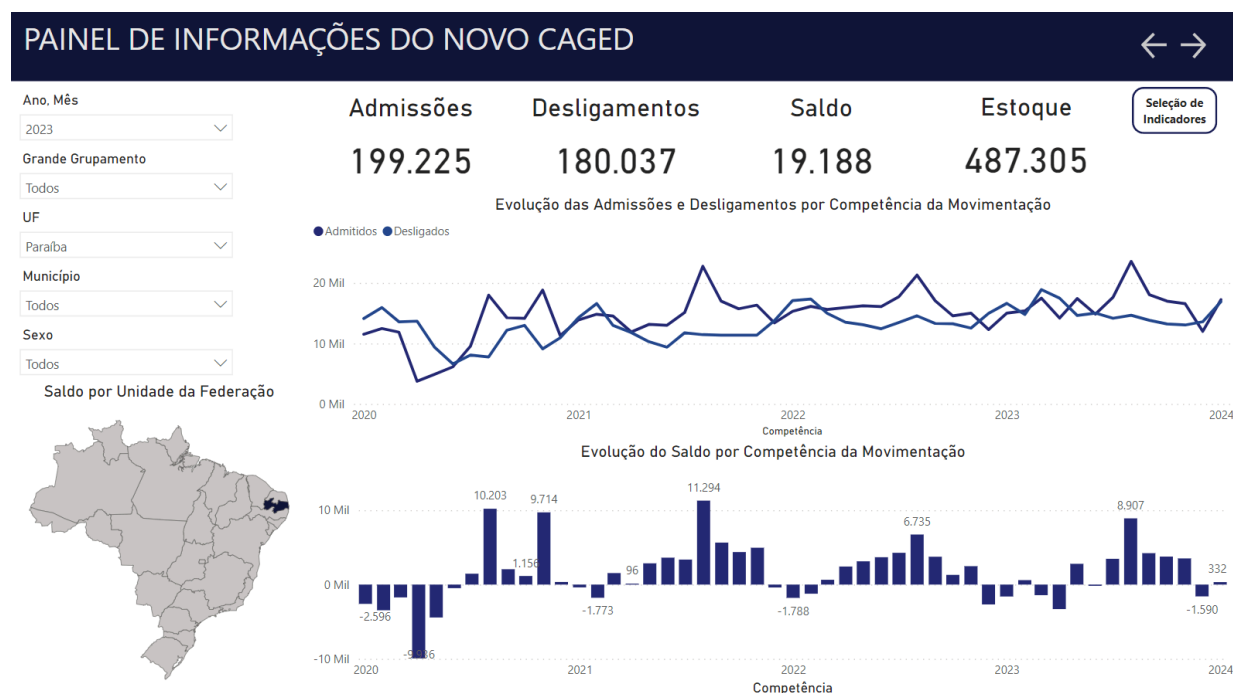
2.2. Trabalho - Empregos formais

Quanto ao estoque de empregos formais, em 2024, a Paraíba fechou o ano com **514.919 de estoque (postos com carteira assinada)** e com saldo de **27.614**, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com base no Novo Cadastro Geral

⁴² Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB

de Empregados e Desempregados (**Novo Caged**)⁴³. No ano de 2023, o Estado criou **229.298** empregos contra **201.694** desligamentos, alta de **5,36%** no estoque de empregos formais, que totalizou **487.305**.

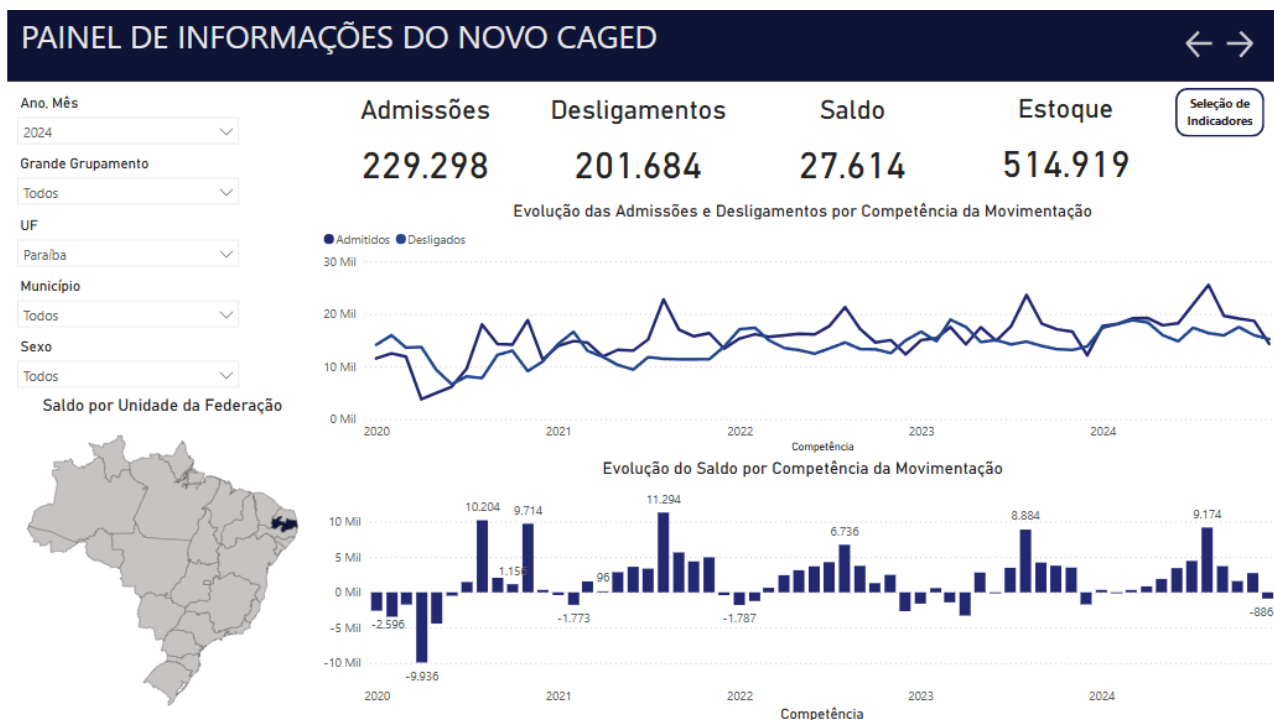
Figura 2.2.a - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (2023)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

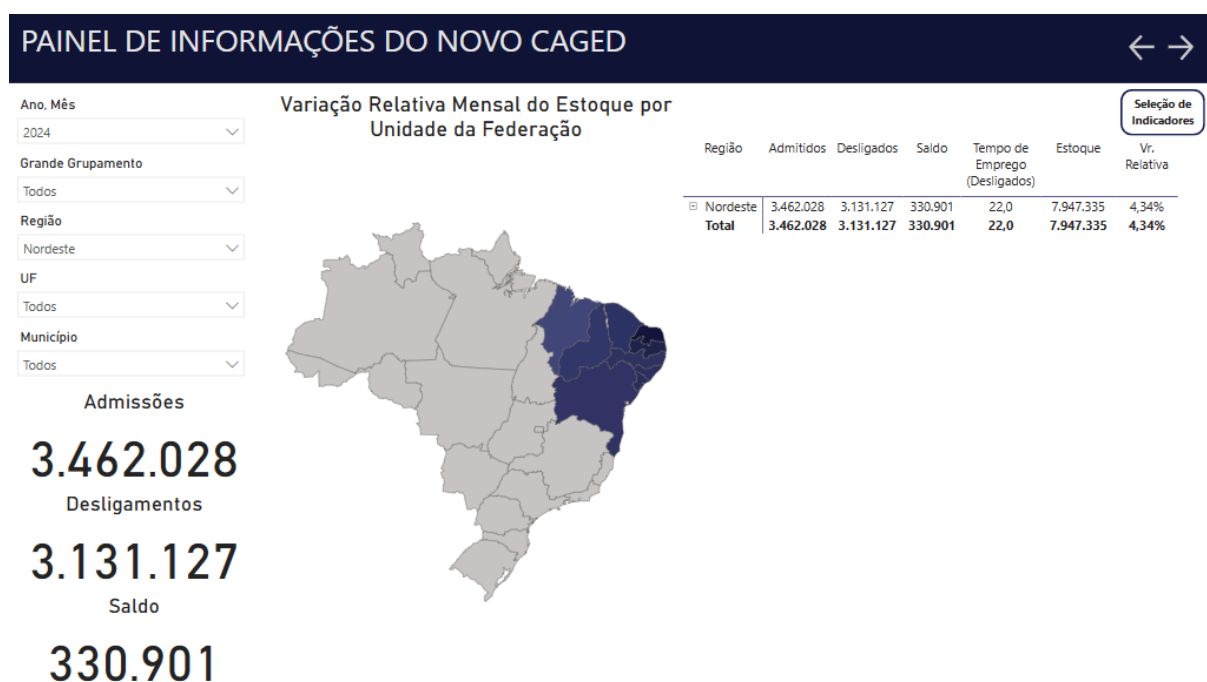
⁴³ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTlhNTFtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>

Figura 2.2.b - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (2024)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Figura 2.2.c - Estoque de Saldo de Empregos Formais no Nordeste (2024)

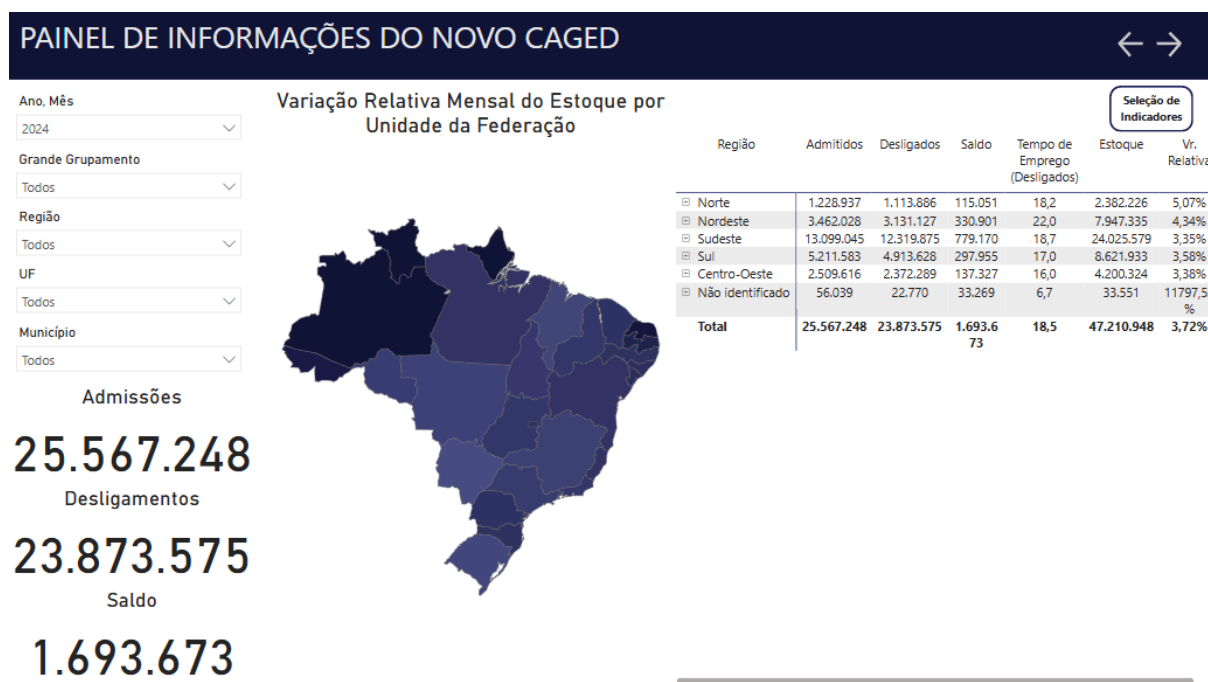


Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Vale ressaltar que o Estoque de Empregos Formais da Paraíba representa 6,47% do Estoque da Região Nordeste, em 2024, que é de 7.947.335.



Figura 2.2.d - Estoque de Saldo de Empregos Formais Brasil (2024)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

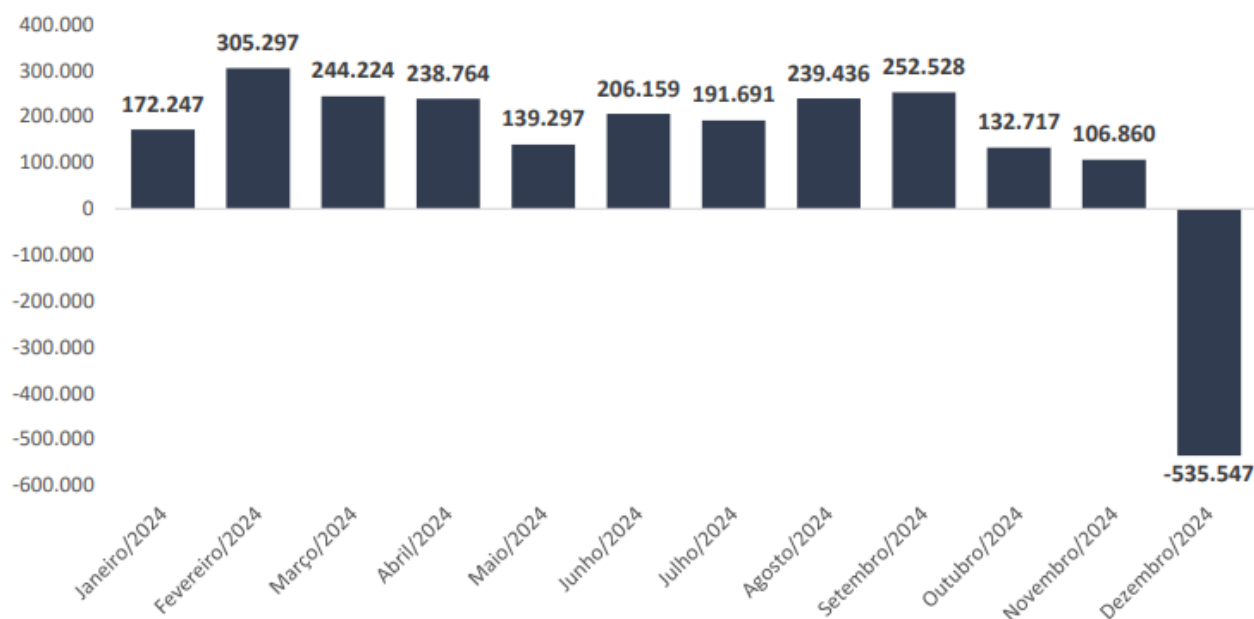
Quanto à tipologia do Estoque de Empregos Formais e seus saldos respectivos, vide **Figura 2.2.e**.

Figura 2.2.e - Estoque e Saldo de Empregos Formais, por área, na Paraíba, 2024

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)	Estoque	Vr. Relativa
Agropecuária	7.015	7.275	-260	17,1	15.109	-1,69%
Indústria	30.689	27.944	2.745	33,8	86.863	3,26%
Construção	40.644	35.779	4.865	13,2	51.748	10,38%
Comércio	57.485	51.127	6.358	23,7	130.358	5,13%
Serviços	93.464	79.554	13.910	23,2	230.845	6,41%
Não Identificado	1	5	-4	18,8		
Total	229.298	201.684	27.614	22,8	514.919	5,67%

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Gráfico 2.2.a - Evolução do Saldo Empregatício no Brasil (2024)



Fonte: Novo Caged.

* De jan. a nov., consideram-se ajustes declarados até o mês de dezembro de 2024.

Fonte: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-d-2024/dezembro/sumario-executivo_dezembro-de-2024.pdf

Tabela 2.2.a - Salários médios de Admissão por Região e Unidade da Federação

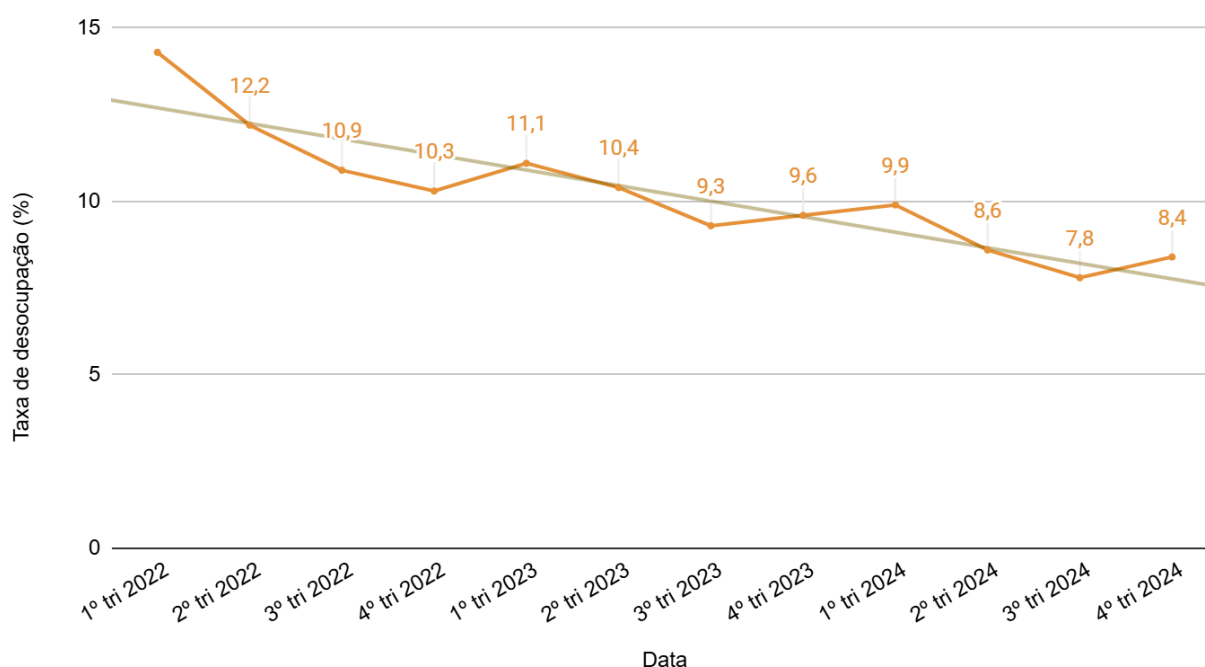
Unidade da Federação	Salário Médio de Admissão (R\$)	Variação Relativa (%) 2023-2024
Nordeste	1.868,77	1,7
Maranhão	1.927,17	3,17
Piauí	1.857,49	1,42
Ceará	1.927,33	3,9
Rio Grande do Norte	1.760,40	4,62
Paraíba	1.792,11	5,48
Pernambuco	1.867,51	-2,9
Alagoas	1.752,76	5,57
Sergipe	1.784,50	9,14
Bahia	1.898,51	0,6
Brasil	2.177,96	2,59

Fonte: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-d-2024/dezembro/sumario-executivo_dezembro-de-2024.pdf

De acordo com o Painel **PNAD Contínua**, no 4º trimestre de 2024, a taxa de desocupação no estado fechou em 8,4%, em comparação com o 4º trimestre de 2023 que foi de 9,6%. Com nível de ocupação pela força de trabalho (percentual de pessoas ocupadas) de 50,5% no quarto trimestre de 2024. **A taxa de desocupação na Paraíba em 2024 (4º trimestre), foi acima do indicador brasileiro, 6,2%; de acordo com o Painel PNAD Contínua.**⁴⁴

De acordo com o **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**⁴⁵, o Brasil tem um problema endêmico com o trabalho informal que vem obtendo pouca variação desde 2016, sendo as mulheres negras as mais atingidas. Isso se deve também ao afrouxamento nas leis trabalhistas em 2017 e o aumento dos “trabalhos por aplicativo”, mantendo um contingente de pessoas sem os direitos garantidos por lei.

Gráfico 2.2.b - Taxa de desocupação na Paraíba até o 4º trimestre de 2024



Fonte: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 2.2.b - Mercado de Trabalho no Estado da Paraíba (2022, 2023 e 2024)

Mercado de Trabalho	2022 (4º trim.)	2023 (4º trim.)	2024 (4º trim.)
Pessoas em idade de trabalhar (>14 anos)	3.229.000	3.249.000	3.270.000
Pessoas ocupadas	1.515.000	1.565.000	1.651.000
Pessoas ocupadas informalmente	771.000	796.000	828.000

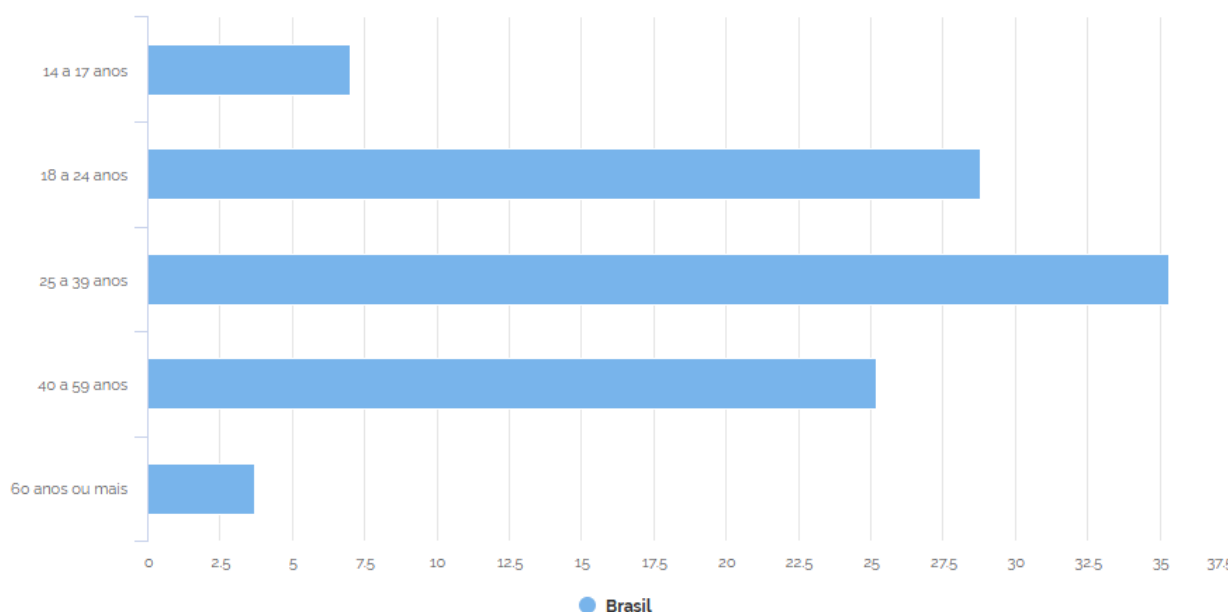
Fonte: IBGE - PNAD (tabela criada pelo ECD)

⁴⁴ <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

⁴⁵ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>



Gráfico 2.2.c - Distribuição de pessoas desocupadas por idade no Brasil, 3º trimestre 2024



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>

2.3 - Programas Sociais

No tocante aos programas sociais, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, para o Estado da **Paraíba**, em 2024, foram disponibilizados recursos destinados **ao Novo Bolsa Família de aproximadamente R\$ 4,77 bilhões**⁴⁶ (em 2023 foram R\$ 4,34 bilhões) e ao pagamento do **BPC (Benefício de Prestação Continuada) R\$ 2,63 bilhões** (em 2023 foram R\$ 2,16 bilhões). Esses programas beneficiaram 889.365 pessoas em 2023, enquanto **em 2024, beneficiaram 871.258 pessoas**. De acordo com o portal do Governo Federal, **em 2024**, o número de beneficiários do Programa Novo Bolsa Família, **na Paraíba, era de 727.011 pessoas**, enquanto fechou o ano de 2023 com 740.074.⁴⁷

Dentre os estados da região Nordeste, de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, **o Piauí é o que tem a maior porcentagem da população que recebe o benefício do Bolsa Família**, cerca de 20,77% da população foi contemplada em 2024, enquanto a Paraíba possui 19,33% da população contemplada, estando em 6º lugar, dentre os 9 estados.

⁴⁶<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>

⁴⁷<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2024>



O VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030⁴⁸ destaca que com a retomada do Bolsa Família em 2023, a correção do salário-mínimo, a redução do desemprego e o reajuste do repasse do Programa Nacional de Alimentação Escolar, houve um crescimento na segurança alimentar do país, que ao todo 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome.

Figura 2.3.a - Programa Bolsa Família, dezembro de 2024, na Paraíba



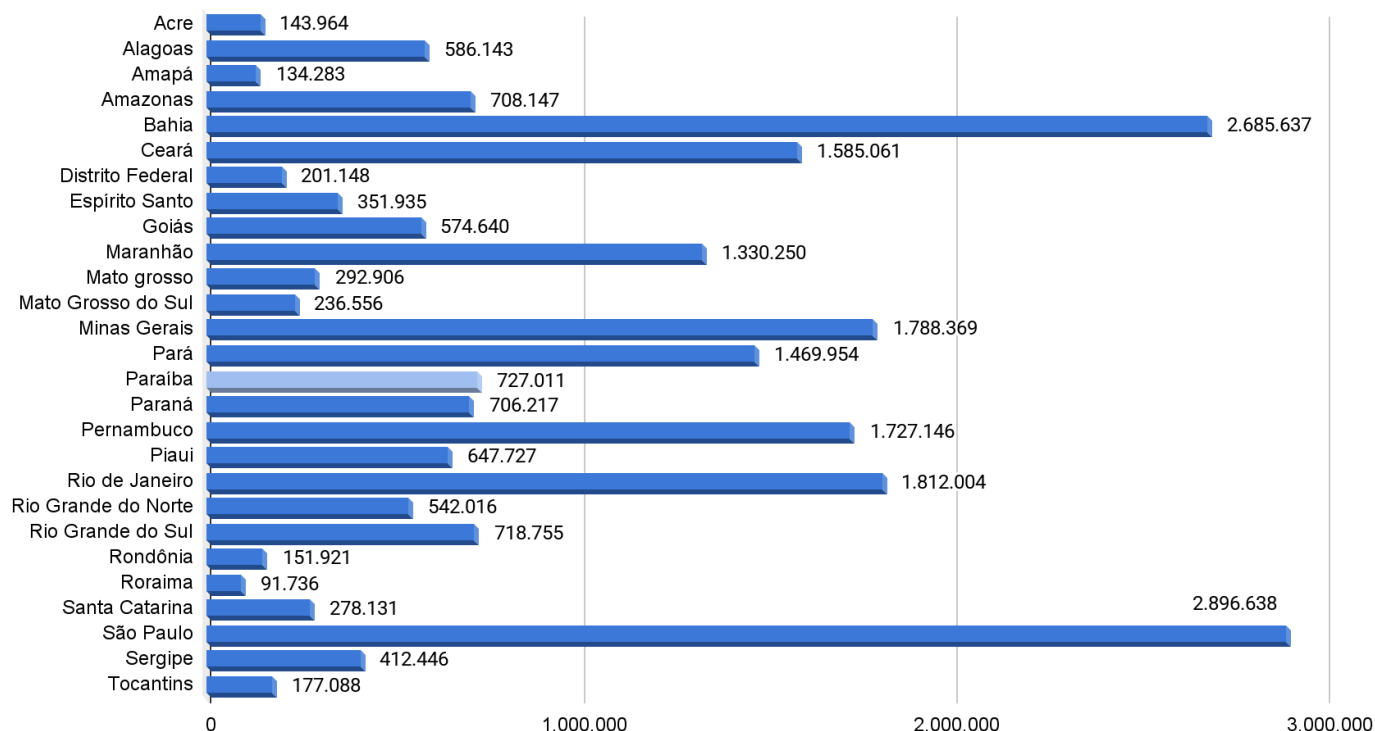
Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social⁴⁹

⁴⁸<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

⁴⁹<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia>



Gráfico 2.3.a - Quantidade de beneficiários por Estado no programa Bolsa Família em 2024



Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 2.3.a - Quantidade de beneficiários por Estado no programa Bolsa Família em 2024

Unidades da Federação	Beneficiários	População	Relação
Acre	143.964	880.631	16,35%
Alagoas	586.143	3.220.104	18,20%
Amapá	134.283	802.837	16,73%
Amazonas	708.147	4.281.209	16,54%
Bahia	2.685.637	14.850.513	18,08%
Ceará	1.585.061	9.233.656	17,17%
Distrito Federal	201.148	2.982.818	6,74%
Espírito Santo	351.935	4.102.129	8,58%
Goiás	574.640	7.350.483	7,82%
Maranhão	1.330.250	7.010.960	18,97%
Mato grosso	292.906	3.836.399	7,63%
Mato Grosso do Sul	236.556	2.901.895	8,15%
Minas Gerais	1.788.369	21.322.691	8,39%
Pará	1.469.954	8.664.306	16,97%
Paraíba	727.011	4.415.040	16,47%
Paraná	706.217	11.824.665	5,97%
Pernambuco	1.727.146	9.539.029	18,11%
Piauí	647.727	3.373.646	19,20%



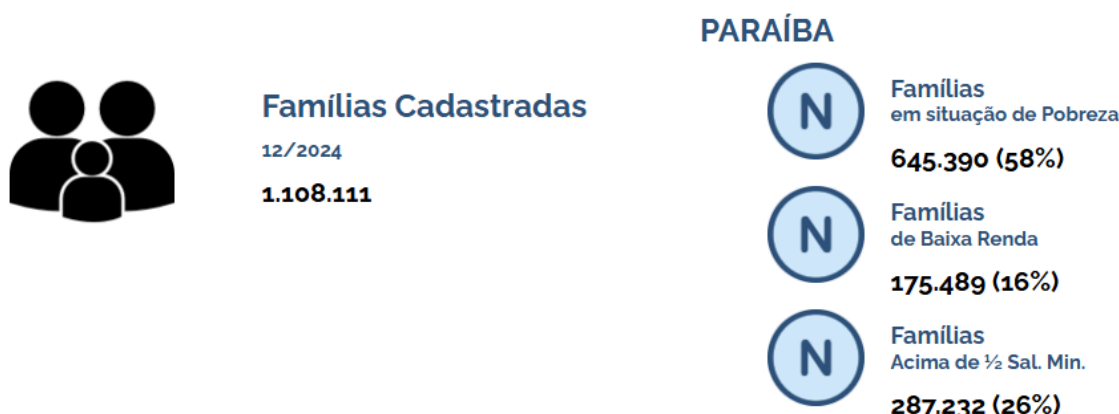
Rio de Janeiro	1.812.004	17.219.679	10,52%
Rio Grande do Norte	542.016	3.446.071	15,73%
Rio Grande do Sul	718.755	11.229.915	6,40%
Rondônia	151.921	1.746.227	8,70%
Roraima	91.736	716.793	12,80%
Santa Catarina	278.131	8.058.441	3,45%
São Paulo	2.896.638	45.973.194	6,30%
Sergipe	412.446	2.291.077	18,00%

Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social (tabela elaborada pelo ECD)

Nota-se que só no **CECAD 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico)**, vide **Figura 2.3.b**, a Paraíba tem mais de **1,10 milhões** de famílias inscritas em dez/2024. Em dez/2023, tinha **1,17 milhões**, observando-se portanto uma queda no número de inscritos. Já em relação a quantidade de pessoas, até dezembro/24, totalizou **2.515.081 pessoas**.⁵⁰

A figura abaixo indica a quantidade de famílias e pessoas cadastradas no **CADÚNICO** em dezembro/2024. **Indicando que há 56,96% da população do Estado está inserida na plataforma**, que são compostas por pessoas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo ou aquelas que possuem renda acima disso, mas que estão vinculadas a algum programa ou benefício do governo que utilize este sistema (visualizar em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico#:~:text=%C3%89%20a%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20no%20Cadastro,n%C3%A3o%20significa%20a%20entrada%20autom%C3%A1tica>, para identificar os programas que atendem os inscritos).

Figura 2.3.b - Famílias/ Pessoas Cadastradas no CADÚNICO na PB (dezembro/2024)



⁵⁰<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>



Pessoas Cadastradas

12/2024

2.515.081



Pessoas Cadastradas em Famílias em situação de Pobreza

1.527.123 (61%)



Pessoas Cadastradas em Famílias de Baixa Renda

503.624 (20%)



Pessoas Cadastradas em Famílias Acima de ½ Sal. Min.

484.334 (19%)

Fonte: Cead 2.0 - Portal do Governo Federal (<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>)

Levando em consideração o **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**, é importante levantar informações sobre a quantidade de favelas ou comunidades urbanas existentes, sendo uma causa social de extrema importância, visto que essas localidades se encontram, em sua maioria, em áreas de risco. De acordo com o **Panorama Censo 2022**, o Brasil possuía um quantitativo de 12.348 favelas, sendo o estado de São Paulo o 1º colocado no ranking nacional. Enquanto na **Paraíba**, o quantitativo passa a ser de 282 favelas, posição 12ª do ranking nacional. Está atrás dos estados nordestinos de Pernambuco (3ª posição), Ceará (5ª posição) e Bahia (8ª posição). Com uma população residente que soma 210.485 pessoas⁵¹.

3. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO

3.1. Indicadores Gerais da Educação

Neste item serão apresentados indicadores-chaves da educação, selecionados a partir da plataforma de plataformas educacionais como o Qedu, o Censo Escolar da Educação Básica 2023 do INEP, Ministério da Educação⁵² e IDEB 2023.

A Rede de Ensino Público - Estadual teve **197.534 alunos matriculados em 2024**, em contrapartida com 204.106 alunos matriculados em 2023, sendo a maior parte deles nos níveis correspondentes ao Ensino Médio. Ainda, segundo os dados do Inep Data - Censo Escolar, a Paraíba teve **949.125** alunos matriculados no ano de 2024, em todas as esferas administrativas, inclusive na rede privada, excluindo o ensino superior⁵³.

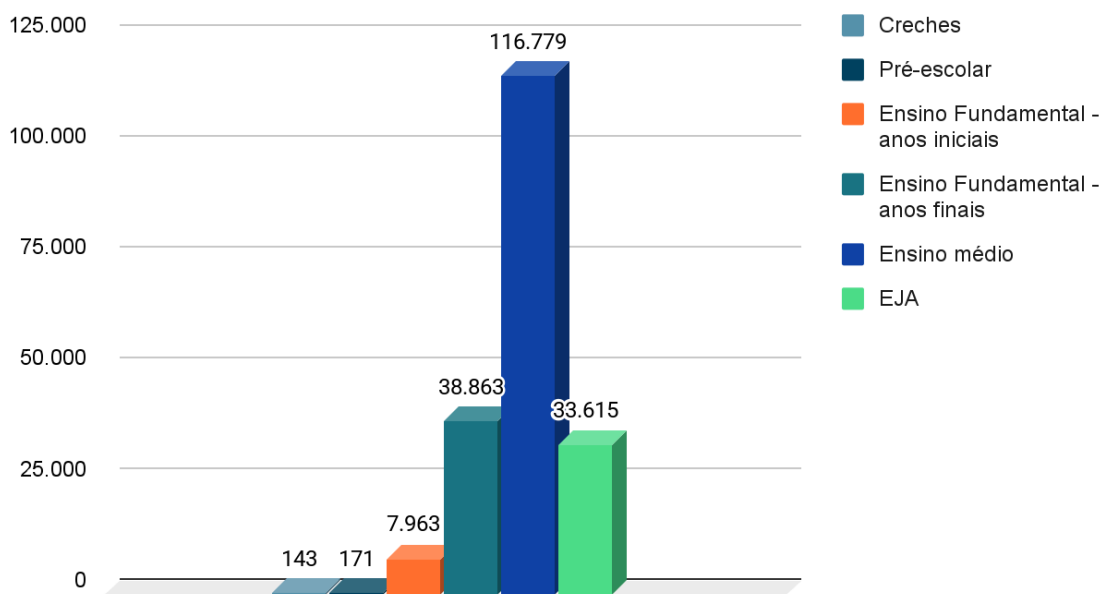
⁵¹ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=7>

⁵² O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo Inep em duas etapas e em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008.

⁵³ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2VlNDBjNDk0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>



Gráfico 3.1.a - Alunos matriculados na Rede Estadual da Paraíba em 2024



Fonte: INEP DATA - CENSO ESCOLAR (gráfico criado pelo ECD)

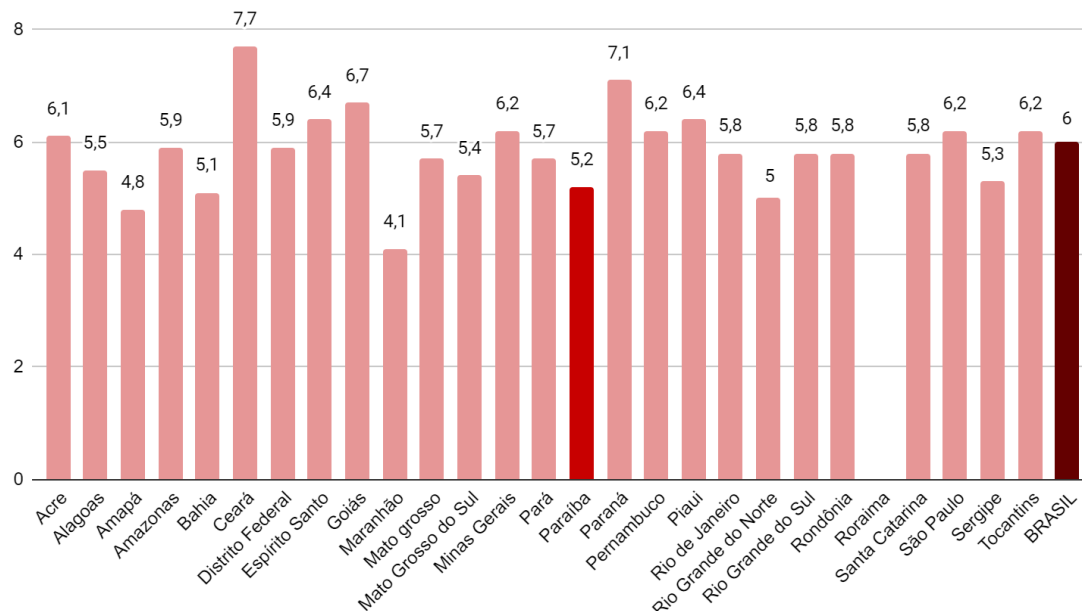
Com relação ao **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB** que é um componente do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, criado em 2007 e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Ele passa a ser o principal indicador para monitorar a qualidade da educação básica no Brasil**, a partir da combinação de dados do fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e das médias de desempenho dos estudantes em testes padronizados, seguindo o princípio da avaliação em larga escala, ou seja, o **IDEB mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da análise da proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação.**

As metas nacionais do IDEB nacional para 2023, na **rede geral de ensino** são **6,0; 5,5; e 5,2**, para os **anos iniciais, anos finais e para o ensino médio**, respectivamente, já as **metas** para o estado paraibano, na rede geral de ensino são **5,3; 4,8; e 4,8**, respectivamente.

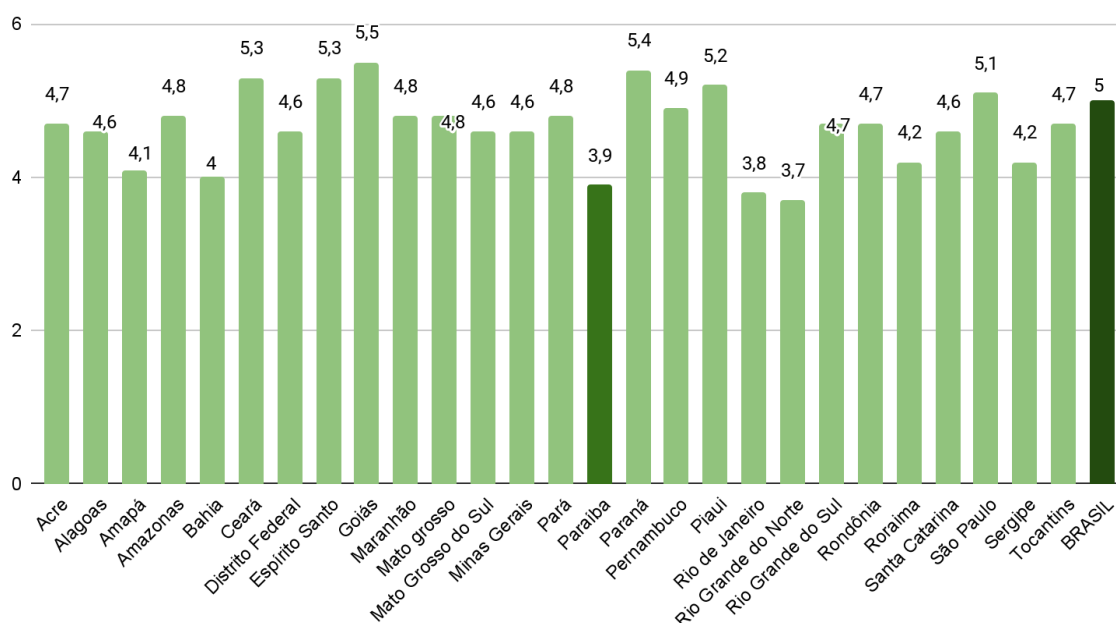
O Brasil alcançou IDEB (rede geral) de **6,0 (anos iniciais), 5,0 (anos finais) e 4,3 (ensino médio)**. A Paraíba **alcançou** as seguintes notas (rede geral): **5,4 anos iniciais, 4,5 anos finais e 4,0 ensino médio**. Com relação à **Rede Estadual Paraibana**, o **IDEB foi de 5,2 (anos iniciais); 3,9 (anos finais); 3,6 (ensino médio)**, tendo como metas da rede estadual de ensino **5,3; 4,5; 4,4**.

Gráfico 3.1.b - IDEB Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Médio 2023 - rede Estadual

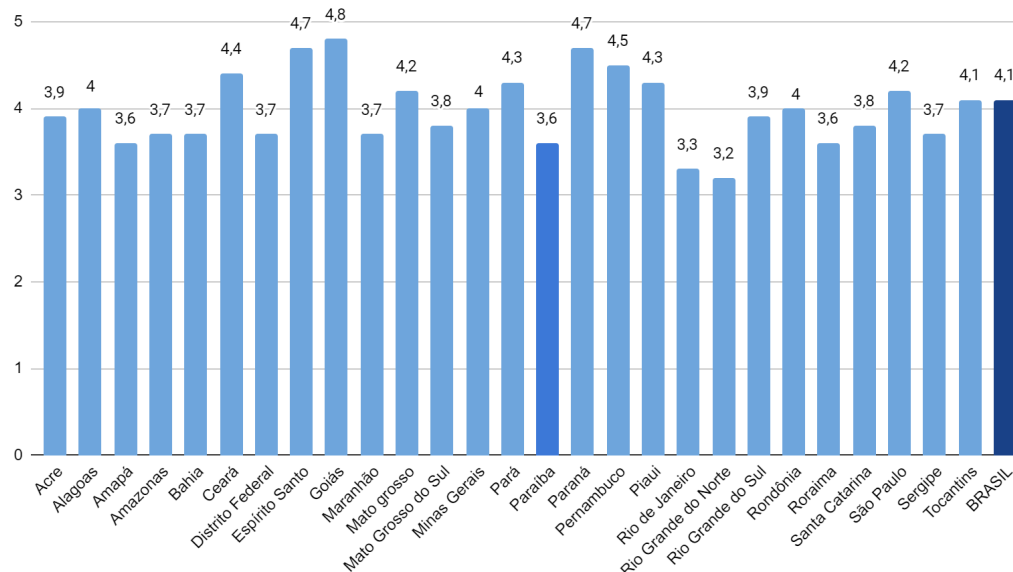
IDEB por Unidade da Federação - 2023 - Anos iniciais do ensino fundamental



IDEB por Unidade da Federação - 2023 - Anos finais do ensino fundamental



IDEB por Unidade da Federação - 2023 - Ensino Médio

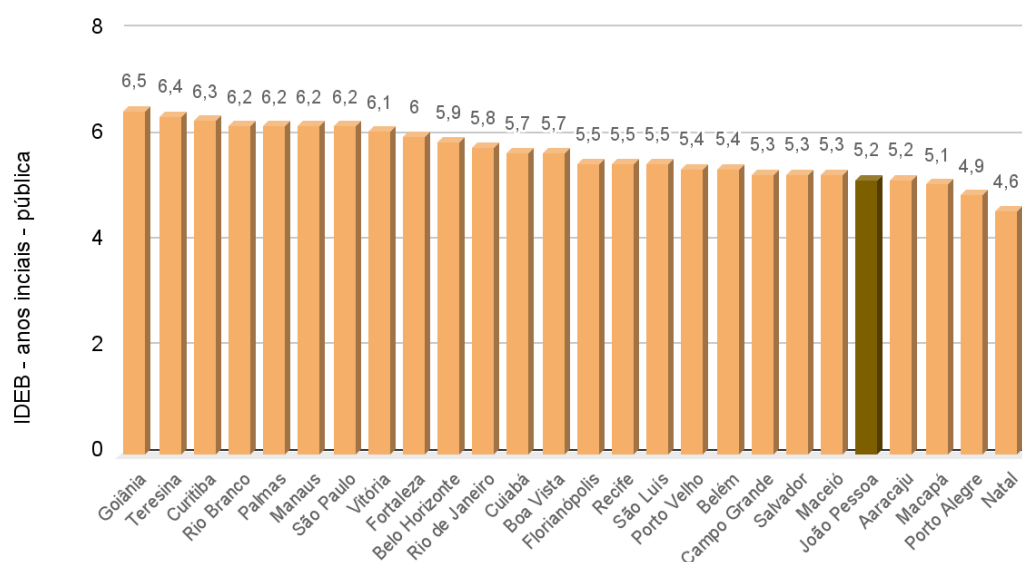


Fonte: [Ideb Resultados - INEP](#)

O gráfico abaixo indica o resultado do IDEB dos **anos iniciais, da rede pública**, das capitais de cada estado do país, em 2023. No qual indica que Goiânia, capital do Goiás, foi a capital com maior desempenho.

Gráfico 3.1.c - IDEB das capitais brasileiras - anos iniciais - rede pública

IDEB - anos iniciais - rede pública - 2023



Fonte: [Ideb Resultados - INEP](#)

Tabela 3.1.a - Número de matrículas da Educação básica das redes Estaduais e Municipais da Paraíba 2024

Ensino regular + educação especial	ESTADUAL	MUNICIPAL
CRECHE	143	59.371
PRÉ-ESCOLA	171	72.387
ANOS INICIAIS	7.963	203.023
ANOS FINAIS	38.863	152.754
MÉDIO	116.779	189
EJA PRESENCIAL	33.615	56.257

Fonte: Inep

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> (tabela elaborada pelo ECD)

Haverá uma prioridade maior em apresentar os resultados do ensino médio por se tratar de indicadores mais relacionados às Contas do Governador. O que não significa que o Governo não possa e nem deva contribuir na educação infantil e fundamental, até porque a qualidade nesses anos anteriores contribuem para o melhor resultado do ensino médio.

Em escala nacional, ocorreu **uma redução de 2,4% das matrículas no ensino médio, no Brasil, em 2023, de acordo com o Relatório Luz 2024**. Essa queda de matrículas reflete uma queda das matrículas na educação básica no país: 47,3 milhões em 2023, 77 mil a menos do que em 2022⁵⁴.

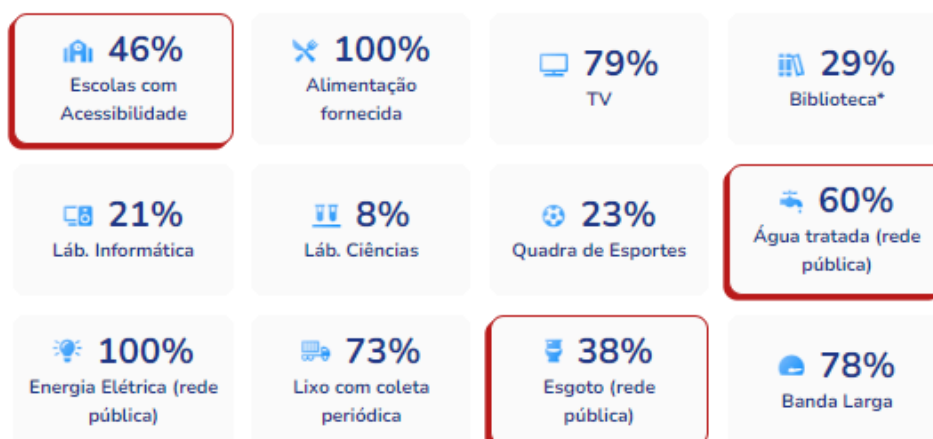
Em termos de **infraestrutura**, segundo a plataforma *Novo Qedu* da Fundação Lemann⁵⁵, observa-se que apenas 38% das escolas públicas paraibanas têm rede pública de esgoto e 60% água tratada, somente 29% tem biblioteca, e 8% dispõe de laboratórios de Ciências, no ano de 2023, vide **Figura 3.1.a**.

⁵⁴ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

⁵⁵ <https://qedu.org.br/>



Figura 3.1.a - Infraestrutura das escolas paraibanas em 2023



A equipe QEdu entende que é essencial a garantia de boas condições de funcionamento para todos e cada um dos alunos. Por isso, para os itens de acessibilidade, saneamento básico e condições elementares de infraestrutura, se marcou em vermelho todos os itens abaixo de 70%. Dado o contexto atual de importância do ensino híbrido, também foi considerado o item banda larga nessa priorização.

* A partir da definição do Inep, a biblioteca é um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário.

Fonte: Censo, INEP - 2023

Fonte: Qedu

Levando em conta a porcentagem de **escolas públicas que possuem bibliotecas**, sendo essas consideradas pelo Inep como “um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário”, é importante realizar um comparativo quanto a outros Estados do Nordeste. Na tabela abaixo é possível correlacionar o IDEB da rede pública em relação a quantidade de bibliotecas.

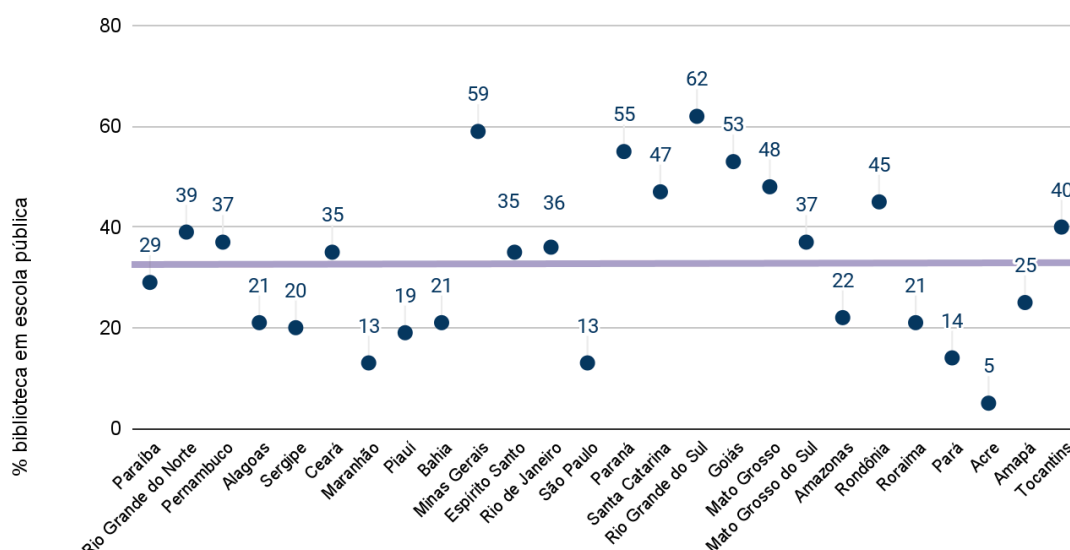
Tabela 3.1.b - Porcentagem de bibliotecas e IDEB da rede pública de ensino (anos iniciais) nos Estados do Nordeste

Estado	% bibliotecas em escola pública - ano 2023	IDEB - anos iniciais - rede pública 2023
<i>Paraíba</i>	29	5,3
<i>Rio Grande do Norte</i>	39	4,8
<i>Pernambuco</i>	37	5,3
<i>Alagoas</i>	21	5,7
<i>Sergipe</i>	20	4,9
<i>Ceará</i>	35	6,5
<i>Maranhão</i>	13	5,1
<i>Piauí</i>	19	5,7
<i>Bahia</i>	21	4,9

Fonte: Qedu (tabela elaborada pelo ECD)



Gráfico 3.1.e - Percentual de Escolas da rede Pública com bibliotecas, por unidade da Federação (2023)



Fonte: Qedu (gráfico elaborado pelo ECD)

Já em relação às escolas da **rede Estadual da Paraíba em 2023** (Fonte Novo Qedu), 36% delas apresentam laboratório de ciências, 74% tem biblioteca, 53% apresentam rede de esgoto vinculada à rede pública de tratamento e 90% apresentam tratamento de água adequado. Um dado interessante a ser veiculado é que 95% das escolas estaduais paraibanas apresentam coleta periódica de lixo, mas somente 2% delas encaminham para reciclagem.

Outro tema importante a ser levado em consideração é quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais e retorna à escola, a partir daí ele precisa repetir uma mesma série para não prejudicar a progressão dos conteúdos. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série⁵⁶. **O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles**⁵⁷. Na Paraíba, em 2023, a distorção idade-série no ensino médio chegou a 25,1%⁵⁸, enquanto a nível nacional a maior distorção também se observou no ensino médio, sendo maior para o sexo masculino⁵⁹.

⁵⁶ <https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/>

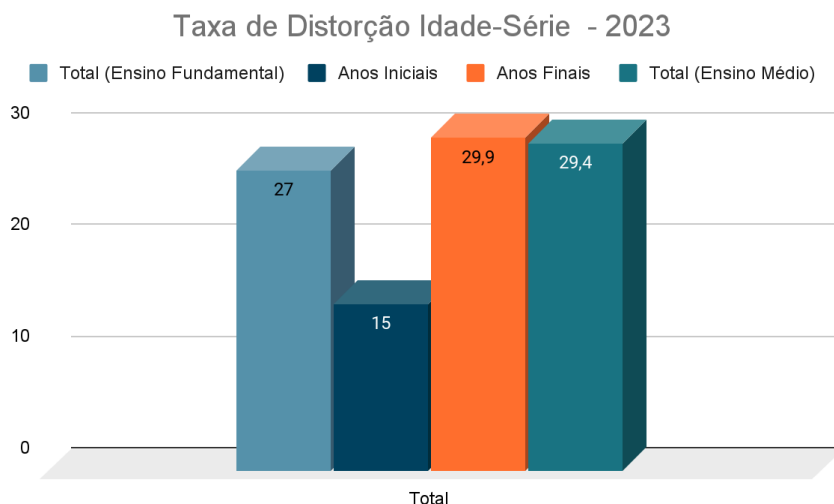
⁵⁷ <https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/>

⁵⁸ <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

⁵⁹ <https://qtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

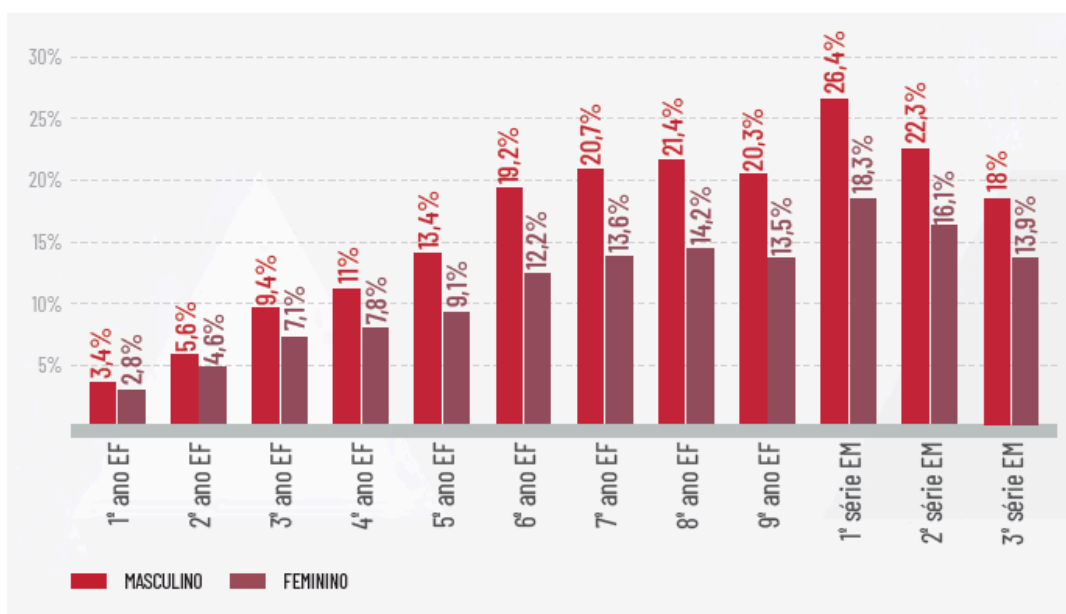


Gráfico 3.1.f - Distorção Idade-Série Rede Estadual da Paraíba 2023



Fonte: INEP 2023 - (gráfico elaborado pelo ECD - dados obtidos por planilha disponibilizada pelo INEP)

Gráfico 3.1.g - Taxa de distorção idade-série por sexo nos ensinos fundamental e médio em 2023



Fonte: VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030

(<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>)

O **Decreto nº 12.191, de 20 de setembro de 2024** instituiu o **Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização**. De acordo com a página do Ministério da Educação⁶⁰ “é um reconhecimento aos esforços e iniciativas exitosas das secretarias de Educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias que assegurem o direito à alfabetização das crianças”. Os critérios avaliados foram: a colaboração entre os entes federativos, a institucionalização e

⁶⁰ <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/selo-nacional-compromisso-com-alfabetizacao>



implementação da política de alfabetização, assim como ações para formação de gestores e professores; e a distribuição de materiais de apoio à alfabetização.

A sua primeira edição contou com a premiação de 2.592 municípios e 13 estados com o Selo Ouro, a mais alta avaliação. Assim como, nove estados e 1.062 municípios com o Selo Prata; por fim, três estados e 533 municípios com o Selo Bronze. A pontuação ouro é recebida quando obtém-se 85 a 100 pontos, selo prata entre 65 a 84 pontos e selo bronze, entre 45 e 64 pontos⁶¹.

O **Estado da Paraíba** recebeu o selo **prata**. Com relação aos municípios, 64 cidades receberam o selo **ouro**, 25 cidades o selo prata e 14 cidades o selo **bronze** (nem todos os municípios foram analisados).

A tabela abaixo indica a classificação do selo de todos os estados do país, com ênfase para a Paraíba, com selo Prata.

Tabela 3.1.c - Unidades federativas e respectivos selos

Unidades da Federação	SELO
<i>Acre</i>	prata
<i>Alagoas</i>	bronze
<i>Amapá</i>	prata
<i>Amazonas</i>	prata
<i>Bahia</i>	prata
<i>Ceará</i>	ouro
<i>Distrito Federal</i>	ouro
<i>Espírito Santo</i>	ouro
<i>Goiás</i>	ouro
<i>Maranhão</i>	prata
<i>Mato grosso</i>	ouro
<i>Mato Grosso do Sul</i>	ouro
<i>Minas Gerais</i>	ouro
<i>Pará</i>	ouro
Paraíba	prata
<i>Paraná</i>	ouro
<i>Pernambuco</i>	ouro
<i>Piauí</i>	ouro
<i>Rio de Janeiro</i>	bronze
<i>Rio Grande do Norte</i>	ouro
<i>Rio Grande do Sul</i>	bronze
<i>Rondônia</i>	ouro
<i>Roraima</i>	prata
<i>Santa Catarina</i>	prata

⁶¹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/guiaparticipanteed.pdf>

São Paulo	prata
Sergipe	prata
Tocantins	ouro

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/selo-nacional-compromisso-com-alfabetizacao>
(tabela elaborada pelo ECD)

3.2. Indicadores do Ensino Médio

O IDEB do **Ensino Médio do Estado da Paraíba** (Rede Estadual), em particular, no ano de 2023, foi de **3,6 pontos**. O IDEB da Paraíba é superior à média dos estados com condições populacionais e socioeconômicas similares. No entanto, não atingiu a meta para o exercício de 2023, que era de **4,4 pontos**.

Figura 3.2.a - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Português e Matemática, dados do QEDU, 2023 (Paraíba) - rede estadual



Fonte: QEDU

Além disso, a **proficiência em Português e em Matemática estão em patamares críticos**, no ano de 2023, especialmente a segunda, e isso vem se repetindo desde 2017, vide **Figura 3.2.b**.



Figura 3.2.b - Proficiência em Português e Matemática - Rede Estadual Ensino Médio - 2017 a 2023 (Paraíba)

Indicador de Aprendizado

O indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado.

2023 Ensino Médio Estadual



4,29

Nota padronizada em português e matemática de acordo com a Prova Saeb/2023

Português

264,57

Média de proficiência

Matemática

259,13

Média de proficiência

Evolução nota SAEB

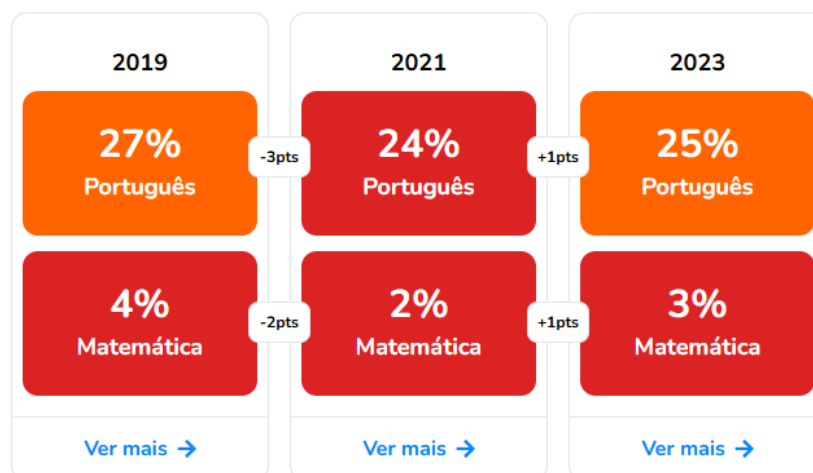


Fonte: IDEB 2023, INEP.

Aprendizado adequado ?

Percentual de estudantes com nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa (nível Proficiente ou Avançado no Saeb)

Estadual 3º ano EM



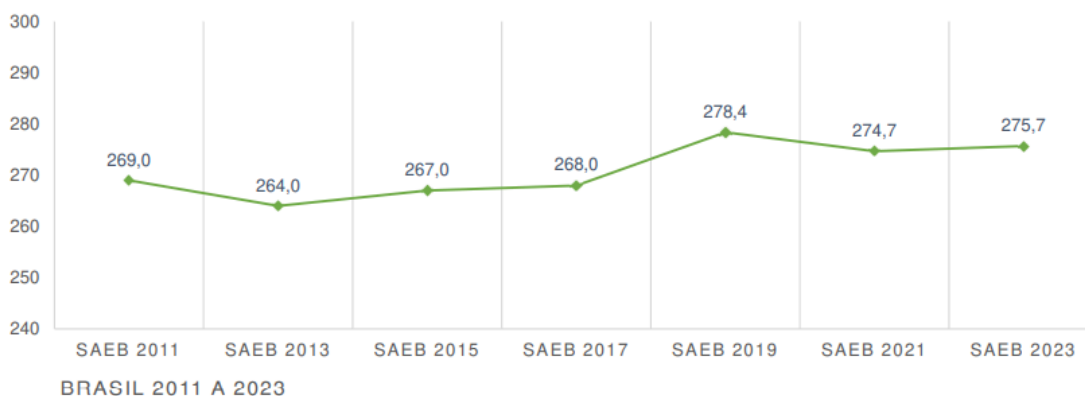
● ≥ 70% Aprendizado
 ● ≥ 50% Aprendizado
 ● ≥ 25% Aprendizado
 ● < 25% Aprendizado

Fonte: Qedu

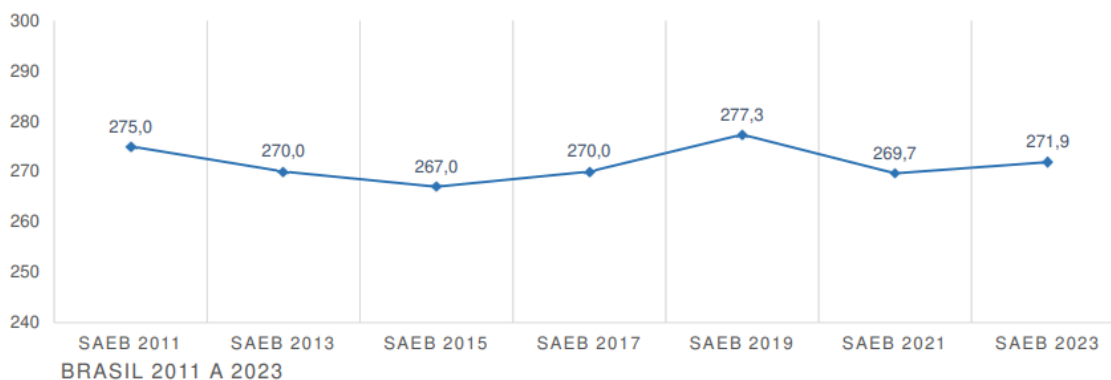


Gráfico 3.2.a - Saeb - Matemática/Português no Ensino Médio 2011 a 2023 (Brasil)

Evolução das proficiências médias no Saeb em **Língua Portuguesa no 3ª série do Ensino Médio Tradicional**



Evolução das proficiências médias no Saeb em **Matemática no 3ª série do Ensino Médio Tradicional**



Fonte: Inep

3.3. Taxa de Adequação de Formação Docente - Ensino Médio

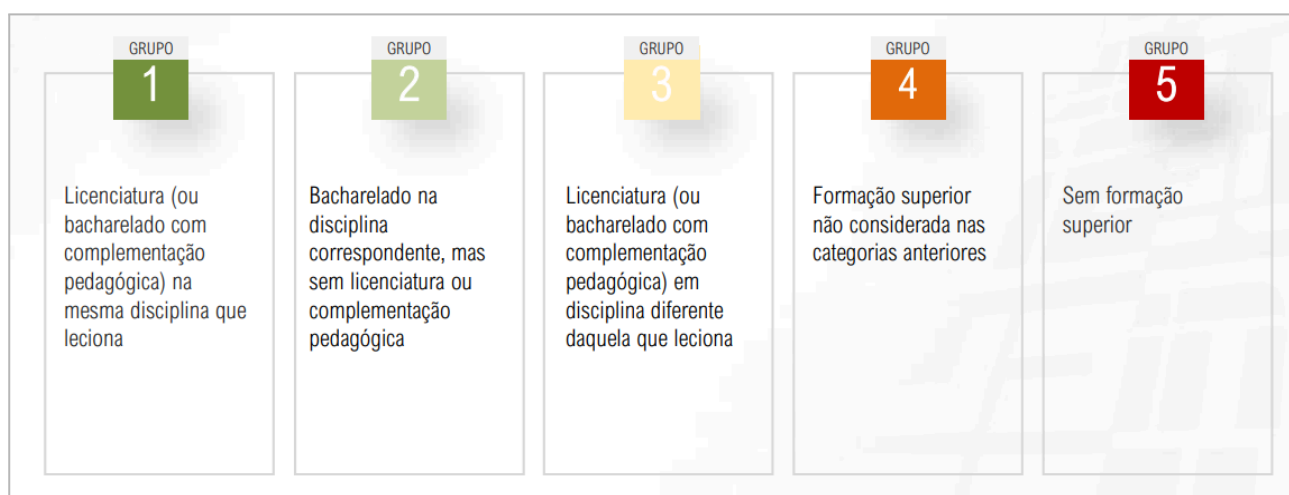
A Taxa de Adequação de Formação do Docente é o indicador-chave que revela a proporção de docentes cuja formação superior tem adequação com a área de conhecimento lecionada, **com fundamento no disposto nos arts. 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Esse indicador leva em conta apenas os docentes com formação



superior em licenciatura ou bacharelado e neste último que haja um curso de complementação pedagógica.

É importante levar em consideração as categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:

Figura 3.3.a - Grupos de formação dos docentes



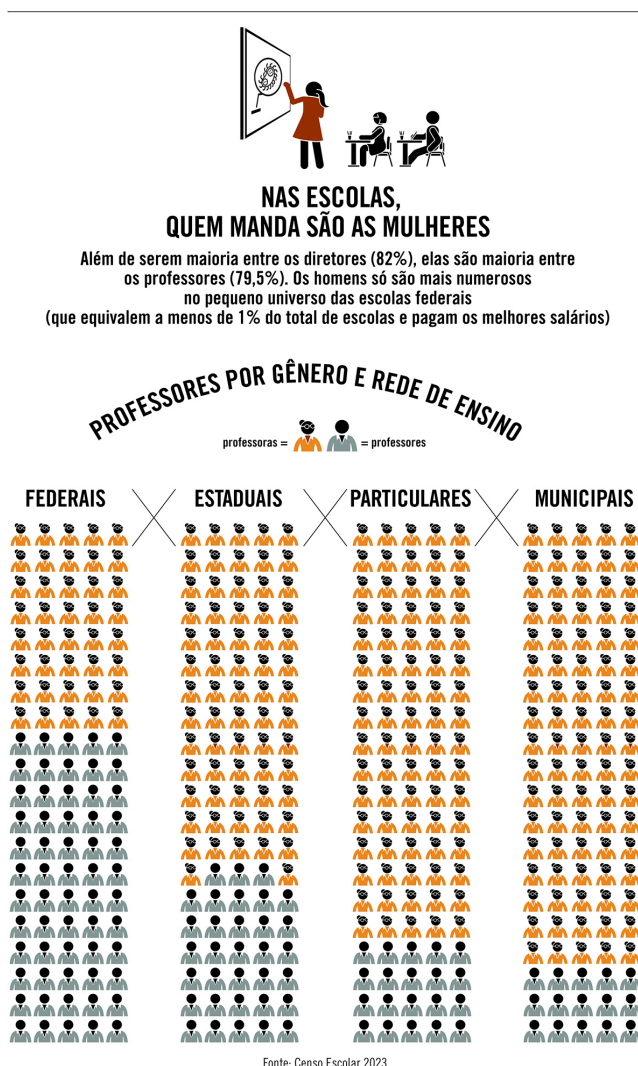
Fonte: Censo Escolar 2022

O **Estado da Paraíba** possui, no **Ensino Médio**, **79,4%** dos professores no grupo 1; **1,4%** no grupo 2; **15,9%** no grupo 3; **1,4%** no grupo 4 e **1,9%** no grupo 5, em 2024⁶². Ademais, o Estado da Paraíba **não** atingiu a meta que é de **100% da adequação da formação docente**, de acordo com o Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE - PB) - Avaliação dos Indicadores das Metas 2015-2020 (até a data de divulgação do estudo, dados sobre as metas dos últimos anos não foram liberados) ⁶³. É importante destacar, que de acordo com um dado liberado no ano de **2023**, a maior parte dos docentes na educação básica são formados por pessoas do **gênero feminino**, equivalente a **79,5%** do pessoal, vide **figura 3.3.b**.

⁶²<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>

⁶³https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/relatorio_de-avaliacao-seect_pee-final.pdf

Figura 3.3.b - Professores por gênero e rede de ensino 2023



Fonte: Censo Escolar 2023 (acesso em

<https://piaui.folha.uol.com.br/biblioteca-psicologo-censo-escolar-inep/>)

3.4. Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono⁶⁴

As taxas de rendimento são fatores que indicam o desempenho dos estudantes quanto ao conhecimento, assim como sua habilidade em aplicá-lo. Vários fatores podem influenciar o rendimento como fatores intrínsecos aos alunos, assim como extrínsecos.

A **Taxa de Abandono** é um indicador que demonstra o percentual de alunos que deixaram de frequentar a escola após o Censo Escolar. Esse indicador forma o grupo denominado “taxas de rendimento escolar”, juntamente com as taxas de reprovação e aprovação.

⁶⁴ Dados de 2023 - obtidos através das planilhas disponibilizadas em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>

O Estado da Paraíba, no ano de 2023 (últimos dados liberados pelo Inep) teve uma **taxa de abandono escolar de 7,9%**, no Ensino Médio, na Rede Estadual, estando **superior em mais de 48% à média de abandono do País**, que foi de **3,8% na rede estadual** (dados retirados do site do Qedu).

As diferenças entre escolas do meio rural e do meio urbano se mantêm estáveis, com discreta diferenciação. **O grau de evasão escolar da educação básica pública se torna maior em estudantes que cursam o ensino médio em escolas municipais urbanas (7,5%) e isso continuou acontecendo em 2023 na Paraíba (últimos dados liberados pelo Inep).** **Na Paraíba há uma taxa maior de abandono em escolas urbanas da rede estadual no ensino fundamental (4,1%) e urbanas da rede municipal no ensino médio (12,6%).**

Tabela 3.4.a - Taxas de Abandono (de todas as dependências administrativas) do Brasil, Região Nordeste e Unidades federativas NE - 2023

Unidades	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	0,6%	2,6%
Bahia	1,6%	4,8%
Ceará	0,2%	2%
Maranhão	1%	3,4%
Paraíba	1,3%	6,5%
Pernambuco	0,4%	0,9%
Piauí	0,5%	2%
Rio Grande do Norte	1,5%	8,1%
Sergipe	0,9%	2,6%
Nordeste	1%	3,4%
Brasil	0,7%	3,4%

Fonte: Indicadores Educacionais INEP 2023

Quanto ao indicador-chave **Taxa de Aprovação** revela o percentual de alunos que alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da sua série. Esse indicador forma o grupo denominado “*taxas de rendimento escolar*”, juntamente com as taxas de reprovação e abandono. **A rede estadual da Paraíba tem uma taxa de aprovação de alunos do Ensino Médio de 83,6% na, enquanto que no Brasil a taxa é de 90,5% (rede estadual).**

Em comparativo com os anos de 2022 - 2023, obteve-se discreto aumento da **taxa geral** de aprovação em 2023. Em 2022, era de 92,2% no Ensino Fundamental e 84,5% no Ensino Médio, enquanto em 2023 foi de 93,7% no ensino fundamental e 86% no ensino médio.



Tabela 3.4.b - Taxas de Aprovação (de todas as dependências administrativas) do Brasil, Região Nordeste e Unidades federativas NE - 2023

Unidades	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	97,5%	93,8%
Bahia	91,6%	91,7%
Ceará	99,3%	96,9%
Maranhão	95,7%	92,5%
Paraíba	93,7%	86%
Pernambuco	96,2%	95,2%
Piauí	97,1%	96,5%
Rio Grande do Norte	89,4%	79,9%
Sergipe	91,7%	89,7%
Nordeste	94,8%	92,5%
Brasil	95,8%	91,3%

Fonte: Indicadores Educacionais INEP 2023

A **Taxa de Reprovação** é um indicador que evidencia o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da série. O Estado da Paraíba tem uma taxa de reprovação de alunos do Ensino Médio, em 2023, de 7,5% (Rede Estadual), taxa que aumentou em comparação com o ano de 2022, que foi de 6,7%, já o Brasil teve uma taxa de reprovação de 5,7% no ano de 2023 (rede estadual).

Tabela 3.4.c - Taxas de Reprovação (de todas as dependências administrativas) do Brasil, Região Nordeste e Unidades federativas NE - 2023

Unidades	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	1,9%	3,6%
Bahia	6,8%	3,5%
Ceará	0,5%	1,1%
Maranhão	3,3%	4,1%
Paraíba	5%	7,5%
Pernambuco	3,4%	3,9%
Piauí	2,4%	1,5%
Rio Grande do Norte	9,1%	12%
Sergipe	7,4%	7,7%
Nordeste	4,2%	4,1%
Brasil	3,5%	5,3%

Fonte: Indicadores Educacionais INEP 2023⁶⁵

⁶⁵ Para mais informações sobre as taxas de rendimento escolar, acessar o portal do Inep - Indicadores Educacionais: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>



4. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE

4.1. Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica

Os dados sanitários e sobre a atenção básica da população foram retirados do **Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB)**⁶⁶, que é prioritariamente responsabilidade dos municípios, onde as proporções dos indicadores a seguir estão dispostas. Os indicadores são referentes às consultas pré-natais para mulheres gestantes, exames de sífilis, HIV e cuidados com a saúde bucal também, cobertura citopatológica em mulheres, cobertura vacinal para a vacina de poliomielite e a vacina pentavalente (prevenção da difteria, tétano e coqueluche, doenças invasivas pela bactéria *Haemophilus influenzae* tipo b, e Hepatite B) para crianças de 1 ano de idade, e avaliação da hipertensão e diabetes na população geral.

Tabela 4.1.a - Relatório quadrimestral de indicadores do Estado da Paraíba (1º quadrimestre de 2025)

Indicador	Proporção	Meta
<i>Pré-natal (6 consultas)</i>	55%	>45%
<i>Pré-natal (sífilis e HIV)</i>	70%	>60%
<i>Gestantes Saúde Bucal</i>	59%	>60%
<i>Cobertura Citopatológico</i>	31%	>40%
<i>Cobertura Vac Pólio e Penta</i>	78%	>95%
<i>Hipertensão (PA aferida)</i>	26%	>50%
<i>Diabetes (Hemoglob. Glicada)</i>	21%	>50%

Fonte: SISAB⁶⁷ (tabela elaborada pelo ECD)

4.2. Vacinações - Imunizações

Em relação a porcentagem de vacinação por ocorrência no Estado, no ano de 2024, a **tabela 4.2.a**, dispõe dos dados e de acordo com o portal de notícia do Instituto Butantan, mais de 60% dos municípios brasileiros não atingiram a **meta proposta pelo Ministério da Saúde, que é de 95% de cobertura vacinal em cada localidade** (durante o primeiro ano de vida).⁶⁸ A situação é alarmante, pois o risco de surtos dessas doenças aumenta, principalmente em pessoas que não podem participar do calendário vacinal como pessoas imunossuprimidas e mulheres grávidas.

⁶⁶<https://sisab.saude.gov.br/paginas/acessoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

⁶⁷<https://sisab.saude.gov.br/paginas/acessoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

⁶⁸<https://butantan.gov.br/noticias/maioria-dos-municipios-brasileiros-nao-atingiu-a-meta-de-cobertura-para-vacinas-do-c-alendario-infantil-em-2023#:~:text=Mais%20de%2060%25%20dos%20munic%C3%ADpios,o%20primeiro%20ano%20de%20vida.>



Tabela 4.2.a - Cobertura vacinal da Paraíba x Brasil 2024

Tipo de vacina	Cobertura Vacinal por ocorrência (PB)	Cobertura Vacinal por ocorrência (BR)	Meta
BCG (ao nascer)	102,48%	95,08%	90,00%
Hepatite B (ao nascer)	101,55%	93,28%	95,00%
Febre amarela (<1 ano)	70,11%	73,00%	95,00%
Polio (<1 ano)	86,45%	89,80%	95,00%
DTP (<1 ano)	86,47%	90,00%	95,00%
Varicela (1 ano)	31,39%	72,43%	95,00%
Tríplice Viral 1ªdose (1 ano)	89,04%	95,43%	95,00%

Fonte: Ministério da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA.html,
acesso em 13/05/2025) - tabela elaborada pelo ECD

De acordo com a **taxa de vacinação nacional**, a figura abaixo demonstra o crescimento e a diminuição da cobertura vacinal dependendo do tipo de vacina, entre os anos de 2023 e 2024 no Brasil. As vacinas BCG e hepatite B, ambas administradas nos primeiros 30 dias de vida (recém-nascido) tiveram aumento na sua cobertura. **Assim como na Paraíba, no qual houve aumento entre 2023 e 2024, de 88,91% da BCG para 102,48% e de 87,61% da Hepatite B para 101,55%, respectivamente, de acordo com dados do Ministério da Saúde⁶⁹.**

De acordo com o **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030⁷⁰** - no ano de **2024, desde 2015** o Brasil **não** atinge os 95% da cobertura vacinal recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

⁶⁹https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA.html

⁷⁰ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>



Figura 4.2.a - Cobertura vacinal no **Brasil** 2023 - 2024

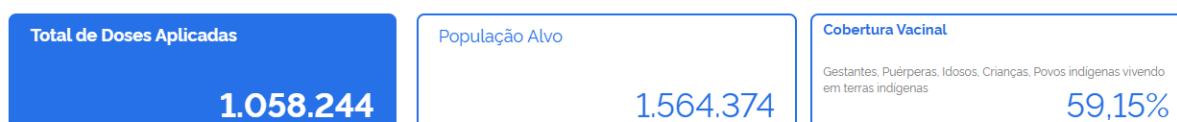
Imunobiológicos	2023	2024*
BCG	83,50%	92,82%
Hepatite B	85,93%	90,54%
Rotavirus Humano	86,22%	86,38%
Meningococo C	88,76%	84,42%
Penta (DTP/Hib/HB)	85,90%	87,03%
Pneumocócica	88,89%	89,79%
Polio Oral Bivalente	78,45%	100,18%
Polio Injetável (VIP)	86,89%	86,63%
Febre Amarela	73,86%	74,64%
Hepatite A Infantil	83,30%	82,92%
Pneumocócica (1º ref)	83,63%	92,92%
Meningococo C (1º ref)	87,10%	91,65%
Tríplice Viral D1	88,84%	96,34%
Tríplice Viral D2	66,25%	77,67%
DTP (1º ref)	78,48%	87,04%
Varicela	71,54%	70,89%

Fonte: Ministério da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_MENU_COBERTURA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_MENU_COBERTURA.html, acesso em 19/02/2025)

Em relação à vacinação contra a **Influenza**, em 2024, tem-se dados quanto à campanha de vacinação nacional do mesmo ano, disponibilizados no painel Datasus. Com maior quantidade de doses em João Pessoa, Campina Grande e Patos.

Figura 4.2.b - Painel da cobertura vacinal contra a Influenza em 2024



Fonte: Ministério da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_INFLUENZA_2024_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_INFLUENZA_2024_OCORRENCIA.html, acesso em 14/01/25)

4.3. Casos de Arboviroses

“As arboviroses são um grupo de doenças virais que são transmitidas por mosquitos e carrapatos. Essas enfermidades podem causar uma variedade de sintomas, desde febre leve até



complicações mais sérias, sendo algumas delas potencialmente fatais. Os principais vetores das arboviroses são os mosquitos, em particular, os gêneros *Aedes*, *Culex* e *Anopheles*. Esses insetos se tornam portadores dos vírus ao picar uma pessoa infectada e, subsequentemente, passam o vírus para outras pessoas durante suas picadas.”⁷¹

Tabela 4.3.a - Casos de arboviroses em 2023 e 2024 na Paraíba

Arbovirose	2023	2024	óbitos/2023	óbitos/2024
Dengue	7.250	15.077	6	11
Zika	221	1.717	0	5
Chikungunya	1.435	1.403	4	5

Fonte: Ministério da Saúde

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>, acesso em 14/01/2025 (tabela elaborada pelo ECD)

Dentre as arboviroses, a dengue é a que possui o maior número de casos, comprometendo a saúde pública, além de causar quadros graves que podem levar ao óbito. É possível notar um aumento nos casos de dengue em 2024, assim como de chikungunya e principalmente nos casos de zika.

4.4. Mortalidade Materna

De acordo com o **Painel de Monitoramento da Secretaria de Saúde do Estado sobre Mortalidade Materna**, houve 25 casos de óbitos maternos na Paraíba em 2024, causados, principalmente, por doenças da mãe que complicaram a gravidez, o parto ou o puerpério, com 8 casos na capital do Estado e 10 casos em Campina Grande, demais cidades variam entre 1 a 2 óbitos.

⁷¹ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses>

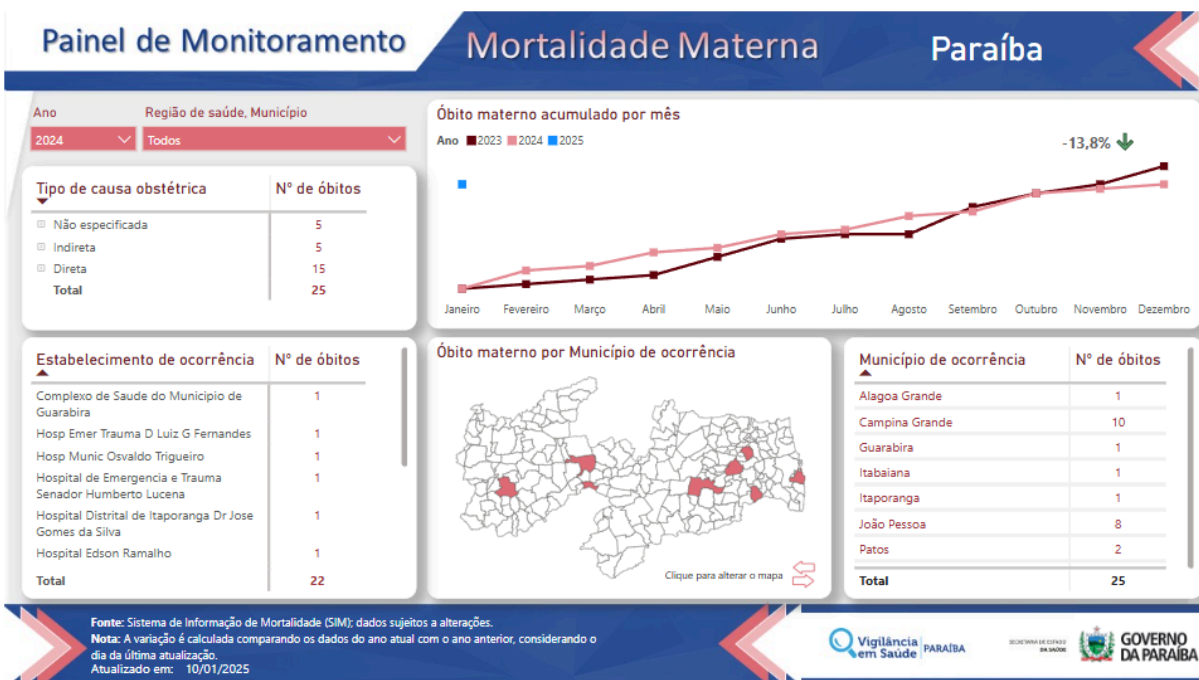


Figura 4.4.a - Painel de Monitoramento Mortalidade Materna 2023



Fonte: Painel de Mortalidade Materna - Vigilância em Saúde

Figura 4.4.b - Painel de Monitoramento Mortalidade Materna 2024 (acesso em 14/01/25)



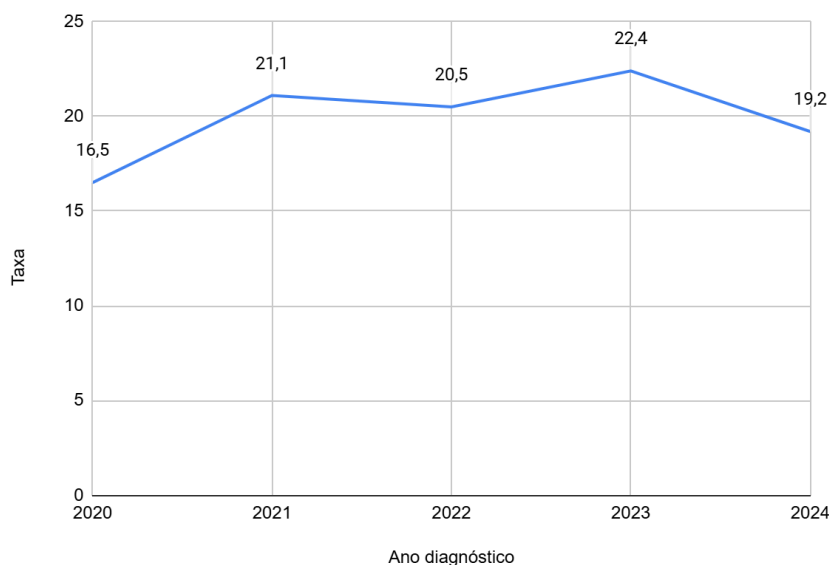
Fonte: Painel de Mortalidade Materna - Vigilância em Saúde



4.5. Casos de HIV

Em relação ao HIV na Paraíba, a detecção dos casos teve diminuição de cerca de 14% entre 2023 e 2024, sendo importante frisar que a detecção equivale a incidência real de casos e a agilidade diagnóstica do sistema de saúde local.

Gráfico 4.5.a - Taxa de detecção de casos de HIV (x 100 mil hab) na Paraíba, entre 2020 e 2024



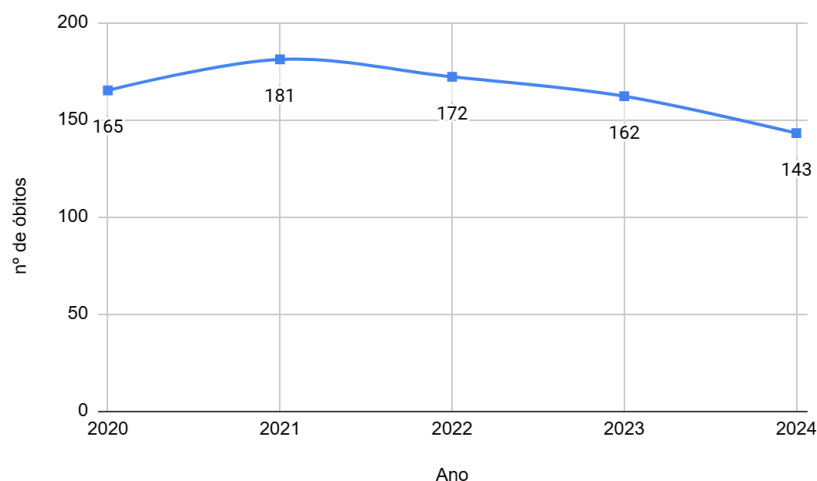
Fonte: Sinan/SES-PB (dados extraídos em jan/25) - Boletim Epidemiológico de HIV 01/2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação **a mortalidade decorrente do HIV e como causa básica AIDS**, houve uma diminuição, visto que em 2020 o coeficiente era de 4,1 óbitos/ 100 mil habitantes, enquanto em 2024 esse coeficiente reduziu para 3,5 óbitos/100 mil⁷².

⁷²Boletim Epidemiológico de HIV 01/2024

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-1-2024.pdf>

Gráfico 4.5.b - Número de óbitos em decorrência da AIDS, na Paraíba, entre 2020 e 2024



Fonte: Sinan/SES-PB (dados extraídos em jan/2025) - Boletim Epidemiológico de HIV 01/2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

4.6. Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos

É definida como o número de óbitos de crianças menores de um ano, a cada mil nascidos vivos, em um determinado período do tempo, estimando assim o risco de morte em seu primeiro ano de vida. Valores elevados refletem precárias condições de vida e saúde, além de baixo nível de desenvolvimento social e econômico ⁷³.

De acordo com os dados do IBGE no ano de **2022** a taxa de mortalidade infantil, na Paraíba, ficou aproximadamente **14,74**, com número de óbitos de 749; um aumento em relação ao ano de **2021**, que era de **12,63, com número de óbitos de 708**. Fato este que merece ser esclarecido.

Em relação à taxa **do país**, houve um aumento de **11,51** em 2020 para **12,59** em 2022, dados esses coletados da plataforma do IBGE. ⁷⁴

De acordo com o **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**⁷⁵, a taxa de mortalidade infantil aumentou entre 2018 a 2022, principalmente em populações indígenas. Importante levar em consideração que o estado da Paraíba possui um número considerável dessas populações, fato este que merece atenção.

⁷³ <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim-epidemiologico-svs-37-v2.pdf>

⁷⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/39/30279?ano=2022>

⁷⁵ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>



4.7. Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não-transmissíveis (DCNT)

No estado da Paraíba a mortalidade prematura atingiu **5.556 pessoas no ano de 2024⁷⁶**, de acordo com a Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde (IVISQ) do Ministério da Saúde, em sua maior parte se concentrou na Macrorregião I da Saúde (João Pessoa) com 2.813 óbitos. Em contrapartida, em 2023 foi de 5.469 e em 2022, o número de óbitos foi de 6.100. Em relação ao Brasil e ao Nordeste, a Paraíba representou 1,81% e 7,53% dos óbitos, respectivamente. O estado do Nordeste que apresentou um maior número foi a Bahia e em segundo lugar, Pernambuco. **A Paraíba está em 4º lugar dentre os 9 estados da região.**

4.8. Leitos Cirúrgicos

O Estado da Paraíba possui 2.850 leitos cirúrgicos, sendo 1.937 deles referentes aqueles oferecidos pelo SUS, numa taxa de aproximadamente **47 leitos a cada 100 mil habitantes, em 2024 (acesso em 16/04/2025)**, de acordo com a plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal⁷⁷, enquanto essa taxa em 2023, em relação aos leitos cirúrgicos do SUS, foi de 44,27 a cada 100 mil habitantes. Nota-se que houve um aumento, oferecendo uma maior prestabilidade a população.

4.9. Leitos Clínicos

O quantitativo de leitos clínicos, segundo dados obtidos no plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal⁷⁸, no Estado da Paraíba em **2024 (acesso em 16/04/2025)** era de **4.260** e àqueles referentes ao SUS, eram de **3.543**, uma taxa de **85,47 a cada 100 mil habitantes**, enquanto em 2023 essa taxa de leitos clínicos do SUS era de 85,97 a cada 100 mil habitantes, **havendo uma diminuição do seu número em 2024.**

5. INDICADORES-CHAVES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A atenção à Primeira Infância constitui elemento estratégico para a promoção do bem-estar das crianças, de suas famílias e da sociedade como um todo. O investimento qualificado nessa etapa do desenvolvimento humano assegura o acesso a serviços públicos

⁷⁶ <http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/dcnt/>

⁷⁷ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>

⁷⁸ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>



essenciais — notadamente nas áreas de educação, saúde e assistência social —, os quais são determinantes para o pleno desenvolvimento infantil.

A abordagem da Primeira Infância como política pública integrada demanda a atuação articulada de múltiplas áreas setoriais. Vai além da provisão de educação infantil (creche e pré-escola), incorporando ações intersetoriais que envolvem saúde, proteção social, cultura, direitos humanos e demais políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças na faixa etária de zero a seis anos.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) institui um espaço voltado ao **Pacto Paraibano pela Primeira Infância**,⁷⁹ com o objetivo de fomentar a cooperação interinstitucional e promover a implementação de ações estruturadas voltadas ao desenvolvimento integral da criança.

A iniciativa visa à consolidação de um ambiente colaborativo que permita a troca de boas práticas, a disseminação de experiências exitosas e a articulação de soluções inovadoras, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas destinadas à Primeira Infância no Estado da Paraíba, com vistas à garantia de direitos e à melhoria efetiva da qualidade de vida das crianças.⁸⁰

Além disso, a Fundação **Maria Cecília Souto Vidigal** teve a iniciativa de criar o portal **“Primeira Infância Primeiro”**, onde há os resultados dos indicadores referentes a crianças de 0 - 6 anos, onde dispõe sobre demografia, saúde, segurança e proteção, educação infantil, nutrição e parentalidade, servindo como um local de informações, cursos e recomendações para gestores e público geral. O TCE PB utilizou a parceria com a Fundação citada, para elencar os indicadores no seu portal.

Figura 5.1 - Site Primeira Infância



Fonte: <https://tce.pb.gov.br/porta primeirainfancia/>

⁷⁹ <https://tce.pb.gov.br/porta primeirainfancia/>

⁸⁰ Trecho reescrito pelo Chat Gpt com ênfase em dados do Portal Primeira Infância TCE PB e revisado pela equipe ECD

Em relação à **primeira infância**, o percentual de atendimento educacional na Paraíba não atingiu a meta adequada, assim como os dados do Brasil. De acordo com dados do **Primeira Infância Primeiro**⁸¹, a **Paraíba** atingiu 32,83%, a meta do PNE⁸² é 50%, do atendimento em creches para população de 0 a 3 anos (em 2023 foi de 32,60%), enquanto atingiu 85,24% (a meta é 100%) do atendimento em pré-escola para população de 4 a 5 anos (em 2023 foi de 86,29%). Já o **Brasil**, atingiu 38,46% e 88,96%, no atendimento de crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, respectivamente.

Figura 5.2 - Infraestrutura das escolas paraibanas em 2024



Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>)

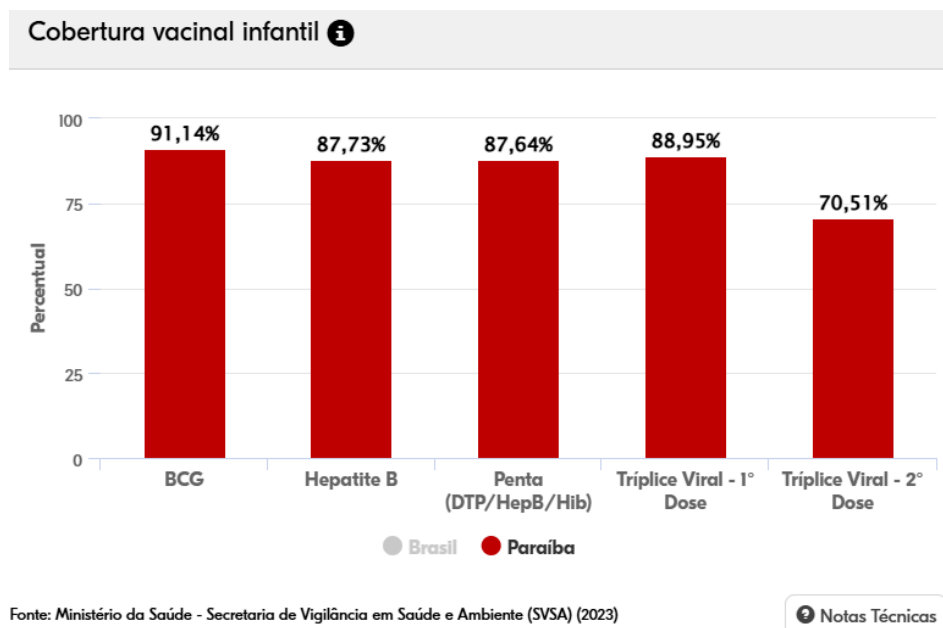
Um indicador importante a ser levado em consideração é a questão da **cobertura vacinal**, que é importante para proteger a criança contra doenças graves, contribuir para a imunidade coletiva, ajudar a erradicar doenças, evitar o reaparecimento de doenças já controladas e também garantir uma certa economia para o sistema de saúde.

⁸¹ <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>

⁸² Plano Nacional de Educação.



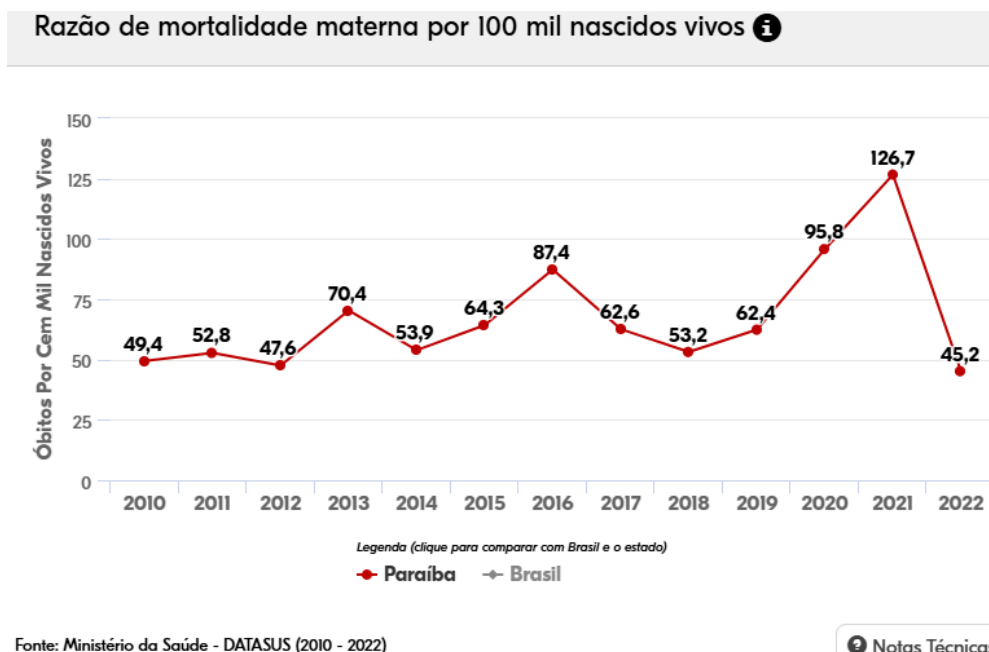
Figura 5.3 - Cobertura Vacinal na Paraíba em 2023



Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>)

Em relação à mortalidade **materna**, observar o crescimento expressivo em 2020 e 2022 - ano no qual a pandemia de COVID 19.

Gráfico 5.1 - Razão de mortalidade materna: Série Histórica



Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>)

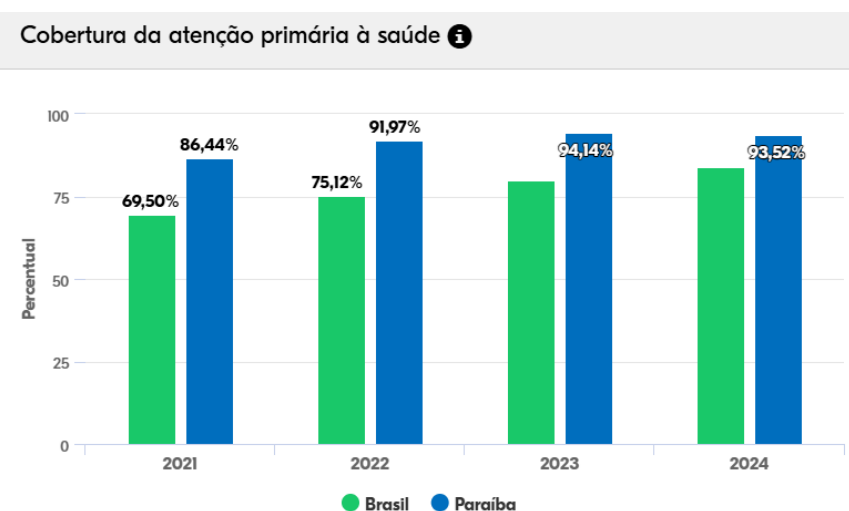
Em relação à **cobertura da atenção primária**, houve uma evolução entre 2021 a 2024 da população cadastrada pelas equipes de atenção primária, sendo importante para colaborar com políticas públicas e servir de alerta para o risco de violência infantil, incentivo à matrícula em



escolas e creches, além dos cuidados e atenção com o aleitamento materno. No **gráfico 4.6.a**, há a porcentagem da cobertura na Paraíba e no Brasil.

Além disso há também a série histórica de nascidos no Estado da Paraíba, até o ano de 2023, sendo este um indicador fundamental nas análises dos dados de nascimentos, gestantes, vacinas em crianças até um ano de idade, taxa de mortalidade infantil e análise de óbitos, dentre outros relacionados à saúde da gestação e ao puerpério⁸³.

Gráfico 5.2 - Cobertura da atenção primária à saúde entre 2021 a 2024

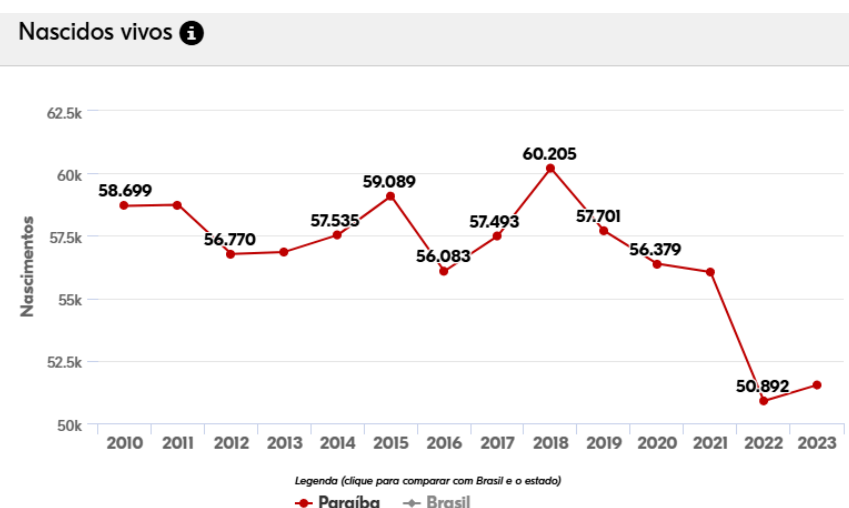


Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor (2021 - 2024)

Notas Técnicas

Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>)

Gráfico 5.3 - Série Histórica - nascidos vivos



Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2023)

Notas Técnicas

Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>)

⁸³ <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>



Tabela 5.1- Indicadores Primeira Infância - Paraíba X Brasil

PARAÍBA			BRASIL	
INDICADORES PRIMEIRA INFÂNCIA	INDICADOR	META	INDICADOR	META
Consultas pré - natal	73,70%	>90%	74,70%	>90%
Mortalidade materna	45,2 a cada mil nascidos vivos	<15 a cada 100 mil nascidos vivos	53,5 a cada mil nascidos vivos	<15 a cada 100 mil nascidos vivos
Partos Cesáreos	63,80%	> ou = 30%	58,10%	> ou = 30%
Baixo peso ao nascer	8,30%	< 6%	9,50%	< 6%
Mortalidade Infantil (antes do 1º ano de vida)	14,72	< 10 óbitos a cada mil nascidos vivos	12,6	< 10 óbitos a cada mil nascidos vivos
Mortalidade na Infância (antes do 5º ano de vida)	17,55	< 10 óbitos a cada mil nascidos vivos	15	< 10 óbitos a cada mil nascidos vivos
Imunização contra poliomielite	77,07%	> ou = 95%	78%	> ou = 95%
Crianças em creches	32,60%	> ou = 50%	37,80%	> ou = 50%
Crianças na pré-escola	86,29%	> ou = 95%	89,95%	> ou = 95%
Coberturas de equipe da saúde da família	94,99%	> 90%	63,60%	> 90%
Acesso à água potável	76,99%	> 90%	84,90%	> 90%
Esgotamento sanitário	40%	> ou = 80%	56%	> ou = 80%
Crianças em domicílio de baixa renda	72,15%	<25%	51,30%	<25%

Fonte: Livro A primeira infância e os Tribunais de Contas “Desigualdades 2025”

(https://portal.tce.go.gov.br/documents/20181/166035/AF_MIOLO_Primeira+Inf%C3%A2ncia_2025/42cf4b79-077e-4818-bfec-a402273dcb5f)

6. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Segurança Pública se consubstancia na perspectiva de ser um direito fundamental o qual “confere ao seu titular prerrogativas que concretizam a garantia da dignidade da pessoa humana, da liberdade e igualdade, estabelecendo um estado de proteção que permite aos cidadãos gozarem de todos os demais direitos assegurados no ordenamento jurídico” (FABRETTI, 2014).



Daí a importância de se perceber a necessária eficiência na execução de suas políticas públicas, planejamento a partir de evidências e indicadores de seus resultados e os impactos na sociedade. E essa 'eficientização' é primordial para o aprimoramento das políticas de segurança pública no Brasil.

Nesse sentido, conhecer os dados e validar a sua consistência tornam-se condições essenciais para se avançar em análises qualificadas sobre as diversas formas de criminalidade e violência, além de apontar soluções válidas, tudo traduzido em evidências empíricas.

Não esquecendo que o objetivo da gestão de segurança pública é garantir, especialmente, as condições de prosperidade, qualidade de vida, fortalecimento institucional, tendo o intuito de reduzir, ao máximo, a violência, promover a tranquilidade social, recuperar os transgressores, promover a paz cidadã e o respeito à dignidade humana, ou seja, **segurança social e bem-estar material**.

A **Segurança Pública** é, portanto, um tema por excelência transversal à saúde, à educação, ao desenvolvimento econômico, entre outros, e deve ser percebido e considerado, com grau de importância, na análise da atuação do Estado (estabelecimento dos problemas e soluções) desde o seu planejamento até a execução (eficiente) de políticas públicas e seu devido acompanhamento (transparência).

Na Agenda 2030 da ONU e nos seus ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), a Segurança Pública também se faz presente; representada pelo ODS 16, o qual busca promover o acesso à Justiça, a segurança pública e a promoção de uma sociedade mais pacífica. Tem dentre suas metas associadas a **redução de mortes por violência**, tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de Direito em que todos tenham direito a se defender⁸⁴.

Figura 6.a - ODS 16 - Segurança Pública



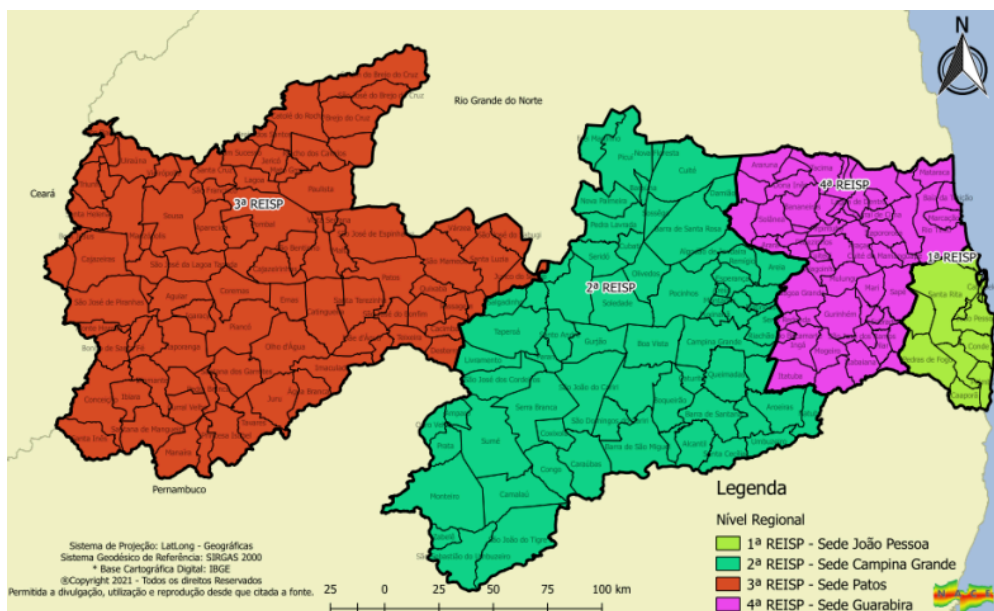
Fonte: <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>

Vale ressaltar ainda que com relação à estratégia de organização e atuação da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social administrativa e operacionalmente, há uma divisão do

⁸⁴ <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>

território do estado em quatro regiões, denominadas Territórios Integrados de Segurança e Defesa Social da Paraíba.

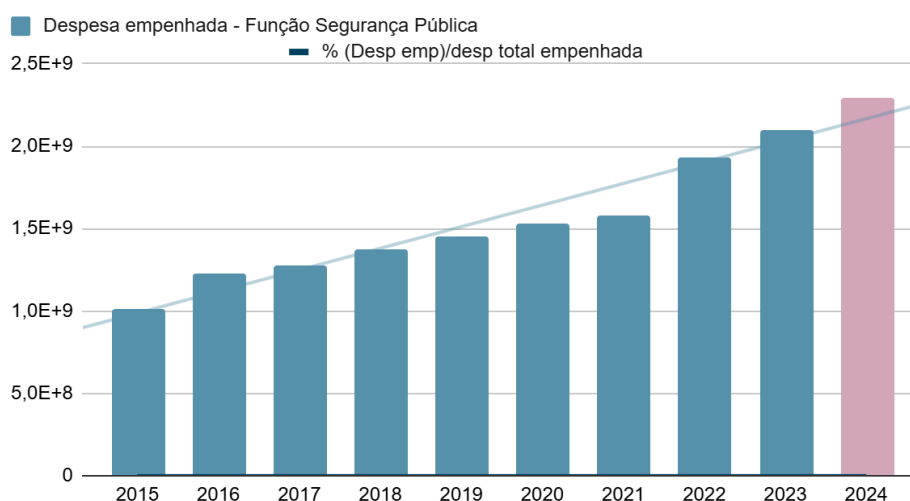
Figura 6.b - Mapa de Compatibilização dos Territórios Integrados



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2023

De acordo com o **Portal da Transparência PB, em 2024**, as despesas empenhadas alcançaram o montante de R\$17,76 bilhões, já a função segurança obteve um valor de R\$2,28 bilhões, o que corresponde a **12,89%** da despesa total empenhada do Governo do Estado. Esse montante aumentou em relação ao ano de 2023, que foi de R\$2,10 bilhões.

Gráfico 6.a - Despesas com Segurança Pública



Fonte: Portal de Transparência do Estado da Paraíba (gráfico elaborado pelo ECD)⁸⁵

⁸⁵ <https://transparencia.pb.gov.br/>

A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária não está inserida na Função Orçamentária em análise, todavia, considerando que a recuperação dos apenados e a sua devida guarda são variáveis essenciais ao conceito ao desempenho da Segurança Pública, esta fará parte deste relatório.

Informações do **Atlas da Violência 2024 - Retratos dos Municípios Brasileiros, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, indicam que a **taxa de homicídios da Paraíba (27,4) no ano de 2022**, foi uma das menores da região Nordeste, estando acima, somente, ao estado do **Piauí (25,2)**, que obteve a menor taxa. O atlas também indica que, na Paraíba, houve uma queda na **taxa de homicídios de 40,2 em 2013 para 27,4 em 2022**, a qual, **segundo o referido estudo**, atribui-se a programa do Governo do Estado: **Paraíba Unida Pela Paz**, não obstante, entendermos que outros fatores podem ter contribuído para essa performance. No que se refere ao ano de 2023 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de **22,62**, enquanto em 2024, foi de **22,99**, segundo a Plataforma do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**⁸⁶.

Além disso, o **Atlas da Violência 2024**, indica que no interior do estado, a cidade com a maior taxa é Patos; e dentre as 3 maiores cidades (João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita), a cidade de Santa Rita, na região metropolitana, lidera com a maior taxa. **As 3 maiores citadas, citadas anteriormente estão entre as 162 cidades brasileiras que concentram 50% dos homicídios do país.**

O **Atlas** também chama atenção para a importância das ações efetivas da Guarda Municipal (GM), na redução da criminalidade e do número de homicídios. Um estudo citado no atlas e realizado por Kopittke e Ramos (2021), indica que o efeito da GM é mais efetivo em municípios de 20 a 99 mil habitantes e que sua presença chegou a reduzir em 15% o número de municípios.

No cenário nacional houve uma **redução do número de vítimas de CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais** (vítimas de homicídio doloso, feminicídio, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte), em 2024, que foi de **38.545**, em relação a 2023 que foi de **40.761**, uma redução de **5,43%**, segundo o **Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024**.

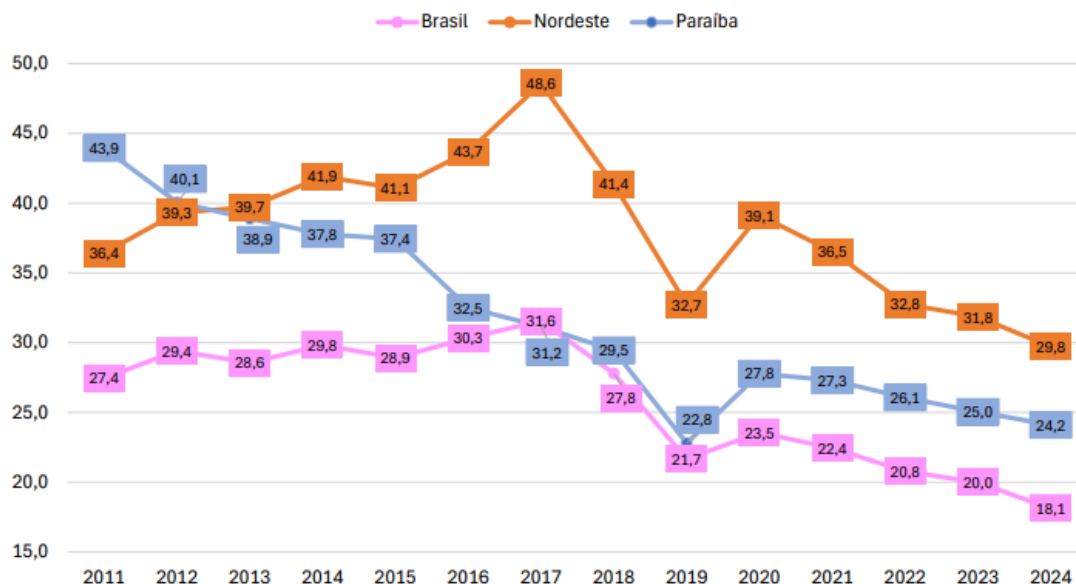
Ainda de acordo com o **Anuário**, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes também sofreu decréscimo em 2024, no âmbito nacional, passando para **18,1** contra **20** do ano anterior. Esse decréscimo também se repetiu no Nordeste, **com redução de 2,45%** em relação ao ano de 2023. Os três estados com maiores taxas de CVLI a cada 100 mil habitantes, no Nordeste, foram

⁸⁶<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTlmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCl6lmViMDkwNDIwLTI0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>



Pernambuco (35,4), Ceará (35,4) e Alagoas (32,7). **A Paraíba foi o sexto estado no Nordeste e décimo no país, com maior taxa em 2024.**

Gráfico 6.b - Série Histórica da Taxa de CVLI por grupo de 100 mil hab. na Paraíba, Nordeste e no Brasil



Fonte: Anuário da Segurança Pública na Paraíba em 2024

Em termos absolutos, em 2024, foram **1.061** vítimas de **Mortes Violentas e Intencionais**⁸⁷ enquanto, em 2023, tivemos 1.069 vítimas.⁸⁸ **Mas em relação ao CVLI** (Crimes Violentos Letais e Intencionais) na **Paraíba**⁸⁹ (crimes que ocasionam morte, exceto morte por intervenção policial) **houve um aumento, em 2024**, para 1.005 óbitos, enquanto em 2023 ocorreram 995 óbitos.

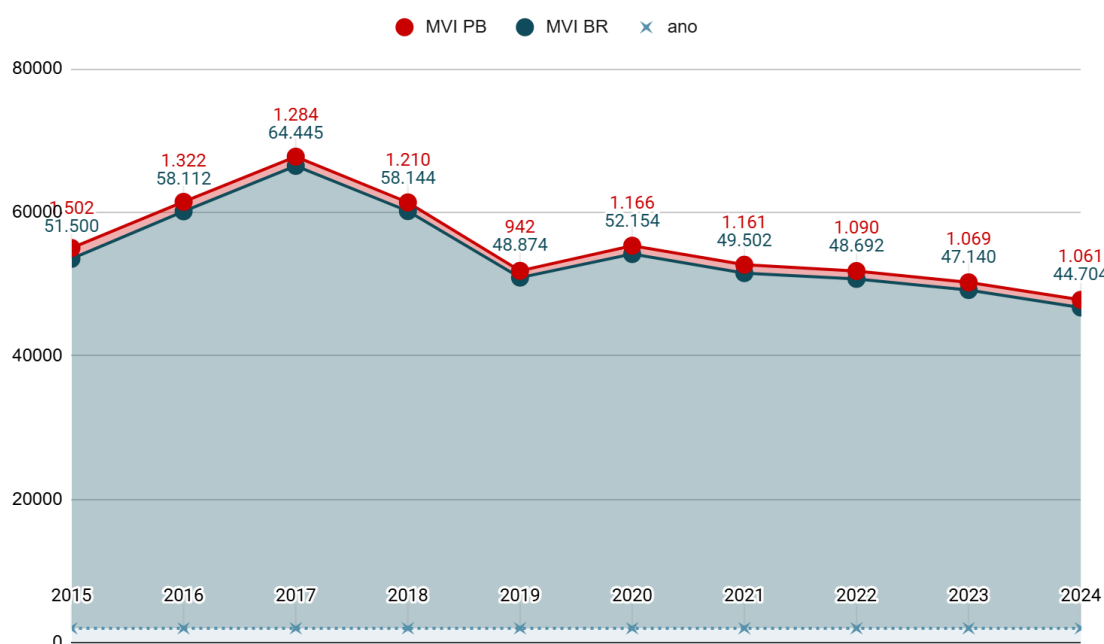
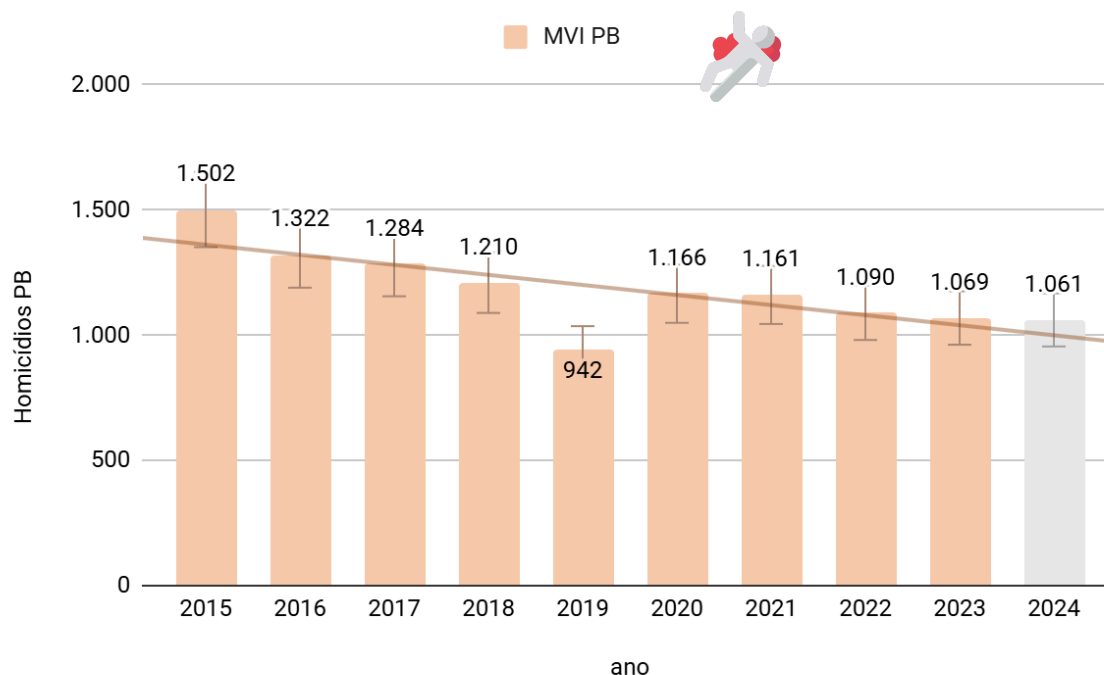
⁸⁷ Crimes que envolvem Feminicídio, Homicídio Doloso, Morte por Intervenção Policial, Latrocínio e Lesão corporal seguida de Morte.

⁸⁸ Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2023 (<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/indicadores-criminais>)

⁸⁹ Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2023.



Gráfico 6.c - Mortes Violentas Intencionais - MVI (PB) (2010-2024)



Fonte: Anuário da Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (dados do MVI PB) e Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública (dados do MVI BR)⁹⁰ (gráficos elaborados pelo ECD)

Outro fenômeno que merecerá uma atenção especial nesse trabalho é a **violência contra a mulher**, já que em 2023, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi divulgado uma pesquisa

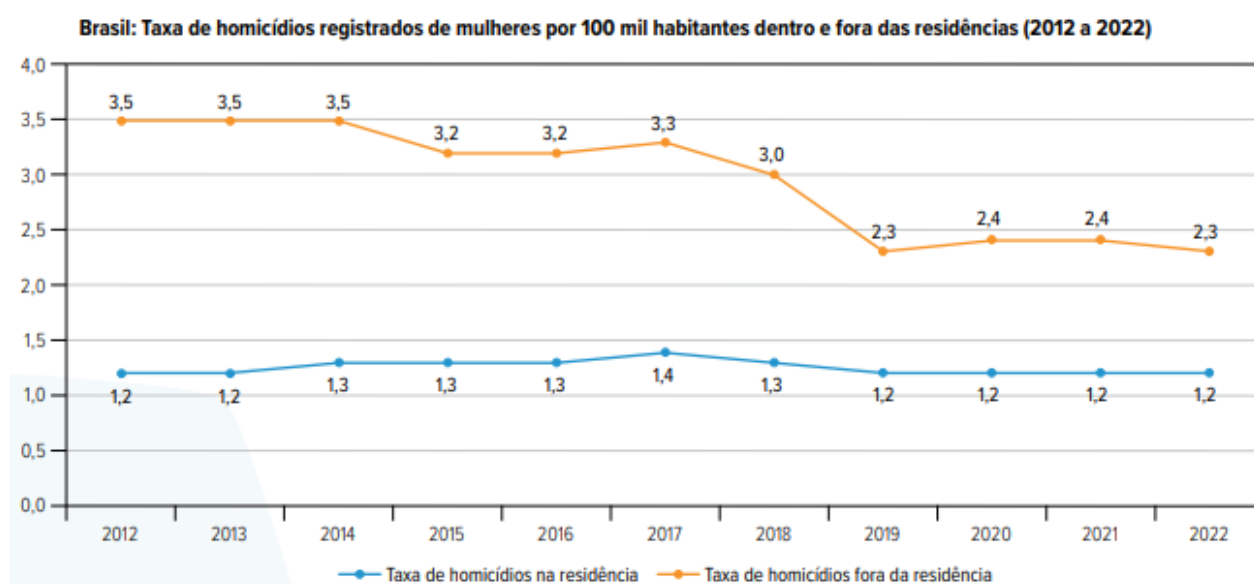
⁹⁰<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLWU0NGMtNDNmNy05MWYyLWTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>



sobre a vitimização de mulheres no Brasil, mostrando que quase 30% das brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022⁹¹.

De acordo com o **Atlas da Violência 2024**, o Brasil, em 2022, atingiu a menor taxa de homicídios de mulheres da década, mas em relação à taxa geral anual, não há melhora nos índices. Além disso, entre as mulheres, a residência/ domicílio representa o principal tipo de local de ocorrência da violência letal, o que torna uma problemática para políticas públicas, já que violências de gênero são motivadas de maneiras diferentes, e em relação a esse dado, houve manutenção, no país, das taxas de homicídios dentro da residência, em comparação com a variação da taxa de homicídio fora dela, de acordo com o gráfico a seguir.

Gráfico 6.d - Taxa de homicídios de mulheres dentro e fora das residências

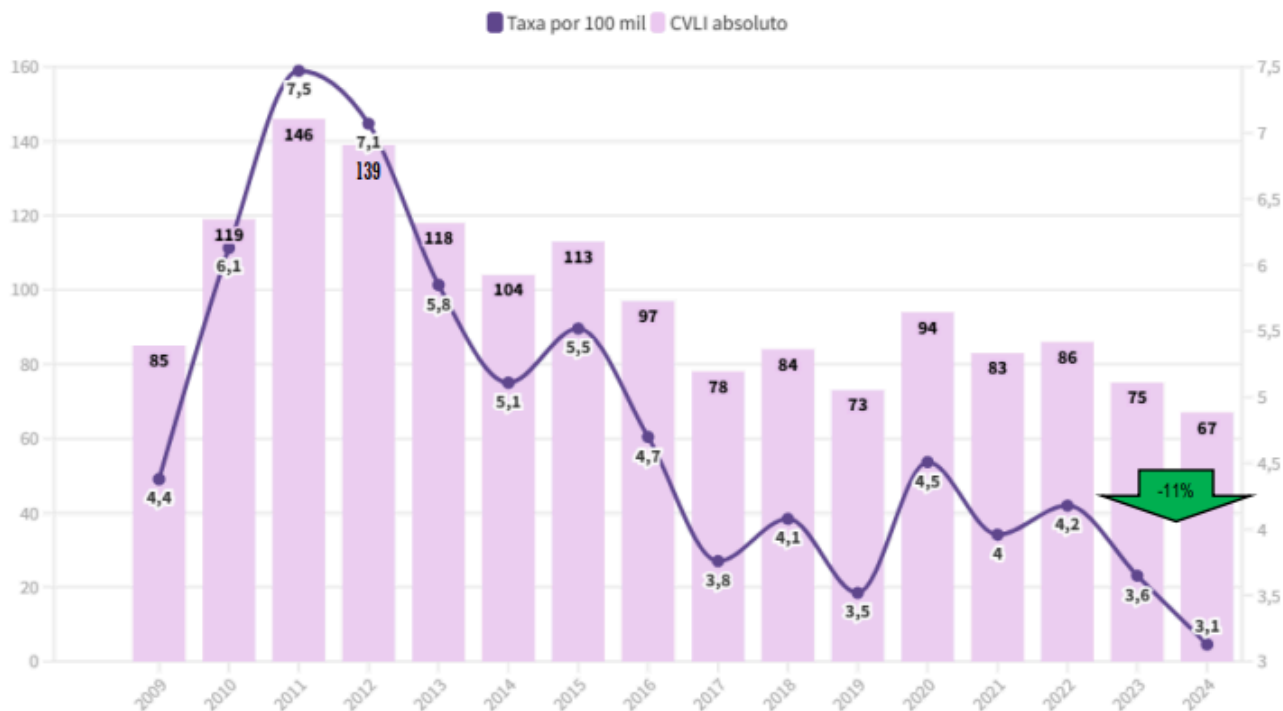


Fonte: Atlas da Violência 2024⁹²

⁹¹ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>

⁹² <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>

Gráfico 6.e - Série Histórica de CVLI de Mulher e Taxas por 100 mil hab. na Paraíba 2009-2024



Fonte: NACE/AE/SESDES

Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

De acordo com dados da Fiocruz⁹³, o número de **suicídios de jovens**, cresce continuamente no Brasil, numa taxa de 6% ao ano entre os anos de 2011 e 2022. Sendo maior do que aquela vista na população em geral, no qual a taxa foi de 3,7% ao ano. O maior número de notificações é visto na população indígena, trazendo uma problemática maior, devido uma parte destes estarem localizados em áreas de difícil acesso.

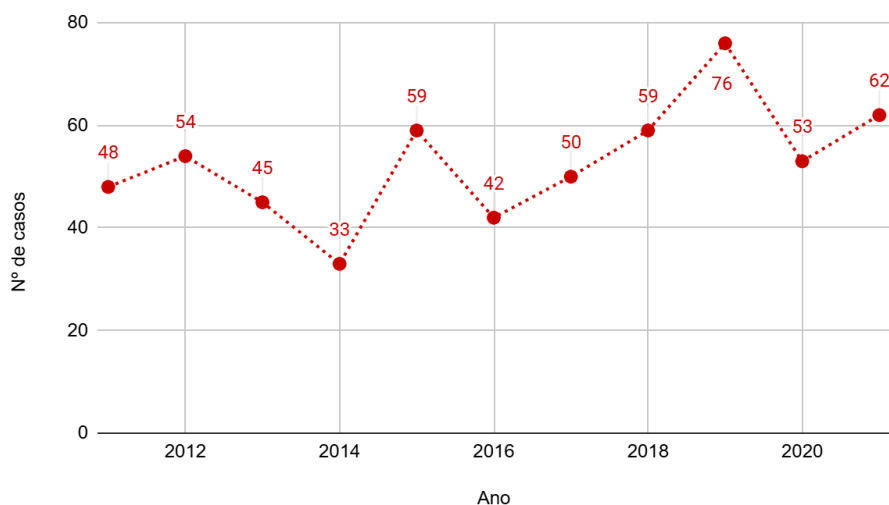
De acordo com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IpeaData)**⁹⁴, o número de **suicídios em jovens de 15 a 29 anos na Paraíba entre 2011 a 2021**, teve aumento de 29,1% de 2011 a 2021, com um aumento considerável no ano de 2019. São Paulo e Minas Gerais apresentam o maior número de casos no país em 2021 (último ano registrado no Ipea).

⁹³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>

⁹⁴ <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>



Gráfico 6.f - Número de suicídios em jovens de 15 a 29 anos na Paraíba



Fonte: IpeaData

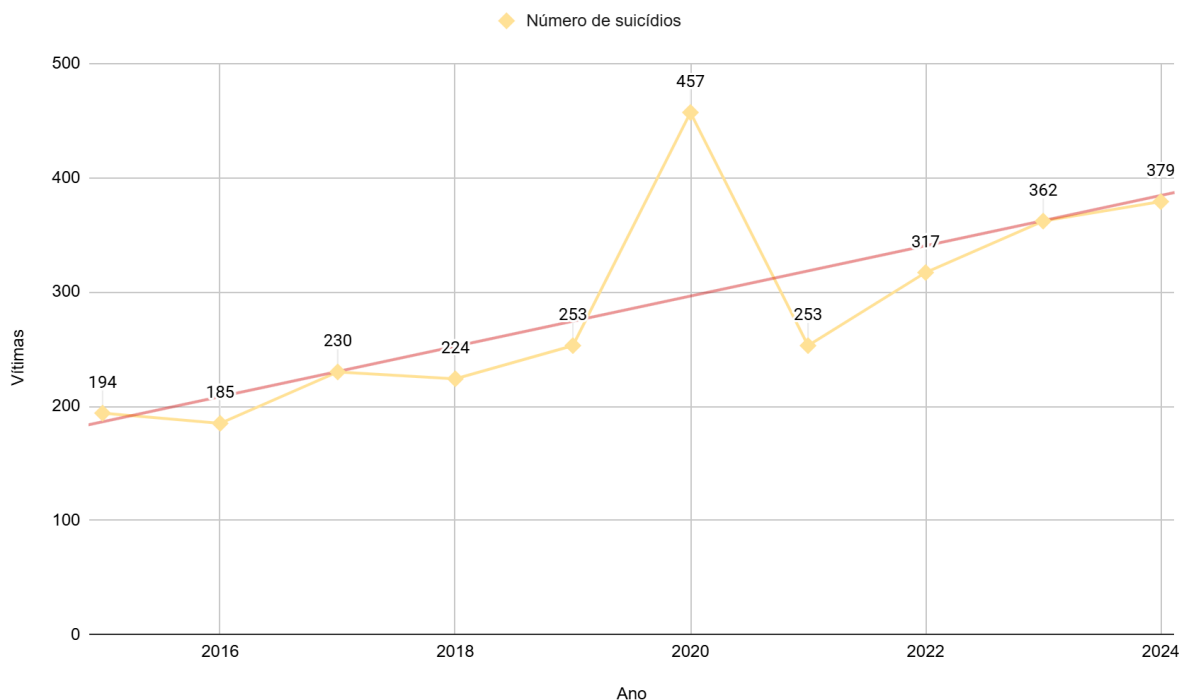
Além destas informações, o **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**⁹⁵, divulgou que no ano de 2022 houve aumento de 49,3% dos suicídios entre adolescentes de 15 a 19 anos e destacou o número crescente no país, com 16.262 registros em 2021, 15.730 em 2022 e 16.406 em 2023, sendo 77,93% das vítimas do sexo masculino.

O número de suicídio na população geral da Paraíba teve um aumento no seu número de 362 vítimas em 2023 para 379 em 2024, de acordo com o Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública⁹⁶. **Um indicador que vem aumentando no último triênio e merece atenção para implementação de políticas públicas mais incisivas quanto à saúde mental da população.**

⁹⁵ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

⁹⁶ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFlMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLWQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Gráfico 6.g - Série Histórica de suicídios na Paraíba (2015 - 2024)



Fonte: Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Dados do **Mapa da Segurança Pública de 2024⁹⁷**, ano base 2023, mostra aumento nos casos de suicídio no Estado, assim como as regiões Sudeste e Nordeste registraram o maior número de casos em todo o país. **Mais de 70% das vítimas de suicídio em todo o país são pessoas do sexo masculino. Os Estados que apresentaram maior percentual de suicídios em pessoas do sexo feminino foram, Distrito Federal (27,57%), Rio de Janeiro (27,36%) e Paraíba (26,52%). Importante mencionar que o número de casos de suicídios aumentam continuamente ano após ano.**

É importante levar em consideração a comparação entre latrocínios, homicídios dolosos e suicídios, em 2024, para efeito de planejamento e execução de políticas públicas, em particular as relacionadas à saúde mental. **Na Paraíba a taxa de homicídios continua sendo maior do que a de suicídios, mas em estados como Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal esses dados se invertem.**

⁹⁷<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>

Tabela 6.a - Contabilização do suicídio, latrocínio e homicídios dolosos nas unidades da federação, em **2024**

<i>Unidades da Federação</i>	<i>Suicídio</i>	<i>Latrocínios</i>	<i>Homicídios dolosos</i>
Acre	93	1	156
Alagoas	179	4	1.023
Amapá	67	4	216
Amazonas	130	24	1.049
Bahia	730	75	4.205
Ceará	767	41	3.178
Distrito Federal	283	8	207
Espírito Santo	372	39	813
Goiás	760	18	899
Maranhão	320	62	1.914
Mato grosso	339	20	855
Mato Grosso do Sul	287	22	421
Minas Gerais	2.006	46	2.853
Pará	565	67	2.084
Paraíba	379	16	953
Paraná	916	46	1.554
Pernambuco	547	76	3.200
Piauí	388	19	584
Rio de Janeiro	858	99	3.240
Rio Grande do Norte	301	23	636
Rio Grande do Sul	1.506	30	1.399
Rondônia	152	10	418
Roraima	79	6	108
Santa Catarina	981	19	500
São Paulo	2.921	170	2.377
Sergipe	154	7	355
Tocantins	149	6	221
BRASIL	16.229	958	35.418

Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>) (tabela elaborada pelo ECD)

Gráfico 6.g - Relação entre homicídios, latrocínios e homicídios dolosos, em 2024



Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTO0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> (gráfico elaborado pelo ECD)

6.1. Polícia Militar

A Lei Complementar Estadual n.º 87, de 02 de dezembro de 2008, estabeleceu um efetivo para a corporação da Polícia Militar de 17.935 militares estaduais. Entretanto, diz respeito a um contexto o qual parece não se coaduna com o atual, especialmente, em razão da evolução tecnológica, das novas formas de organização institucionais e das próprias mudanças sócio comportamentais, além das crescentes exigências da sociedade por melhoria na prestação dos serviços públicos. **Por isso, parece oportuno, a recomendação, para se fazer um estudo de reavaliação de um novo “quantum ótimo do efetivo”, inclusive, em termos de formação profissional desejada.** Até porque há um avanço importante em termos de implementação de tecnologias de vigilância e controle, através do uso intensivo e estratégico de TCI - Tecnologias de Comunicação e Informação, as quais demandam pessoal e qualificação especial para esses fins. A distribuição ora vigente está demonstrada na tabela a seguir:



Tabela 6.1.a - Efetivo da Polícia Militar - 2019 a 2023

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
<i>Efetivo lotado em Unidades Operacionais</i>	7.900	7.671	7.616	7.212	7.382	-
<i>Efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional (1)</i>	810	800	800	849	677	-
<i>Efetivo lotado em Unidades Administrativas (2)</i>	248	248	248	245	221	-
<i>Efetivos à Disposição (3)</i>	351	351	351	532	543	-
TOTAL	9.203	9.070	9.015	8.838	8.823	-

Fonte: PCA 2020, Doc. TC n.º 39271/21, TC n.º 39039/22, TC n.º 53405/23 e DGP (dados PM 2023) - (tabela elaborada pelo ECD)

*No aguardo das informações atualizadas.

(1) O efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional é o efetivo lotado em unidade administrativa, mas também empregado constantemente em atividades operacionais;

(2) O efetivo meramente administrativo é o efetivo da Diretoria de Saúde (DSAS);

(3) Efetivo à disposição é aquele disponibilizado de acordo com previsão legal.

A **tabela acima** mostra o efetivo ativo da PMPB nos anos de 2019 a 2023, no qual houve uma diminuição da quantidade existente entre 2022 e 2023, de 8.838 para 8.823, respectivamente. Por outro lado, é importante observar que essa relação Policial/Habitantes não pode ser considerada por si só, um indicativo para se analisar a eficácia, eficiência e efetividade de um *Sistema de Segurança Pública*. Além disso, não se identificou, nas pesquisas realizadas, nenhum indicador para essa relação que fosse considerada consistente e aplicável a todos os Estados. Há algumas indicações de uma relação 1/250 (1 policial para cada 250 habitantes). Esse parâmetro foi um estudo feito pela ONU sobre sistemas existentes em muitos países⁹⁸, mas que não consiste em um número ótimo a ser buscado, vide **tabela 6.1.b**.

⁹⁸<http://abordagempolicial.com/2013/11/a-onu-nunca-recomendou-quantidade-de-policiais-por-habitantes/>

Tabela 6.1.b - Quantidade de Policiais por Habitantes - 2014 a 2024

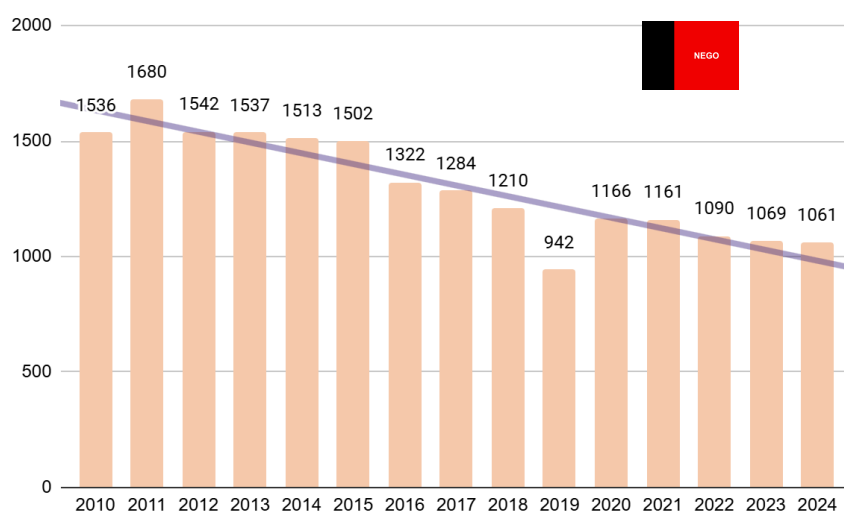
Ano	Quantidade de Policiais	Estimativa da População	Quantidade de Habitantes por Policial
2014	8.974	3.943.885	439
2015	9.096	3.972.202	437
2016	9.183	3.999.415	436
2017	8.790	4.025.558	458
2018	8.944	3.996.496	447
2019	9.203	4.018.027	437
2020	9.070	4.039.277	445
2021	9.015	4.059.905	450
2022	8.838	3.974.687	449
2023	8.823	3.974.687*	450
2024*	-	4.145.040	-

Fonte: Processo TC n.º 05622/19, IBGE e Doc. TC n.º 65897/2, Doc Tc n.º 39271/21 e Doc Tc n.º 39039/22, Doc Tc n.º 53045/23 e informações de 2023 cedidas pelo DGP (Departamento-Geral do Pessoal) - (tabela elaborada pelo ECD). *Obs.: *estimado. *2024 - No aguardo das informações atualizadas.*

6.2. Crimes contra a Pessoa

No ano de 2024, a Paraíba registrou **1.061 vítimas de Mortes Violentas e Intencionais (MVI)**, contabilizando **56 de Crimes Violentos Letais Intencionais decorrentes de Confronto Policial** e **1.005 de CVLI absoluto**. Esse indicador estatístico que agrega os homicídios dolosos e demais crimes intencionais que resultam em morte teve uma redução em relação ao ano de 2023, que foi de **1069** vítimas.

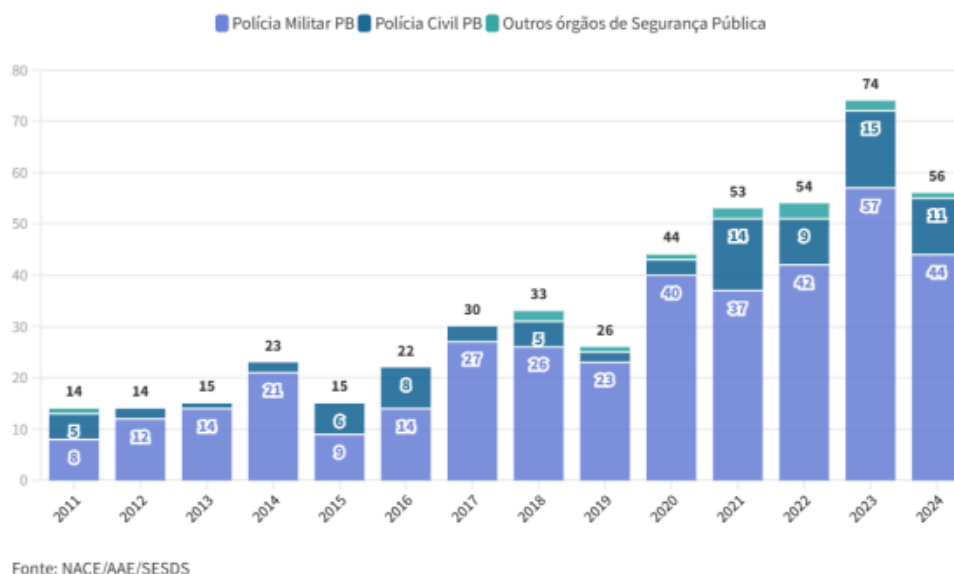
Gráfico 6.2.a - Série Histórica da MVI na Paraíba 2010 a 2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)



Gráfico 6.2.b - Mortes decorrentes de confrontos policiais na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

Ao comparar as ocorrências registradas em todo o Estado, em **2024**, com os números do exercício anterior, verifica-se que houve: aumento na quantidade de Homicídios Dolosos e nas tentativas de homicídio doloso, mas houve diminuição no MVI - Mortes Violentas Letais e Intencionais (Feminicídio, Homicídio Doloso, Morte por Intervenção Policial, Latrocínio, Lesão Corporal Seguida de Morte e Morte a esclarecer), vide **Tabela 6.2.a**

Tabela 6.2.a - Crimes contra a Pessoa - 2018 a 2024

Crimes Contra a Pessoa	Ocorrências no Estado							Var. 2024/2023
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Homicídio doloso	1.099	845	1.050	1.042	973	933	956	2,4%
Tentativa de Homicídio doloso	1.140	805	931	848	722	703	797	11,79%
MVI (Homicídios dolosos + Latrocínios + Confronto Policial + Outros)	1.207	942	1.166	1.153	1.090	1.069	1.061	0,75%

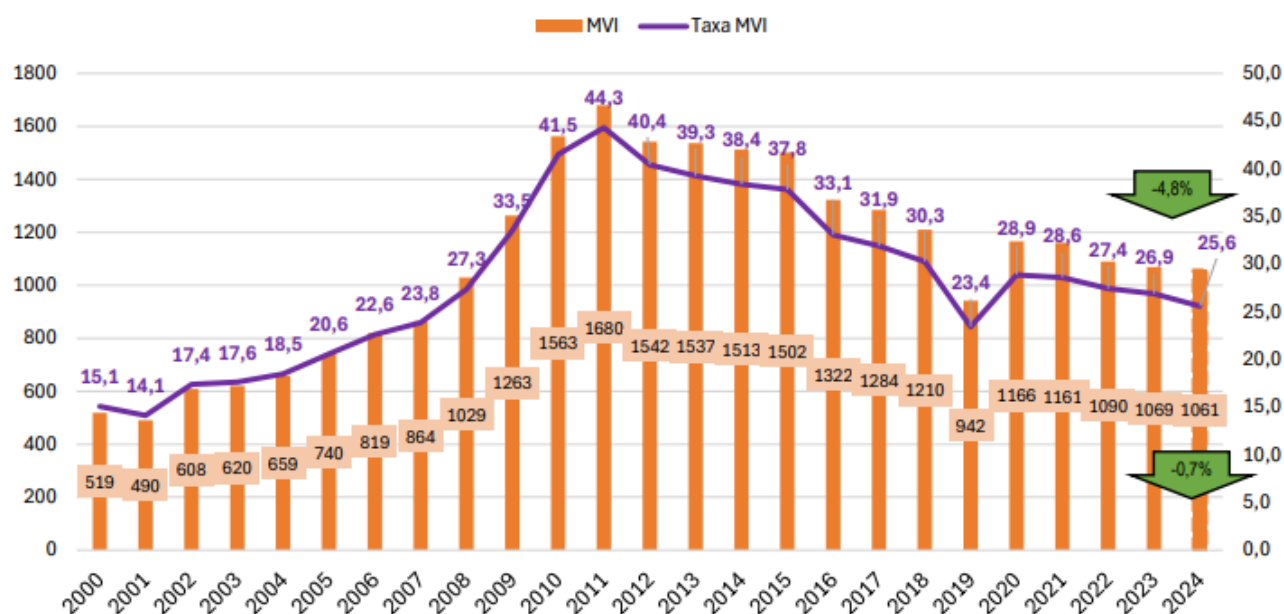
Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTO0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>) e Anuário de Segurança e Defesa Social na Paraíba 2024

Com relação à **Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes**, que na Paraíba, em 2023, foi de 26,9, mas, em **2024**, houve uma **redução para 25,6**, vide gráfico a seguir:



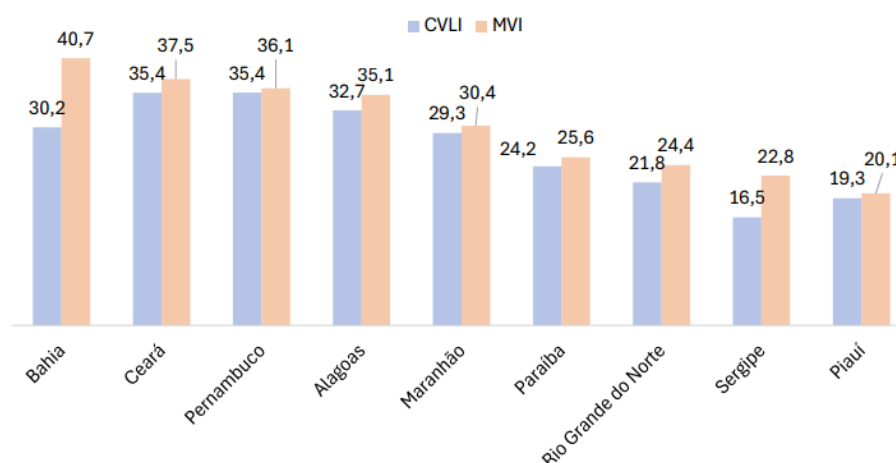
Gráfico 6.2.c - Taxa de homicídios na Paraíba por 100 mil habitantes de 2000 a 2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

No entanto, **no comparativo regional**, em 2024, a Paraíba se encontrou na 6ª posição, na taxa de CVLI, ficando a frente do Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe, que possuem menores taxas, vide **gráfico 5.2.d**.

Gráfico 6.2.d - Taxa de MVI e CVLI por unidades federativas do Nordeste em 2024

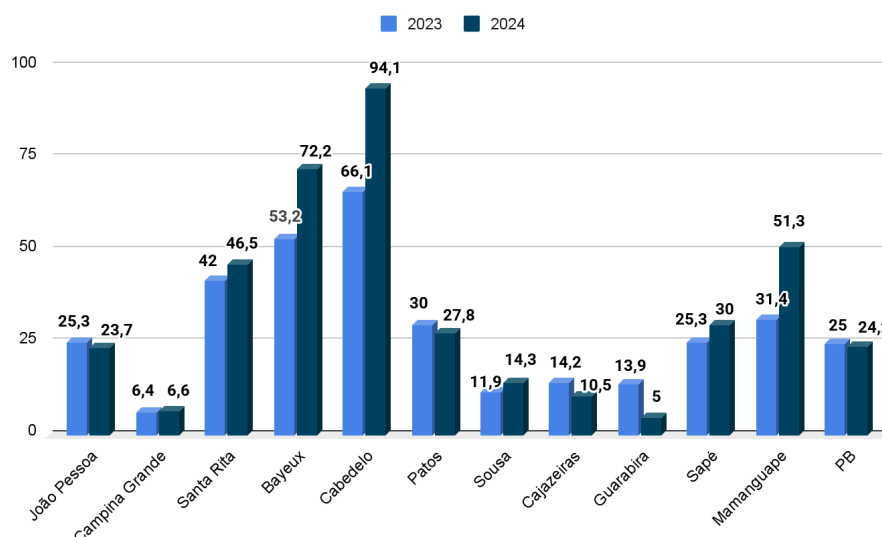


Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

Importante atentar para as taxas de CVLI (por 100 mil habitantes) de alguns dos maiores municípios paraibanos (em termos populacionais), já que algumas delas apresentam taxa maior

do que a do estado (24,2), como Cabedelo(94,1)⁹⁹, que tem a maior taxa de CVLI dentre as maiores cidades; vide **gráfico 6.2.e**.

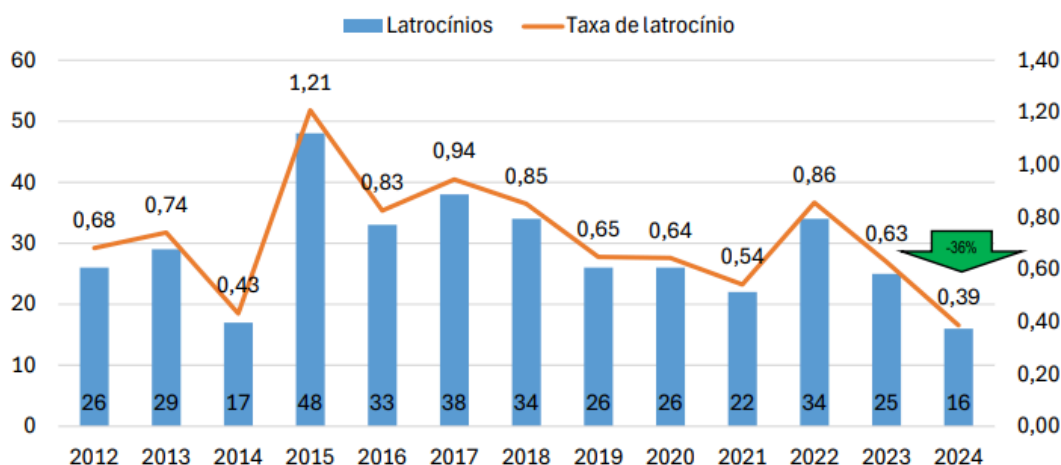
Gráfico 6.2.e - Taxa de CVLI por 100 mil habitantes de municípios paraibanos em 2023 e 2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação aos latrocínios, que é um tipo de violência no qual há tentativa de roubo seguida de crimes violentos que resultam em morte da vítima, na **Paraíba, houve uma redução de 36% de 2023 para 2024 (Foram 16 casos no ano de 2024, em contrapartida, em 2023 foram 25 casos).**

Gráfico 6.2.f - Série Histórica Anual e Taxa de latrocínios na Paraíba, nos anos de 2012 a 2024



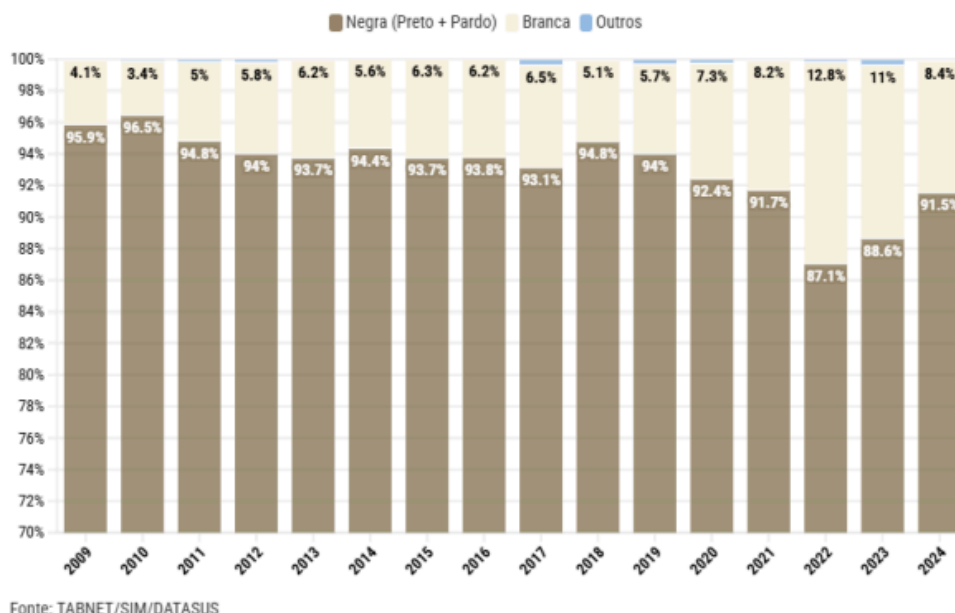
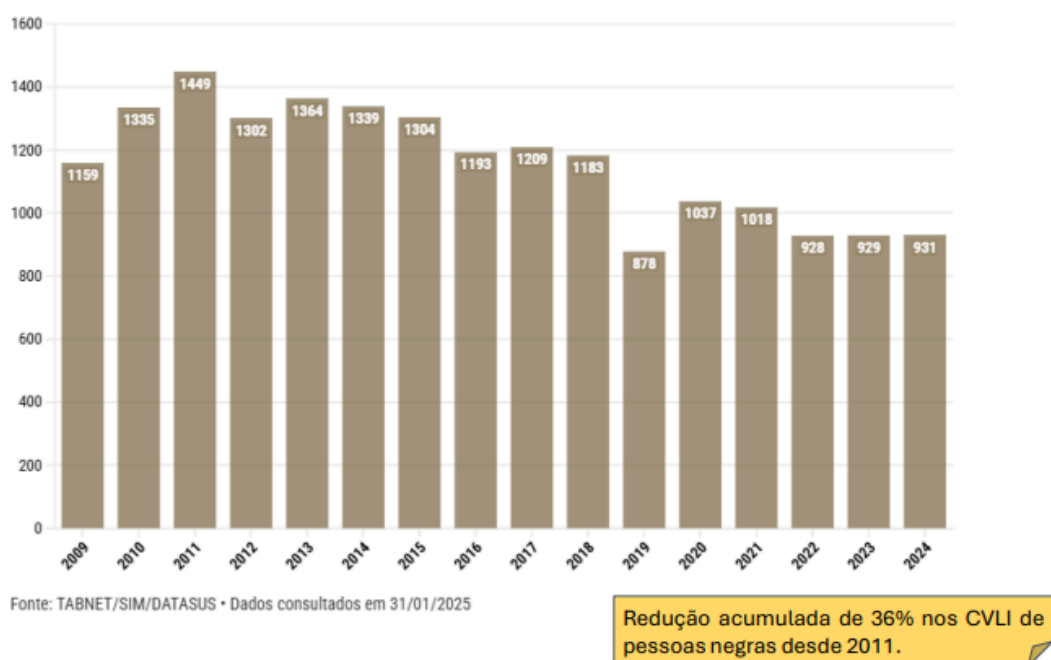
Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

⁹⁹ As taxas de CVLI do gráfico 5.2.e foram calculadas usando o número absoluto de CVLI de cada município indicado no Anuário 2024 (Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba) e a população 2024 (IBGE), exceto os municípios de João Pessoa e Campina Grande nos quais as taxas estavam dispostas no Anuário.



Outra questão que merece destaque e preocupação é que **91,5% dos homicídios, em 2024, na Paraíba, tem como vítimas pessoas Pretas e Pardas**, (em 2023 a porcentagem era de 88,6%). Um indício importante do racismo estrutural em nosso estado, que precisa ser combatido com políticas públicas, nas suas mais diversas esferas e transversalidades.

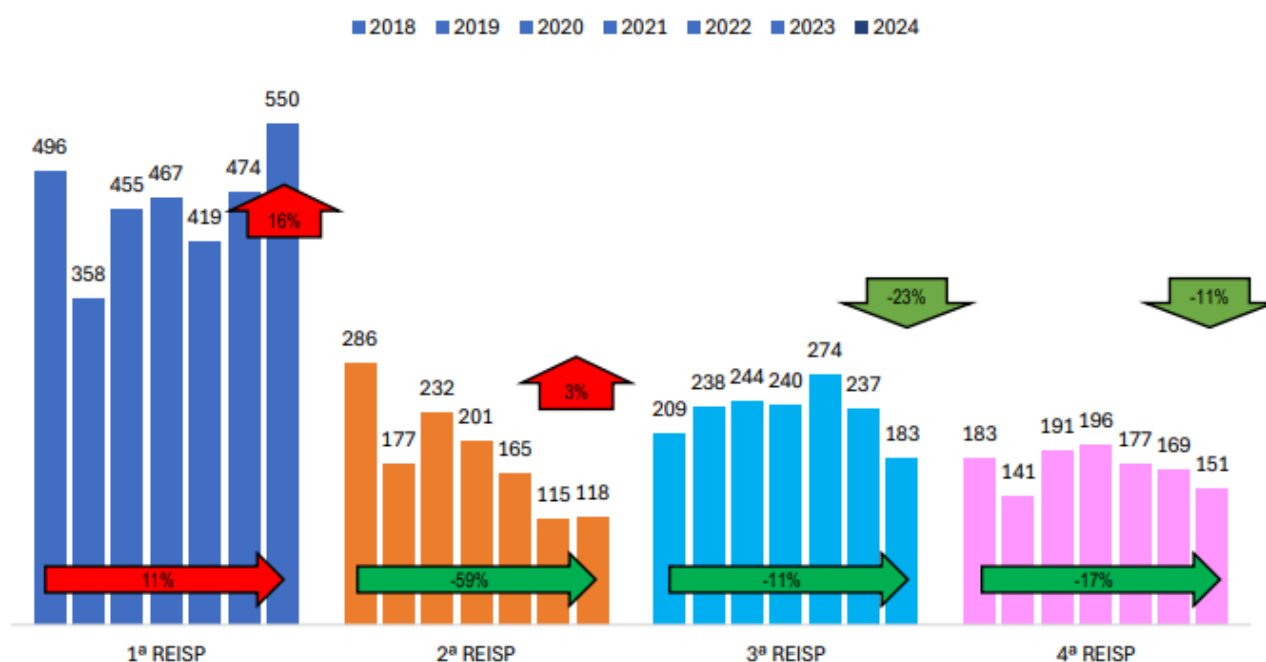
Gráfico 6.2.g - Série Histórica de Distribuição por Cor dos Homicídios na Paraíba em 2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

Um dado recente do **Anuário 2024**, que merece também atenção é o comparativo do CVLI dentre as REISPs (Regiões Integradas de Segurança Pública), entre 2018 e 2024. O gráfico abaixo indica aumento dos casos na 1ª REISP - João Pessoa e na 2ª REISP - Campina Grande, entretanto há diminuição na 3ª REISP - Patos e 4ª REISP - Guarabira.

Gráfico 6.2.h - Comparativo Anual de CVLI por REISP



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

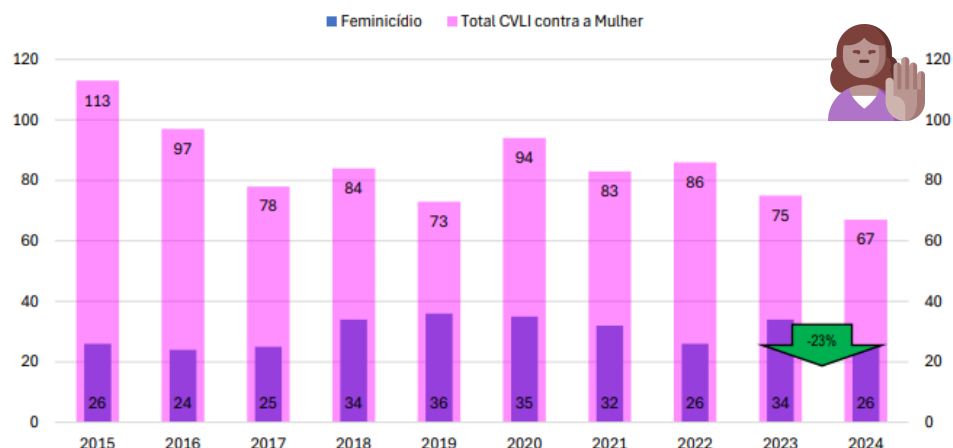
6.3. Violência contra a Mulher

Quanto à “Violência contra a mulher”, percebe-se uma **diminuição de 23,5%** nos **Feminicídios**, em 2024, em relação ao ano anterior. **Na Paraíba, foram 26 casos de feminicídios em 2024 e 34 em 2023.** Assim como nos casos de feminicídio, no total de **CVLI contra a mulher** (os quais incluem homicídios dolosos, feminicídios, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte) também houve redução, **foram 75 em 2023 e 67 em 2024.** O percentual de **elucidação** dos CVLI de mulheres na Paraíba em 2024, até novembro do mesmo ano, **foi de 88%.**

As **figuras 6.3.a e 6.3.b** indicam as **taxas de feminicídios nas Unidades da Federação** nos anos de 2023 e 2024, respectivamente.



Gráfico 6.3.a - Série Histórica de CVLI de Mulher 2015-2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

Com relação às **medidas protetivas**, em 2022 foram **4.573**, em 2023 **7.814**, e em 2024 **7.697** em 2024 de acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública, incluindo delegacias físicas e online. É importante observar que o estímulo, através de políticas de comunicação institucional e estrutural adequada e ágil para receber denúncias e solicitações de proteção para essa tipologia criminal, é fundamental para diminuição dos **feminicídios**¹⁰⁰.

Tabela 6.3.a - Taxa de feminicídios PB e BR - 2019 a 2024

Tipo		Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres				
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	1,24	1,26	1,22	1,38	1,35	1,31
Paraíba	1,7	1,7	1,4	1,26	1,7	1,17

Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (tabela elaborada pelo ECD)

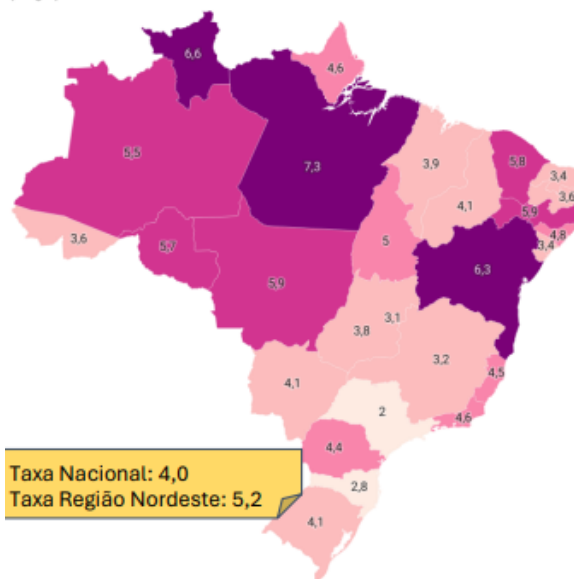
¹⁰⁰ <https://jus.com.br/artigos/80015/medidas-preventivas-ao-combate-do-feminicidio>



Figura 6.3.a - Taxas de CVLI nas unidades da federação (2023)

Comparativo de Taxas de CVLI de Mulheres por Unidades Federativas no Brasil em 2023

por grupo de 100 mil mulheres

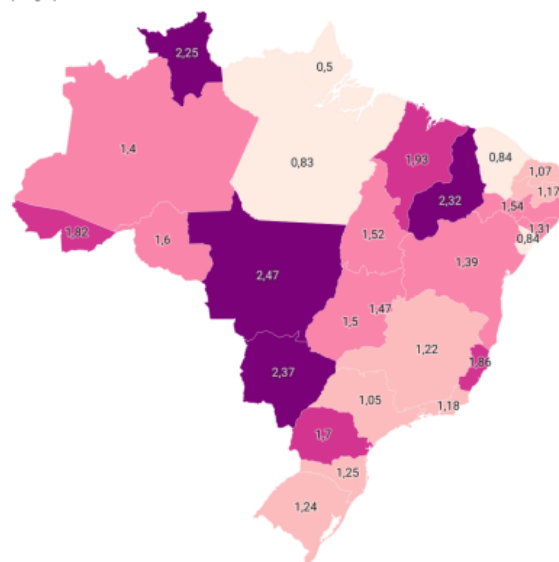


Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023

Figura 6.3.b - Taxas de CVLI nas unidades da federação (2024)

Comparativo de taxas de Feminicídios por Unidades Federativas no Brasil em 2024

por grupo de 100 mil mulheres



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

O **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**¹⁰¹ indicou que houve um aumento dos feminicídios no **Brasil**, em 6,1%, de 2021 para 2022. Além disso houve aumento de estupros/violência sexual, sendo 88,7% das vítimas do sexo feminino e 11,3% do sexo masculino.

¹⁰¹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

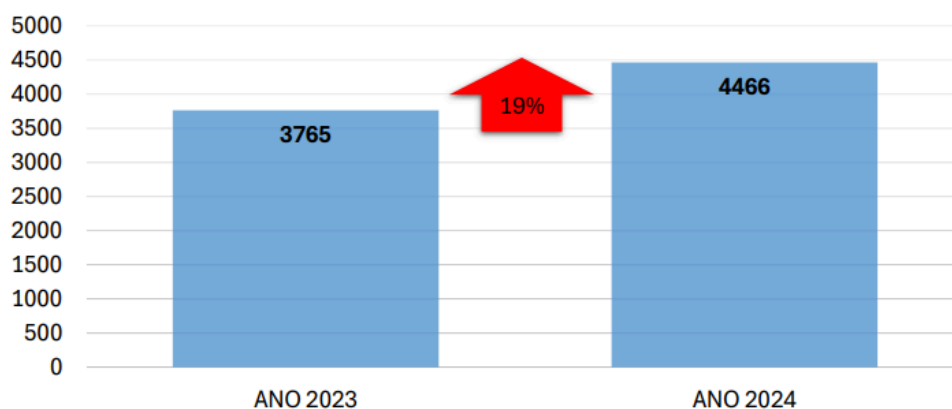


Um dado importante demonstra que 61,4% das vítimas tinham entre 0-13 anos de idade e a residência das mesmas, foi o local onde ocorreu a violência em 72,2% dos casos.

O **Anuário de Segurança Pública do ano de 2024 do Estado da Paraíba** trouxe o Indicador **VIOLETA**, que representa as violências letais ou de gênero contra a mulher (foi apresentado a primeira vez no mesmo Anuário no ano de 2023), que tem o objetivo “trazer visibilidade para o problema da vitimização feminina de maneira ampla e enfrentar fenômenos criminais diversos que possuem causas comuns”. Os benefícios deste programa é dar o melhor direcionamento da Patrulha Maria da Penha, Mulher Protegida e demais ações da Coordenação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – COORDEAM; oferecer um monitoramento amplo das violências, com avaliação das ações, subsidiar planejamentos e cumprimento de metas estabelecidas; integrar banco de dados e criação de um que possibilita averiguar dados dos violentadores (para fins preventivos); acompanhamento dos casos da Justiça Criminal, além do acompanhamento da reabilitação.

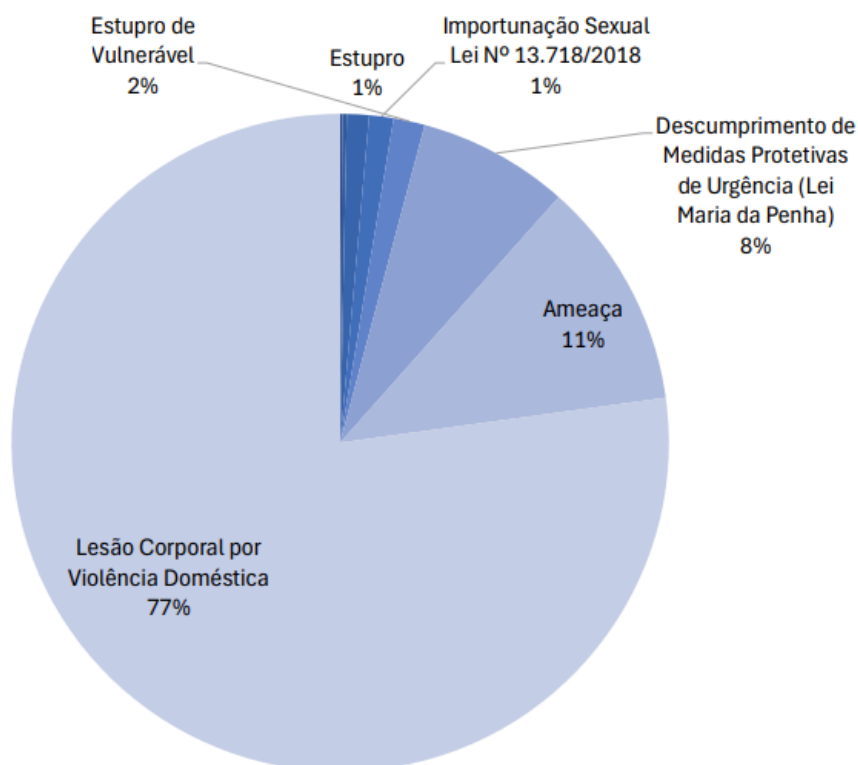
Esse indicador pode avaliar o número de estupros, CVLI de mulheres, feminicídios, tentativa de feminicídio, lesão corporal por violência doméstica, descumprimento de medidas protetivas, ameaças, importunação sexual e violência psicológica. **A partir dessa análise é possível identificar que houve aumento nos casos entre 2023 e 2024, como visto no gráfico a seguir.**

Gráfico 6.3.b - VIOLETA evidenciados por ano



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

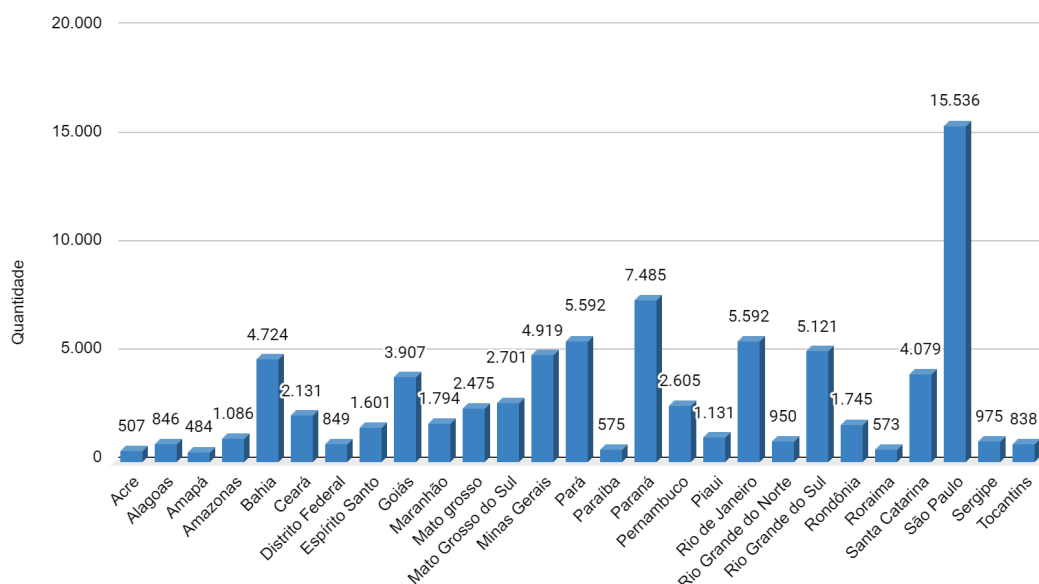
Gráfico 6.3.c - VIOLETA evidenciados por categoria em 2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

O **Mapa da Segurança Pública 2024**, dispôs dos dados relacionados aos casos de Estupro na Paraíba, entre **2022 e 2023**, vide **Tabela 6.3.b**, e a partir deles foi então observado que o número de estupros em vítimas do sexo feminino aumentou entre 2022 (455 casos) e 2023 (522 casos). Também houve aumento no número de estupros a nível nacional, em 2022 era de 79.532, com aumento para 80.757 casos, em 2023. **Considerando portanto que os crimes sexuais vêm aumentando no estado e no país, é de extrema importância que haja políticas para o enfrentamento destes casos e que isto seja uma prioridade.** Apesar deste aumento é importante frisar que a região Nordeste tem a menor taxa do país; 28,78 casos para 100 mil habitantes; e a **Paraíba é o Estado que apresenta a menor taxa (14,47).**

Gráfico 6.3.b – Quantidade de estupros no Brasil, por UF, em 2023



Fonte: Mapa da Segurança Pública 2024

(<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>)

Tabela 6.3.b – Quantidade e taxa de estupros, Região e UF's, em 2022 e 2023

Brasil, Regiões e UF	2022				2023				Var. % 2022/2023
	Fem.	Masc.	NI	Total	Fem.	Masc.	NI	Total	
Região Nordeste	14.211	2.662	317	17.190	13.863	1.640	228	15.731	-8,49%
Alagoas	933	88	8	1.029	745	97	4	846	-17,78%
Bahia	4.034	448	32	4.514	4.173	482	69	4.724	4,65%
Ceará	1.688	205	4	1.897	1.855	260	16	2.131	12,34%
Maranhão	1.934	1.267	179	3.380	1.676	118	0	1.794	-46,92%
Paraíba	455	46	1	502	522	51	2	575	14,54%
Pernambuco	2.465	266	33	2.764	2.265	300	40	2.605	-5,75%
Piauí	1.124	130	0	1.254	1.014	92	25	1.131	-9,81%
Rio Grande do Norte	811	103	8	922	796	129	25	950	3,04%
Sergipe	767	109	52	928	817	111	47	975	5,06%

Fonte: Mapa da Segurança Pública 2024

(<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>)

De acordo com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** gerado em março de 2023, com dados de 2009 a 2019 sobre o cenário nacional, apontam que 80% das vítimas de estupro são mulheres, com uma estimativa de **822 mil casos por ano**, sendo estes 8,5% chegam a polícia e 4,2% chegam ao sistema de saúde. **Um dado alarmante que merece atenção especial.**



Por fim, vale ressaltar que no **cenário nacional**, segundo pesquisa divulgada em 2025¹⁰², pelo **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil)**, relativo a eventos ocorridos até fevereiro de 2025, houve aumento de **37,5%, no último ano**, das mais variadas formas de violência contra a mulher, vide **tabela 6.3.c**, ou seja, percebe-se uma persistência e até um agravamento (tendência ainda a ser confirmada nos anos seguintes) desse triste e inaceitável do fenômeno no nosso país.

Nas imagens seguintes, verifica-se a tipificação de violências sofridas pelas mulheres e quais as medidas tomadas diante delas. É possível observar que o número de ofensas verbais, como insulto, humilhações e xingamentos, que podem ser caracterizadas como violência psicológica, é o mais alarmante, assim como o **número de mulheres que não fazem nada ou não tomam providências diante das violências sofridas**, já que em 2025 esse número correspondeu a **47,4%** das mulheres vítimas. Dado importante sobre como a aceitação é condicionada, e o silenciamento da vítima normalizado, além de estigmas como vergonha e manutenção de um lar.

É importante levar em consideração a autoria dos crimes realizados contra a mulher, nos quais **40% dos casos mais graves o companheiro é o responsável**.

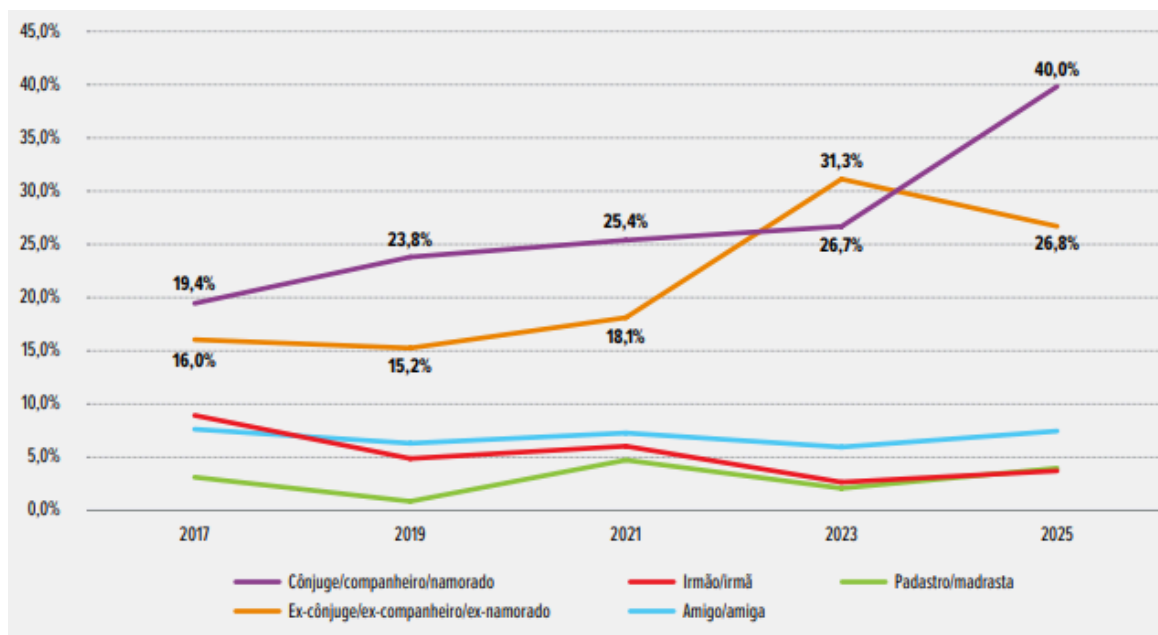
Tabela 6.3.c - Vitimização nos últimos 12 meses - Série histórica 2017-2025

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023	PESQUISA 2025
SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	28,6%	27,4%	24,4%	28,9%	37,5%
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	22,2%	21,8%	18,6%	23,1%	31,4%
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	10,0%	9,5%	8,5%	12,4%	16,1%
Amedrontamento ou perseguição	9,3%	9,1%	7,9%	13,5%	16,1%
Batida, empurrão ou chute	8,9%	9,0%	6,3%	11,6%	16,9%
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual	8,1%	8,9%	5,4%	9,0%	10,7%
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,3%	3,9%	3,1%	5,1%	6,4%
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,0%	3,9%	2,6%	4,2%	8,9%
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,4%	3,6%	2,4%	5,4%	7,8%
Tiro ou esfaqueamento	1,9%	1,7%	1,5%	1,6%	1,4%
Teve fotos/vídeos íntimos seus divulgados na internet sem sua autorização	---	---	---	---	3,9%
Outras respostas	0,1%	0,7%	1,5%	0,5%	0,2%

Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

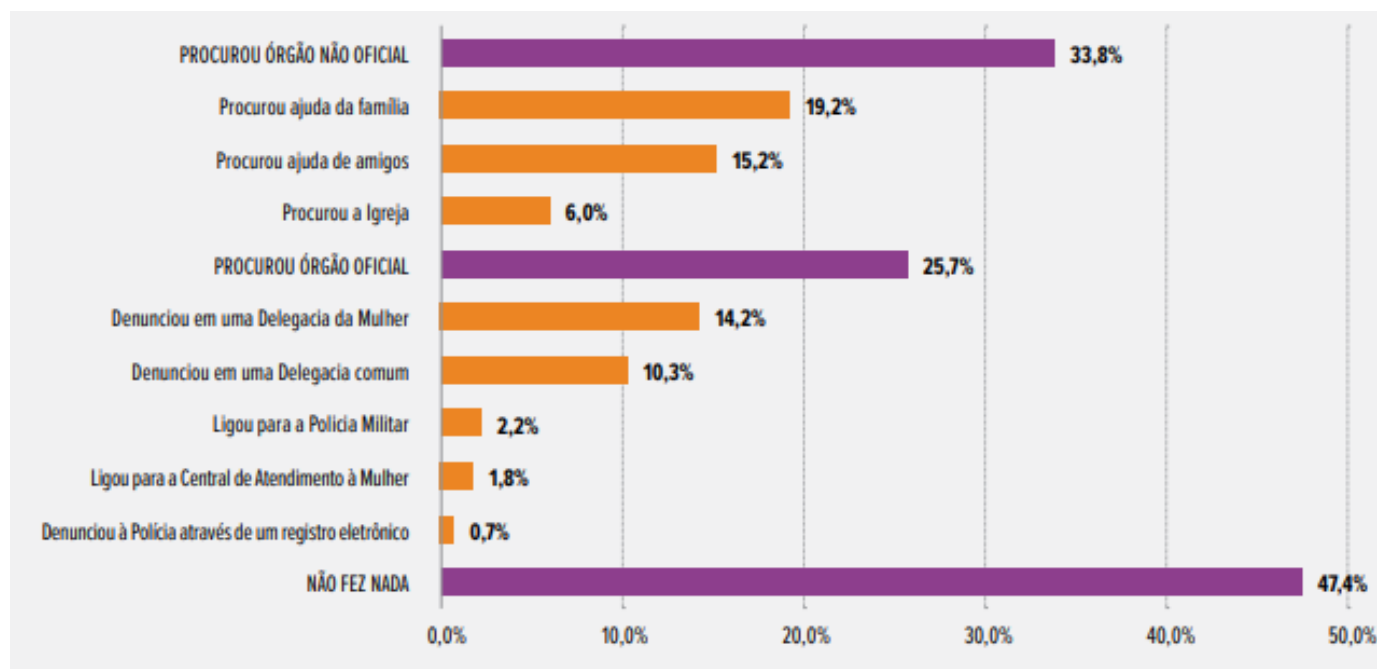
¹⁰²<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>

Gráfico 6.3.c - Autoria da violência mais grave sofrida no último ano - Série histórica 2017-2025



Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Gráfico 6.3.d - Atitude em relação a agressão sofrida no último ano

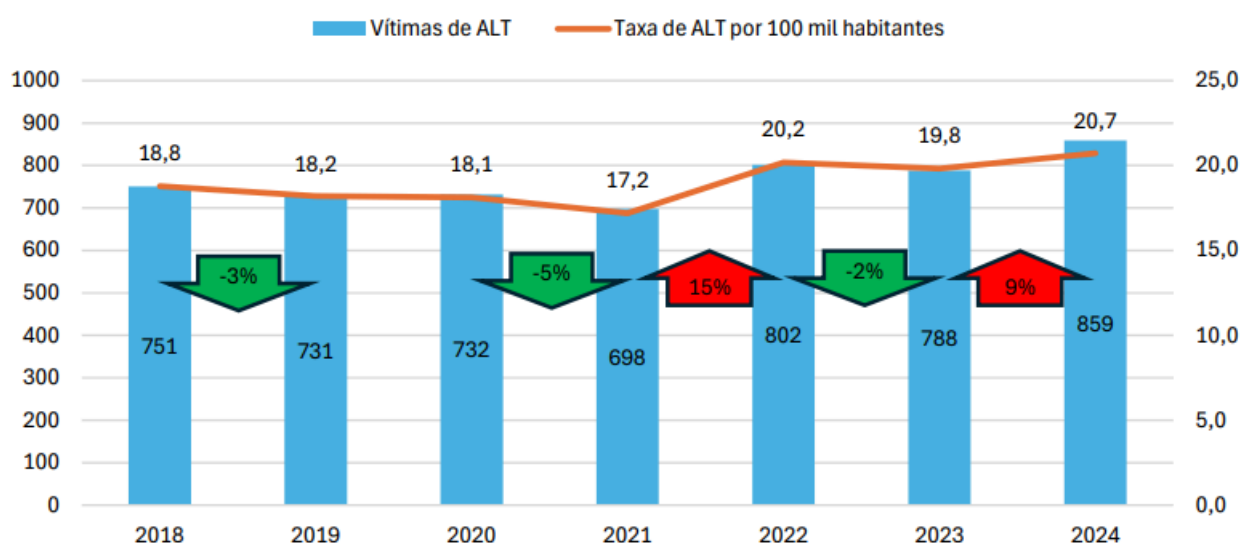


Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

6.4. Segurança Viária

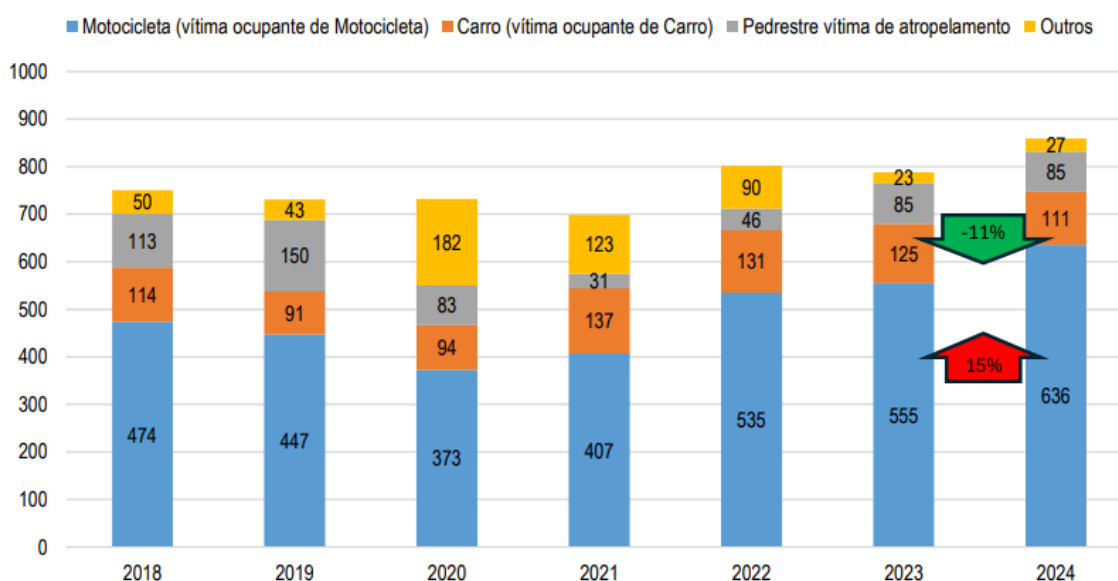
De acordo com o **Anuário 2024 dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba**, em relação aos Acidentes Letais de Trânsito (ALT), **em 2024 houve 859 vítimas**, enquanto em 2023, foram **788, um aumento de 9%**. Interessante observar que os ALTs atingem, em sua maior parte, ocupantes de motocicletas (636 casos) e pessoas do sexo masculino (87% dos casos).

Gráfico 6.4.a - ALT na Paraíba



Fonte: Anuário 2024 dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba

Gráfico 6.4.b - Série Histórica Anual de vítimas de ALT na Paraíba por categoria de transporte



Fonte: Anuário 2024 dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba

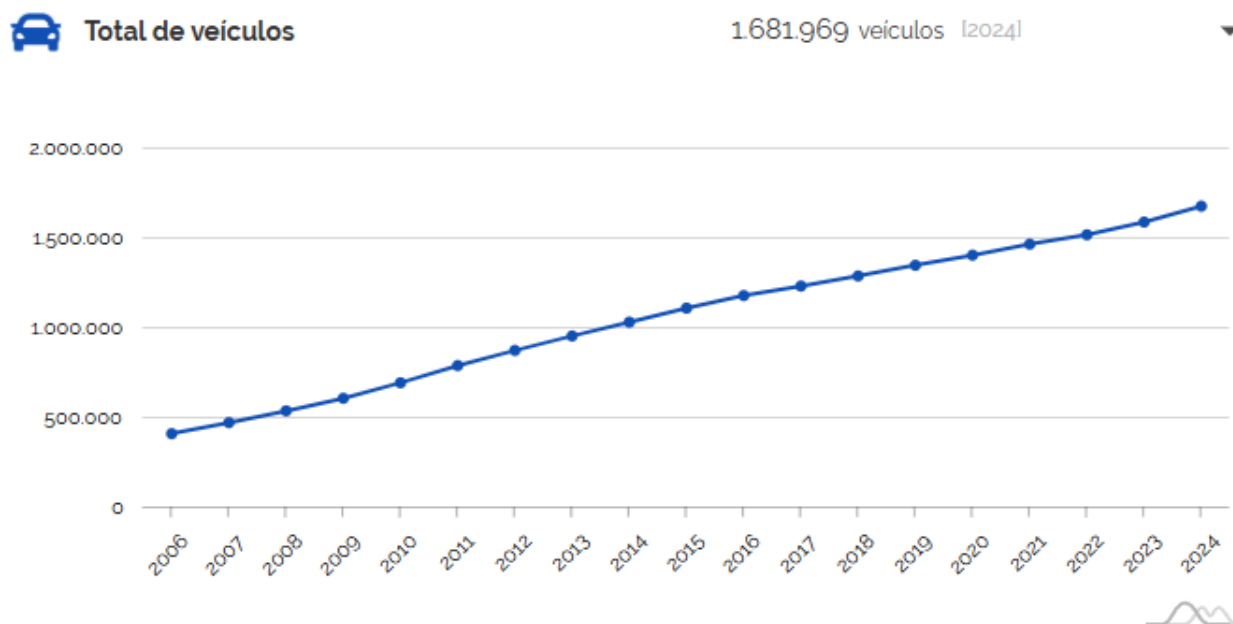


Além desse impacto sombrio (o óbito), os acidentes de trânsito provocam inúmeras aposentadorias por invalidez, em idade precoce, e afastamentos por longos prazos do mercado de trabalho, ou seja, é um problema não só de ordem socioeconômica, mas também traz prejuízos expressivos para o sistema de saúde, inclusive na ocupação dos Unidades Hospitalares de Emergência e Trauma. Uma situação que afeta diretamente a qualidade de vida da população e o custo da máquina pública. Isso tudo ratifica a importância e transversalidade do tema Acidente de Trânsito para as cidades e seus respectivos estados.

Há de se considerar, ainda, **a baixa taxa de municipalização do trânsito no Estado da Paraíba** (só 36 municípios dos 223 estão com o seu trânsito municipalizado). E essa é uma condição fundamental para melhorar esses indicadores, **desde que haja o devido apoio técnico e gerencial por parte do Governo do Estado, que viabilize a implantação pelos Municípios.**

Outro fator que impacta os indicadores de acidentes de trânsito na Paraíba é o crescimento da frota de veículos que continua em ascensão. Entre **2023 e 2024** houve um **crescimento de 5,2%** vide **Gráfico 6.4.c**.

Gráfico 6.4.c - Crescimento da frota de veículos na Paraíba (2006-2024)

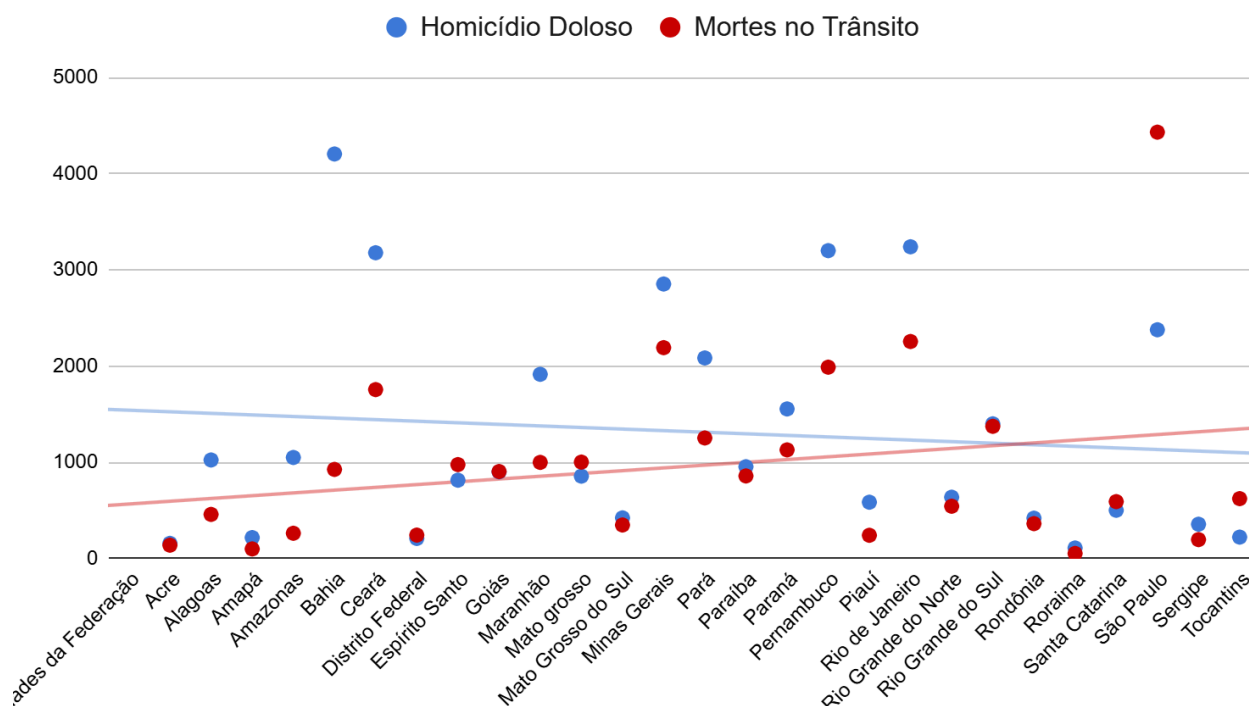


Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html> . Acesso em 15/04/2025

O gráfico abaixo indica **a relação entre Homicídio Doloso e Mortes no Trânsito**, nas Unidades da Federação.



Gráfico 6.4.d - Relação entre homicídio doloso e mortes no trânsito, 2024



Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública¹⁰³

6.5. Crimes contra o Patrimônio

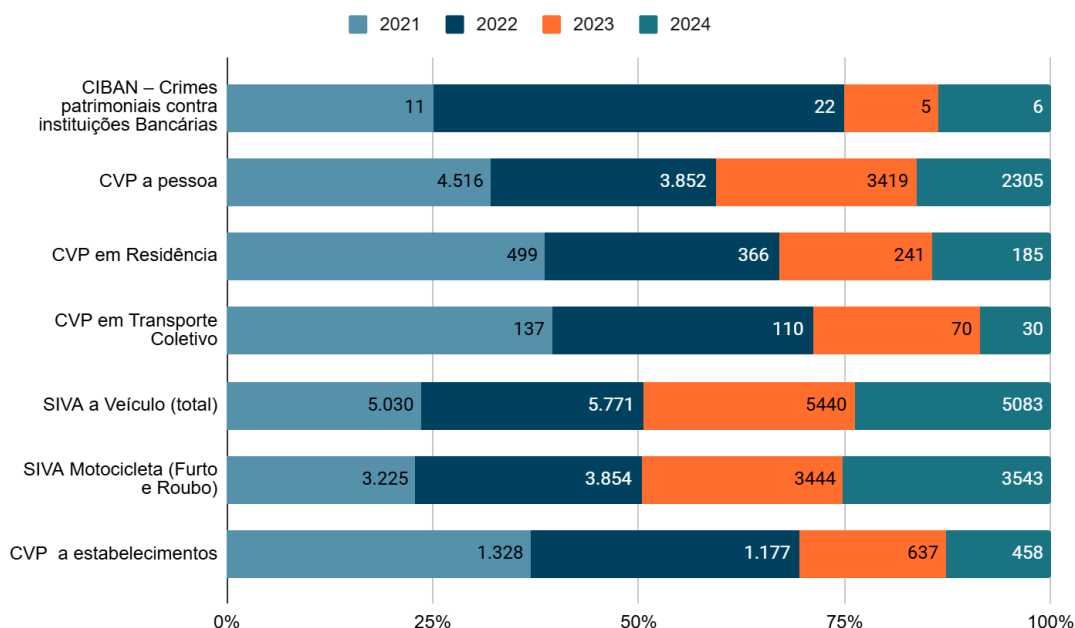
De acordo com o Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024, **houve uma redução de 32% dos crimes violentos patrimoniais (CVP) no estado, 4.367 em 2023 para 2.978 em 2024**, com destaque para as Tipologias *CVP em transporte público*, no qual houve uma diminuição de 57% dos casos; *CVP em residências*, com redução de 23%; *CVP a pessoa em via pública*, com redução de 33%¹⁰⁴ e *em estabelecimento* com redução de 28%; além disso há o ataque ao patrimônio automotivo, que se denominam **Subtrações Ilegais de Veículos Automotivos (SIVA)** (roubo e furto de veículos), *com diminuição de 56,6% no ano de 2024 em relação a 2023*. Já em relação aos CVP em instituições bancárias, denominados **Crimes Patrimoniais contra Instituições Bancárias (CIBAN)**, houve um aumento de 5 casos em 2023 para 6 casos em 2024.

¹⁰³Plataforma-<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYTdmMDkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFlMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

¹⁰⁴Porcentagens aproximadas



Gráfico 6.5.a -Crimes Violentos Patrimoniais 2021 a 2024



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Houve aumento da SIVA, relacionada a furtos de motocicletas, de 8% (1.242 em 2023 para 1.349 em 2024), em relação às outras categorias houve diminuição unânime (para mais informações acesso o Anuário, no portal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba). Concomitantemente a este aumento de furtos de motocicletas, **houve aumento total nas recuperações dos veículos ilegalmente subtraídos, de 3.981 em 2023 para 4.007 em 2024.**

Tabela 6.5.a - Crimes contra o Patrimônio - 2015 a 2024

Crimes Contra o Patrimônio	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	var. 2024/2023
CVP a pessoa	6.193	6.715	6.034	4.674	3.465	3.973	4.536	3.852	3.419	2.305	32,58%
CVP em Residência	375	390	586	545	480	444	499	366	241	185	23,23%
CVP Trans. Coletivo	-	-	-	-	238	93	137	110	70	30	57,14%
SIVA a Automóvel (Furto e Roubo)	580	771	1.101	1.383	1.086	1.286	1.775	1.881	1.958	1.517	22,52%
SIVA Motocicleta (Furto e Roubo)	2.347	2.160	2.051	2.276	1.757	2.197	2.385	3.854	3.444	3.542	2,84%
CIBAN	12	30	12	15	15	16	11	22	5	6	20%
Total	9.507	10.066	9.784	8.893	7.041	8.009	9.343	10.085	9.137	7.585	17%

Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (tabela elaborada pelo ECD)

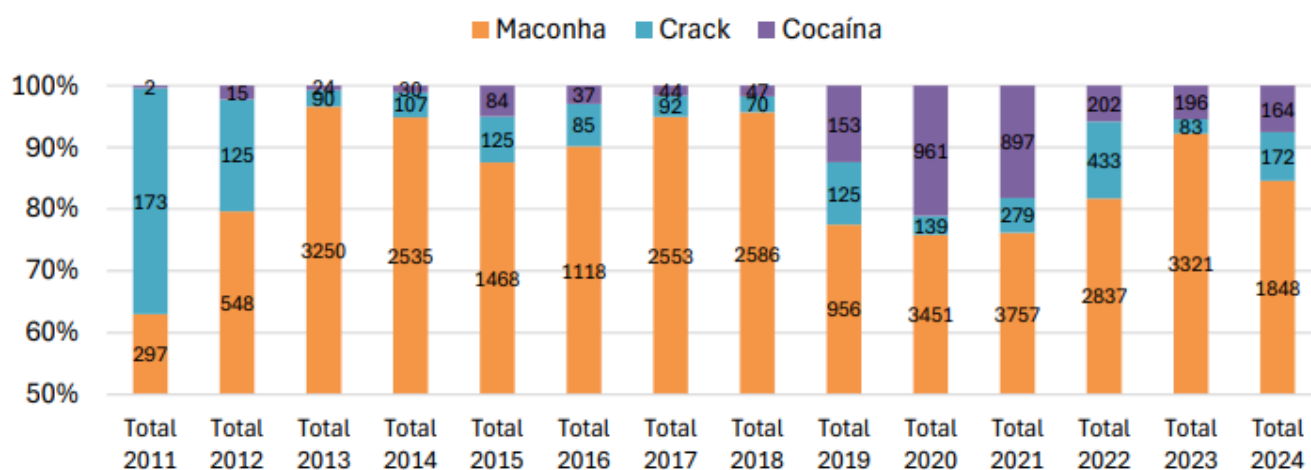


6.6. Apreensão de entorpecentes

Ao comparar as ocorrências registradas entre 2023 e 2024, é possível observar uma diminuição na apreensão anual total de entorpecentes na Paraíba, com variação de 39%, de acordo com o Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024.

Figura 6.6.a - Quantidade de Drogas Apreendidas (2011-2024)

Apreensões de Entorpecentes em kg na Paraíba por tipo

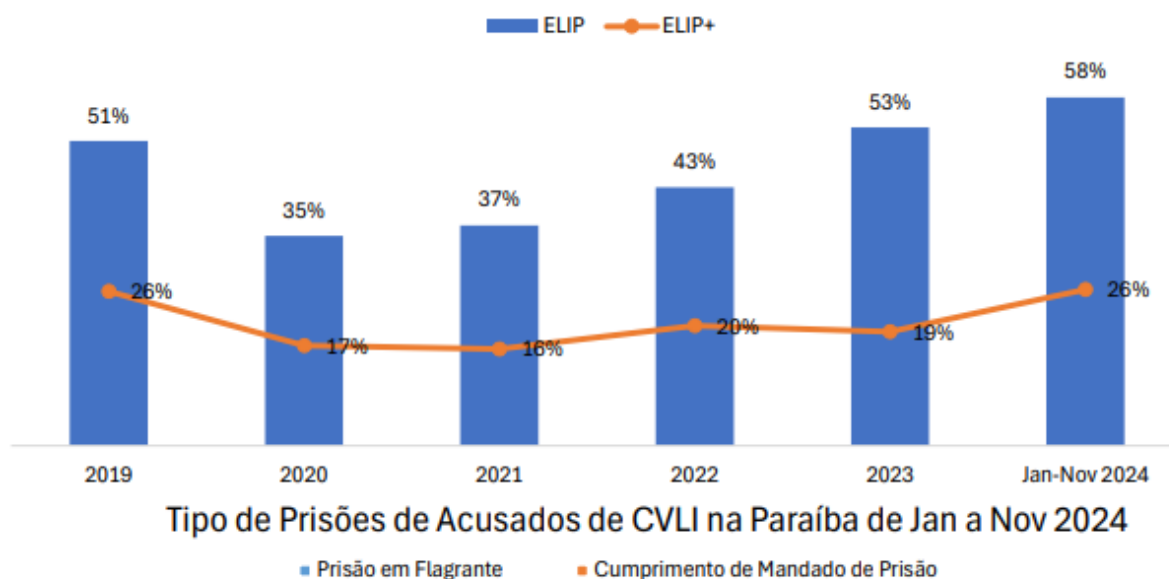


Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

6.7. Elucidação e Tipos de Prisão

Quanto aos índices de resolutividade - **Elucidação de Inquéritos Policiais (ELIP)** e **Elucidação de Inquéritos Policiais com Prisão do Autor (ELIP+)**, a instituição atingiu os patamares de **58%** e **26%**, respectivamente, de jan-nov de 2024 (últimos dados liberados no Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024) vide **Gráfico 6.7.a**, em comparativo com o ano de 2023 que foram **53%** e **19%**, respectivamente.

Gráfico 6.7.a - Elucidação de Inquéritos Policiais - ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais, com Prisão do Autor - ELIP+ (2019 a nov.2024)



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

6.8. Sistema Penitenciário

A **SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária)**, denominada pela Lei Estadual n.º 9.332, de 25 de janeiro de 2011, que alterou dispositivos da Lei Estadual n.º 8.186, de 16 de março de 2007, tem as seguintes finalidades e competências:

- Coordenar a política estadual de assuntos penitenciários;
- Coordenar a guarda e a ressocialização dos apenados;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade e de prestação de serviços à comunidade, este último desde que credenciado pelo Poder Judiciário;
- Emitir pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;
- Gerenciar a aplicação dos recursos de Fundos vinculados às atividades da SEAP.

O quadro de pessoal da SEAP pode ser visualizado na tabela a seguir, a partir da qual é possível verificar uma **diminuição de 3,56%** no quadro de Servidores Sistema Prisional, no ano de 2024, em relação a 2023.



Tabela 6.8.a - Quantitativo de Servidores Sistema Prisional - 2019 a 2024

Categoria	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição 23/24
Comissionados	58	61	59	55	59	53	10,16%
Efetivo e Comissionado	176	174	172	-	176	181	2,84%
Efetivo Ativo	1.913	1.883	1.873	1.854	1.828	1.751	4,21%
Requisitado	1	1	0	1	1	1	0%
Prestador apoio	113	113	115	115	122	122	0%
Total	2.261	2.232	2.219	2.025	2.186	2.108	3,56%

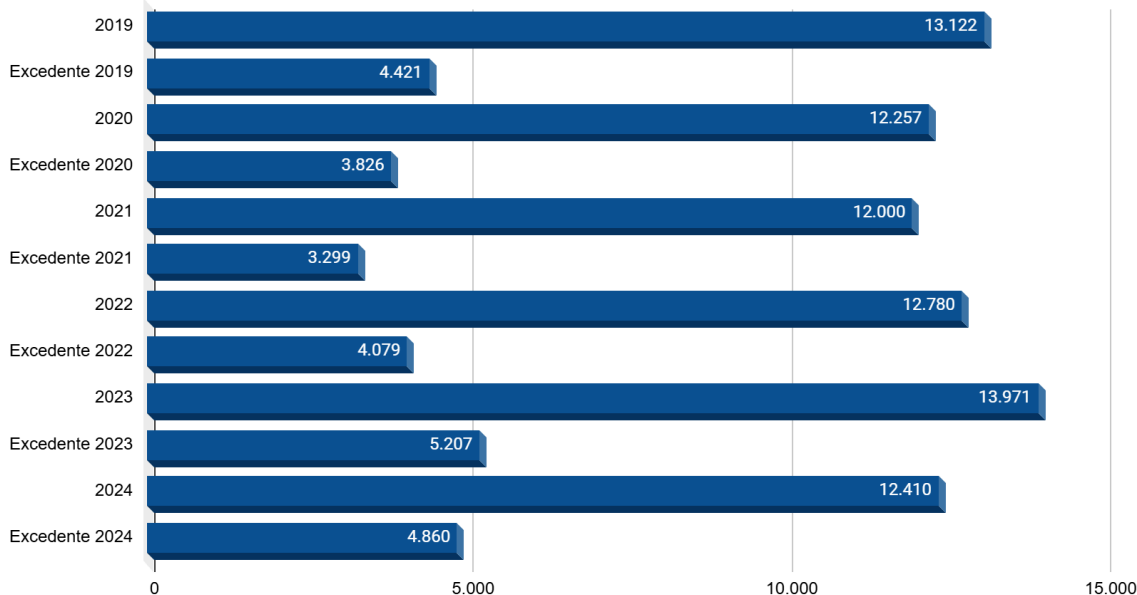
Fonte: Doc Tc nº 39039/22/ Processo nº 01952/24/ Secretaria de Segurança e Defesa Social

No sistema penitenciário do Estado da Paraíba, como se depreende do **Gráfico 6.8.a**, ainda predomina a superlotação da população carcerária. **Em 2024**, o Sistema Penitenciário na Paraíba tinha capacidade de **7.550 vagas e 4.170 para monitoramento eletrônico**¹⁰⁵.

Há uma divergência entre os dados do portal do SENAPPEN¹⁰⁶ e os dados liberados no Anuário 2024 da Secretaria de Segurança e Defesa Social.

Gráfico 6.8.a - Quantitativo da população carcerária e excedente 2019 a 2024

Sistema prisional 2019 - 2024



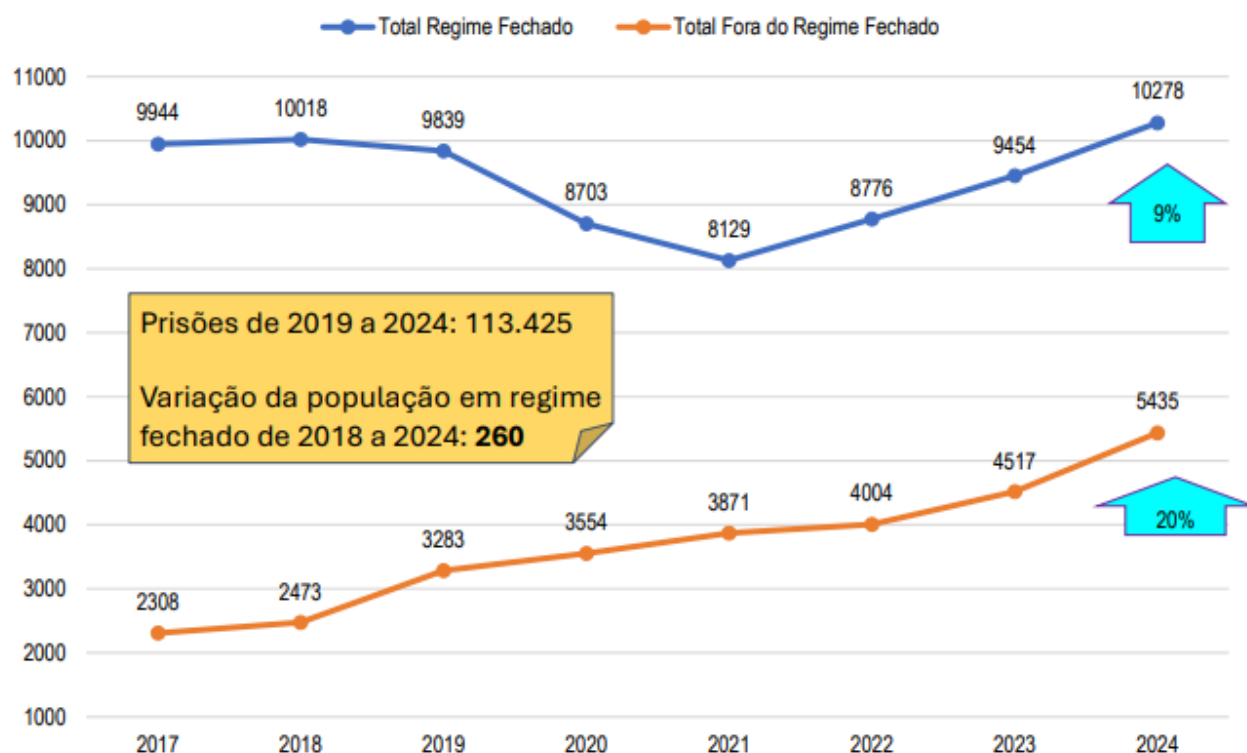
Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 e SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais) (gráfico elaborado pelo ECD)

¹⁰⁵ Site SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais): <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjozMUxMjZmEtOWM0Mi00MWRmLWJjMDAtMDdkY2U1ZGJhZGFiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>

¹⁰⁶ Secretaria Nacional de Políticas Penais



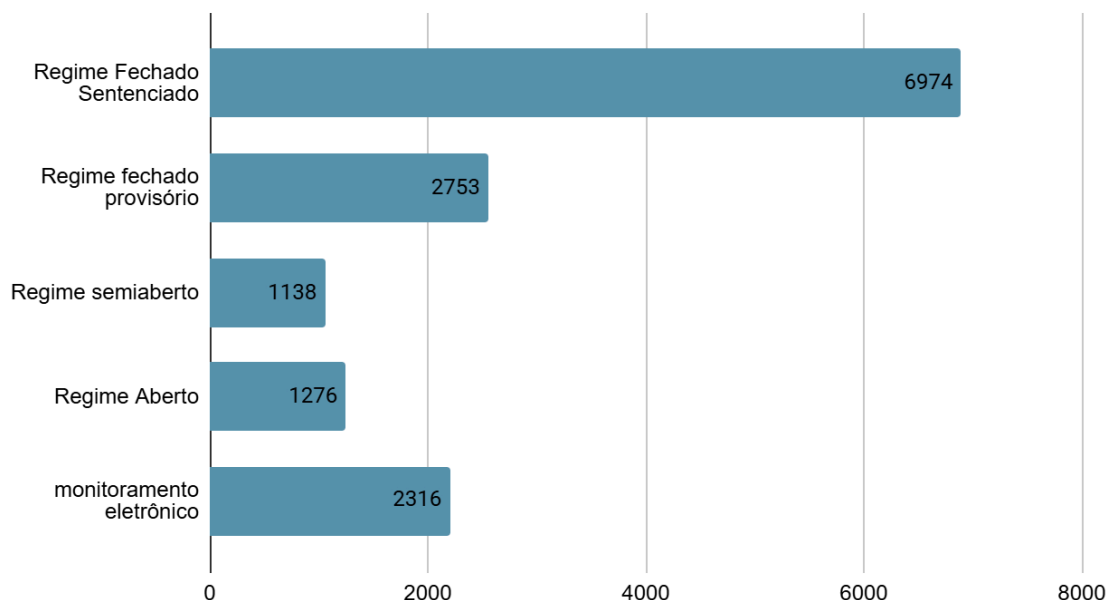
Gráfico 6.8.b - Série Histórica da População carcerária na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

Gráfico 6.8.c - População Carcerária 2024

População carcerária por tipo de condenação 2024

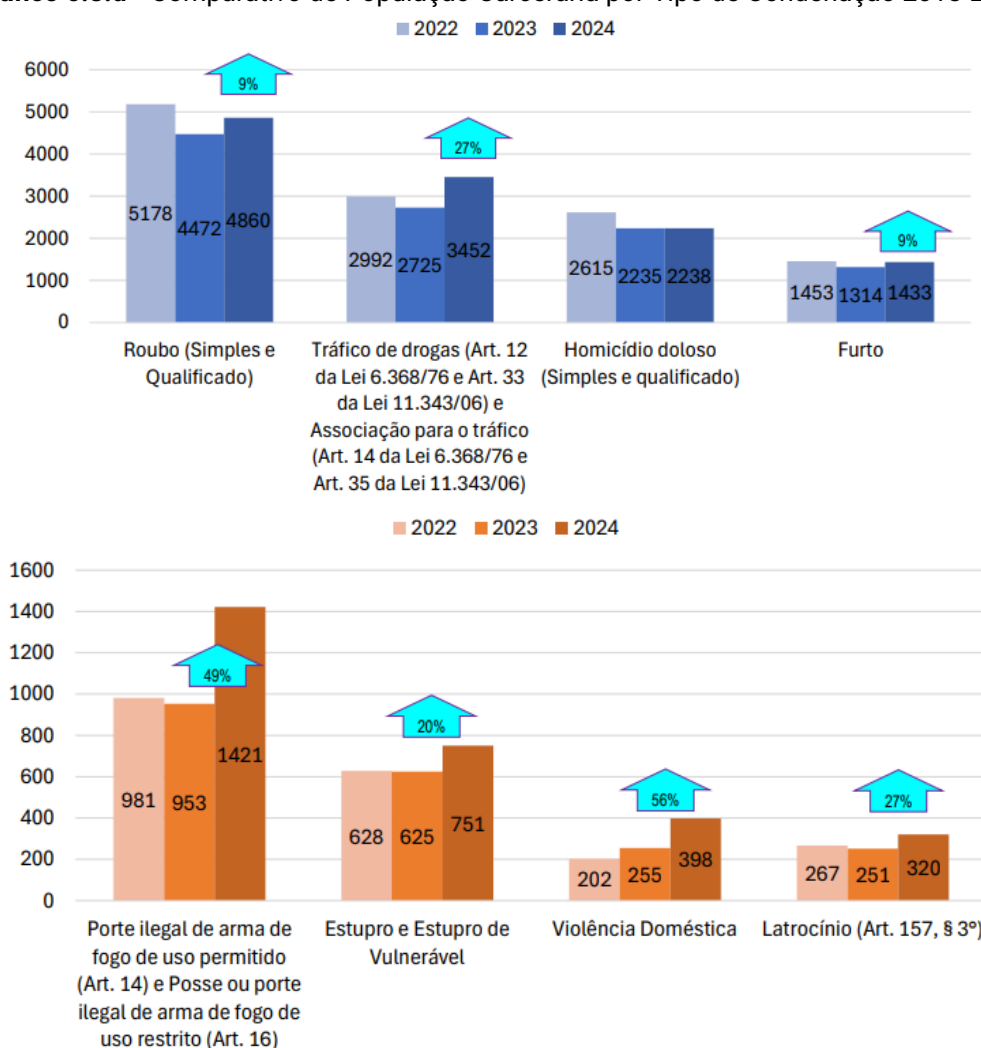


Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 (gráfico elaborado pelo ECD)

Considerando-se ainda os dados do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que apontam para o aumento da população prisional brasileira a qual cresce a um ritmo de **8,3% ao ano**¹⁰⁷, torna-se fundamental acionar o aparelho estatal para minimizar os impactos desse problema que só se agrava e termina por sobrecarregar o sistema prisional.

O **gráfico 6.8.d** mostra o número de presos no sistema penitenciário da Paraíba, tendo como base os delitos penais que cometeram. **Roubo continua sendo o delito com maior número de prisões**, mesmo tendo diminuído em 2023, e em 2024 já teve aumento de 9%. A violência doméstica teve aumento novamente e desta vez muito mais considerável nos casos de prisões, aumento de 56%, indicando que houve maior ação policial para este tipo de condenação.

Gráfico 6.8.d - Comparativo de População Carcerária por Tipo de Condenação 2018-2023



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024

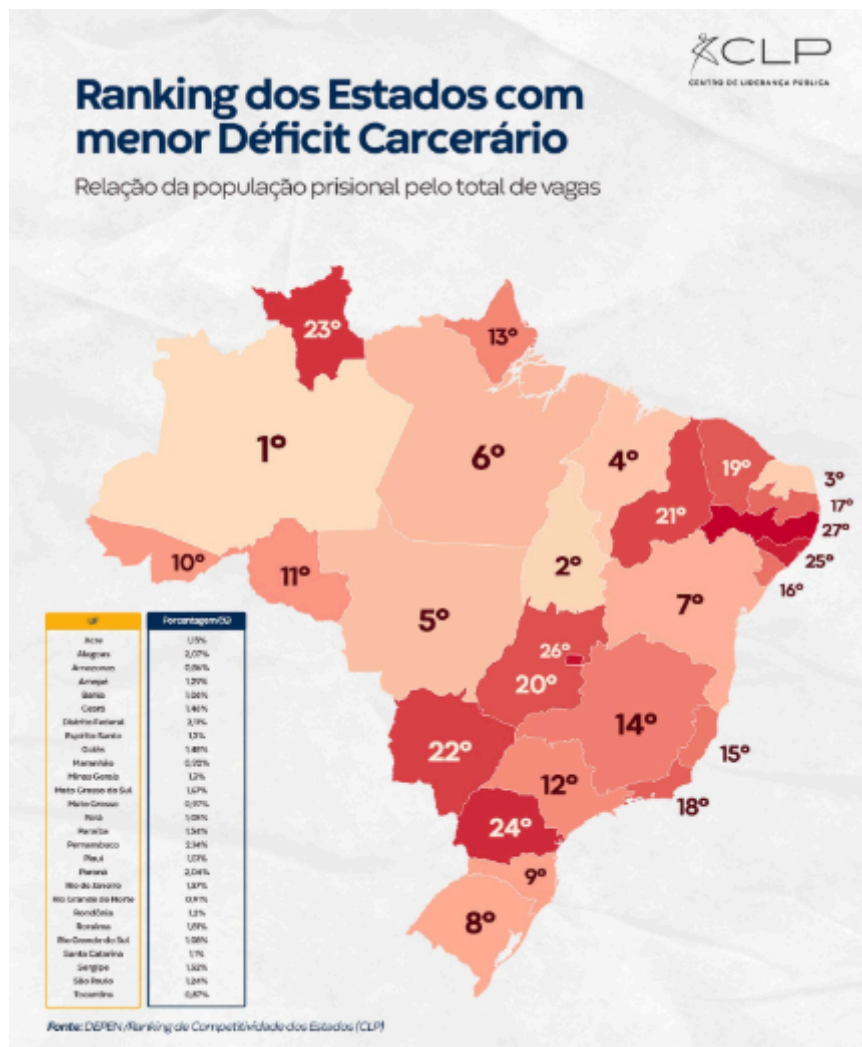
O **Centro de Liderança Pública** liberou (em novembro de 2024) um **Ranking dos Estados com menor déficit carcerário** (levando em consideração a população prisional e o total de vagas).

¹⁰⁷Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghhtml>



O Estado da Paraíba se encontra em **17º lugar no ranking**. Pernambuco é o estado com maior déficit prisional, enquanto o Amazonas possui o menor déficit.

Figura 6.8.b - Ranking déficit carcerário



Fonte: Centro de Liderança Pública (instagram @clpbrasil)

7. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO

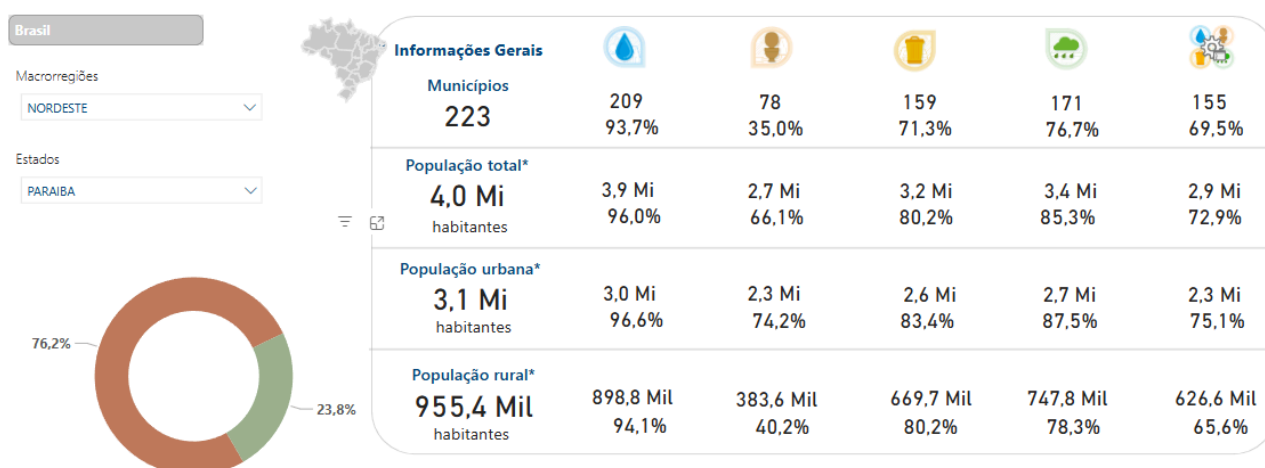
A Paraíba tem um território que corresponde a **0,6%** do território nacional e a **3,6%** do Nordeste, sendo que em torno de 90% do seu território é localizado a região semiárida nordestina correspondendo cerca de 188 municípios e estes fazem parte de uma região denominada *Polígono*

das Secas, de acordo com estudo do Ipea¹⁰⁸, sendo esta uma área sensível à influência do clima e dos regimes pluviométricos¹⁰⁹.

Vale ressaltar que, no estado da Paraíba, a lei complementar nº 168/2021 decretou microrregiões de água e esgoto e no intuito de buscar a universalização do serviço, a fim de cumprir o que reza o Novo Marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 14.026/2020).

Segundo o **SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico**¹¹⁰ (antigo SNIS) - Painel de Indicadores 2024 (ano referência 2023), **16,87% da população brasileira não têm acesso ao abastecimento de água**, enquanto na **Paraíba** são cerca de 28,2% da população, **já 40,3% das pessoas no país não possuem atendimento total/coleta de esgoto no país**, enquanto no estado da Paraíba são cerca de 63,7% sem acesso.

Figura 7.a - Índice de atendimento total de esgoto e água na Paraíba



Fonte: SINISA

Notar que a eficiência do saneamento básico¹¹¹ torna-se um **componente central à segurança hídrica** (questão central para o nosso Estado). Perdas de água e ineficiências na prestação dos serviços oneram os custos das companhias e terminam também aumentando as tarifas. Além disso, a ausência de coleta, tratamento e reuso de esgoto reduz a oferta de água e tende a contaminar todo o sistema aquático regional. Atentar para o fato que os cursos de água, no perímetro urbano e dos próprios canais de drenagem urbana construídos, são contaminados por águas servidas, com comprometimento sério da saúde da população, por consequência, sua qualidade de vida.

¹⁰⁸http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf

¹⁰⁹https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20632?locale=pt_BR

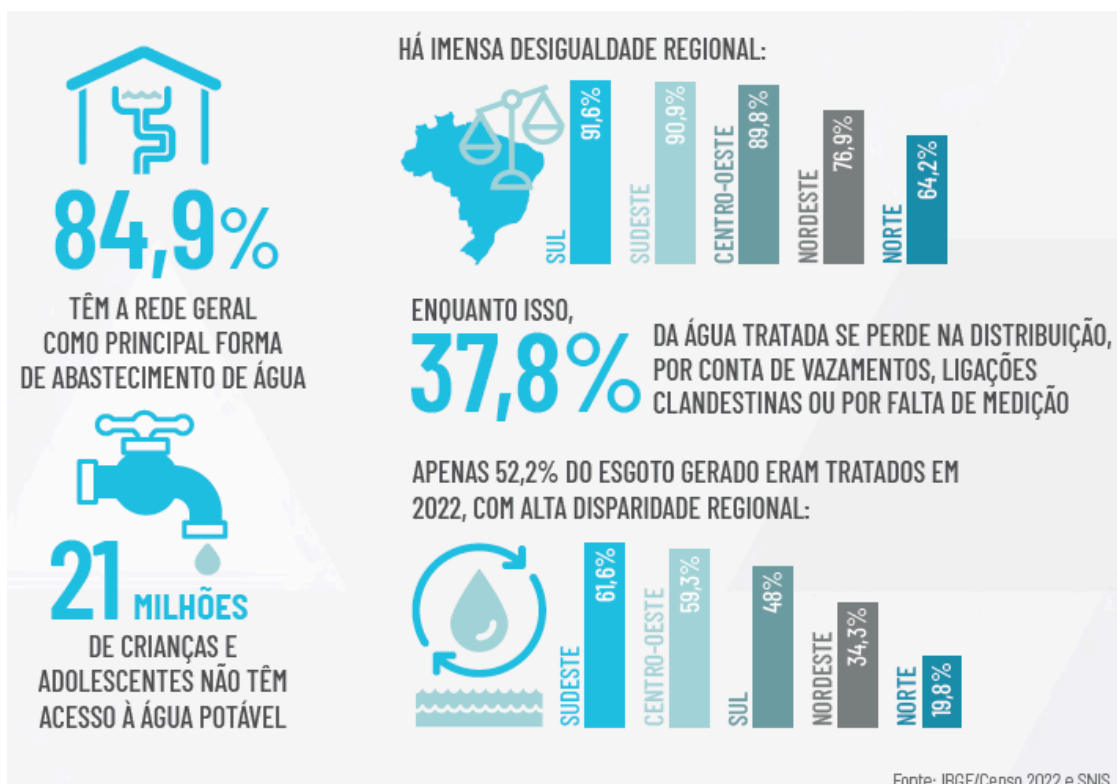
¹¹⁰ <https://tce.pb.gov.br/publicacoes/auditorias-tematicas/panorama-hidrico-do-estado-da-paraiba>

¹¹¹ SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - <https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/>

Quanto à drenagem urbana e resíduos sólidos, apesar de sua importância para o tema, não serão tratados neste trabalho.

Além disso, o saneamento é de extrema importância no combate aos impactos no meio ambiente, na saúde da população, na economia, nas desigualdades e no desempenho escolar. Seus componentes são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos.

Figura 7.b - Disponibilidade, gestão da água e saneamento no Brasil



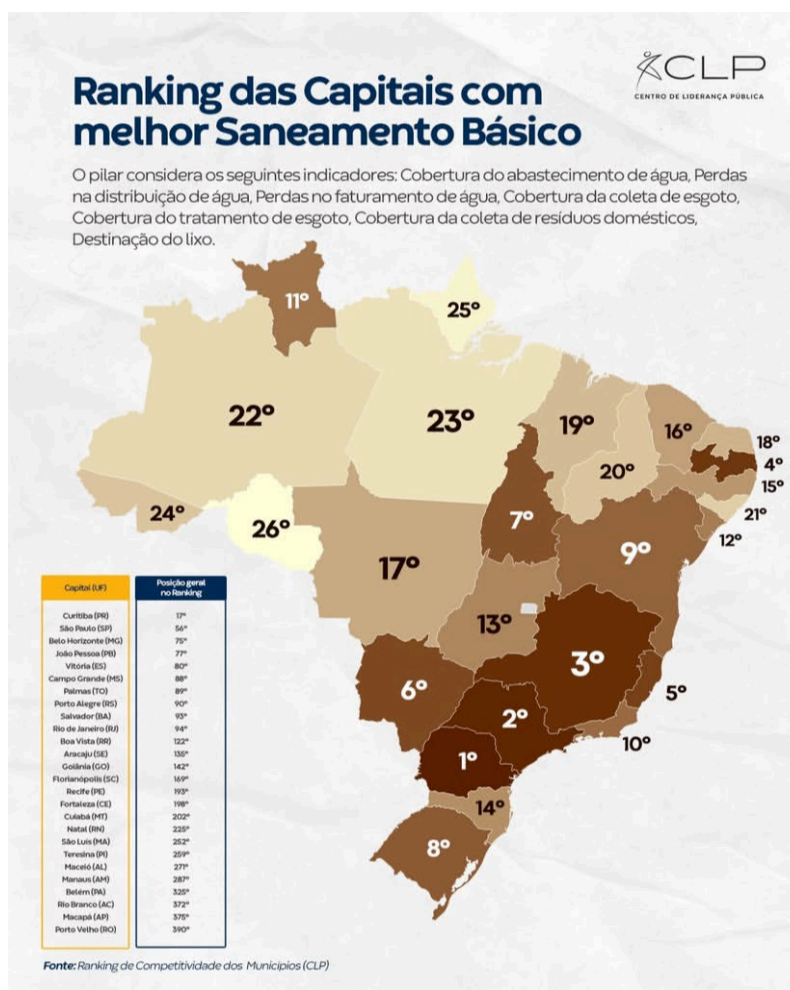
Fonte: VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 - ano 2024

(<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>)

O **Centro de Liderança Pública** publicou em seu instagram, no primeiro mês de 2025 um mapa com o Ranking dos Estados e das Capitais com melhor Saneamento Básico, levando em consideração os dados do antigo SNIS. A Paraíba (João Pessoa) está em 4º lugar do ranking geral de capitais..

Para maiores informações << <https://clp.org.br/> >>. clp

Figura 7.c - Capitais com melhor saneamento básico



Fonte: instagram @clpbrasil

Na avaliação dos indicadores de saneamento, é importante levar em consideração o **Novo Marco Legal do Saneamento**, proposto no ano de 2020, com novas metas sobre a gestão e incentivo à regionalização, possibilitando ainda mais o controle social deste segmento na saúde pública da população.

De acordo com o Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais, da Gestão de riscos e desastres da Secretaria Nacional de Saneamento, **existem algumas áreas onde a demanda pela atenção ao saneamento básico é prioritária, como por exemplo, áreas onde a taxa de mortalidade infantil é alta, onde estão sujeitas a insalubridade e destruição ambiental, onde residem populações carentes e onde há implementação de projetos estratégicos.**

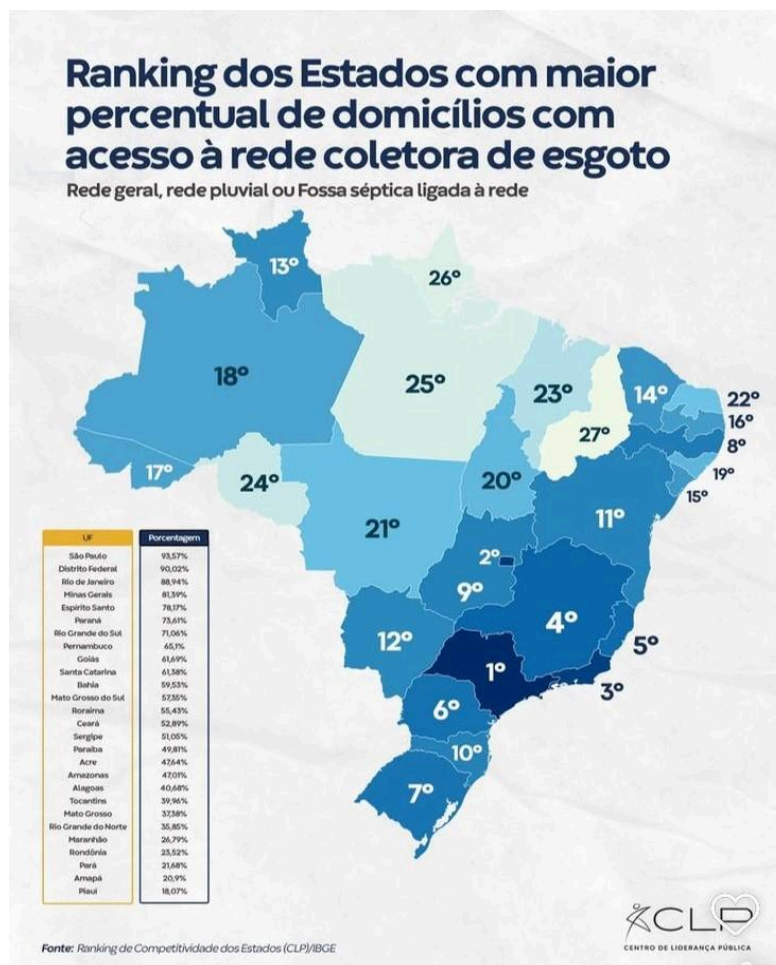
Por isso, o **Marco do Saneamento Básico** estabeleceu como **meta** a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que **99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90%, ao tratamento e à coleta de esgoto.** Foram definidas, também,



regras voltadas para drenagem e manejo de resíduos sólidos urbanos. E essas são metas fundamentais para qualidade de vida e prosperidade de um estado como o da Paraíba.

O **Centro de Liderança Pública** também liberou um Ranking dos Estados com maior percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto. O Estado da Paraíba encontra-se em 16ª posição, com porcentagem de 49,81%, ou seja, menos de 50% da população da Paraíba tem seu esgoto devidamente coletado.

Figura 7.d - Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto



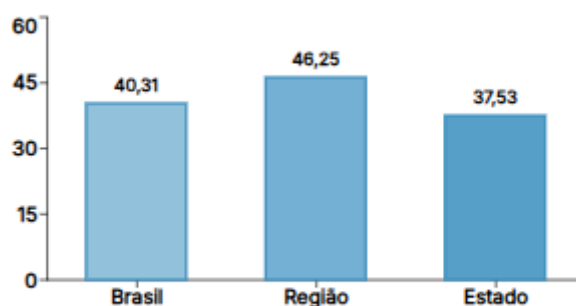
Fonte: instagram @clpbrasil

Pelo marco legal é requerido que **as perdas da distribuição de água no território brasileiro reduzam para 25%** até a data limite (ano de 2033). O valor desta perda, no **Brasil**, em 2021, foi de 40,25%; em 2022 foi de 37,78%, enquanto **em 2023 foi de 40,31%**, como visto no quadro abaixo, enquanto na **Paraíba** se encontra em 37,53%, houve um aumento em relação ao ano anterior, que era de 37,01%.



O **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030¹¹², ano 2024**, indicou que o menor índice de atendimento da população, em abastecimento de água (rede pública) está no Norte (64,2%), em seguida está o Nordeste (76,9%). Com o maior atendimento na região Sul (91,6%).

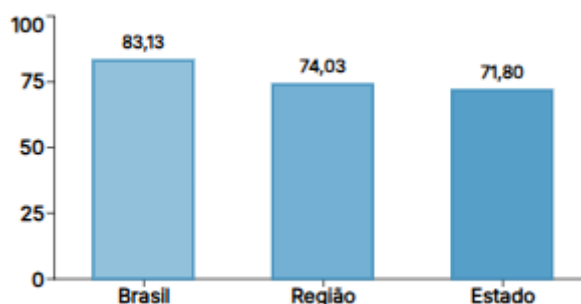
Gráfico 7.a - Perdas de distribuição de água - ano 2023



Fonte: SINISA

Além deste dado, há uma meta de atender 99% da população do país com abastecimento de água, no qual o atendimento cobre 84,92% da população do país em 2022 e em 2023 foi de 83,13% enquanto na Paraíba o percentual foi de 76,99% da população, enquanto em **2023 foi de 71,80%**, vide **gráfico 7.b**.

Gráfico 7.b - Abastecimento de água potável - ano 2023

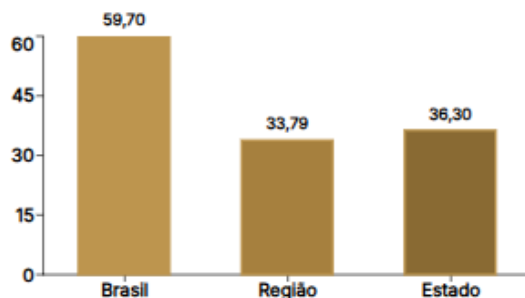


Fonte: SINISA

Em relação à coleta de esgoto, em 2023 houve uma queda para 36,30% do atendimento total, em relação a 2022 que foi cerca de 39% da população, vide gráfico 7.c.

¹¹² <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

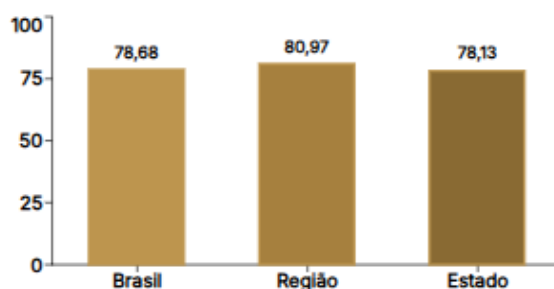
Gráfico 7.c - Atendimento da população com rede coletora de esgoto - ano 2023



Fonte: SINISA

E desta **coleta de esgoto**, **78,13% recebe o tratamento adequado**, enquanto que em 2022 essa taxa era de **79,39%**. Em comparativo com a taxa regional e nacional, a Paraíba é bem similar, vide **gráfico 7.d**.

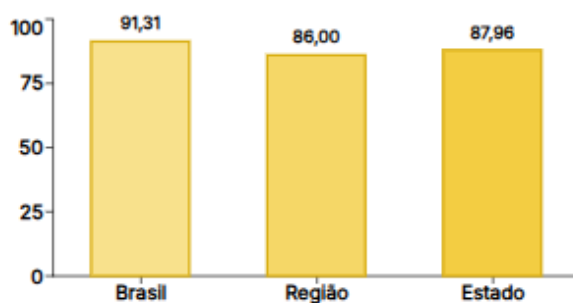
Gráfico 7.d - Tratamento de esgoto - ano 2023



Fonte: SINISA

A taxa de cobertura do serviço de **coleta de resíduos sólidos** na Paraíba também se encontra em níveis similares ao quadro geral do país, **com cobertura total da população de 87,96%** enquanto que em 2022 foi de **84,92% em todo o estado**.

Gráfico 7.e - Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos - ano 2023



Fonte: SINISA



Levando isso em consideração e de acordo com a **Trata Brasil de 2024**¹¹³, que utiliza dados do antigo SNIS como base, indica que o estado paraibano está entre os melhores índices de saneamento da região Nordeste. Dentre os 100 municípios citados no estudo, **João Pessoa** se encontra em 3º lugar, ficando atrás de Belo Horizonte e Curitiba, como a cidade com melhor abastecimento de água da região, tendo por volta de **100%**. Já **Campina Grande está entre as vinte melhores posições em termos de perda de água na distribuição**. No Ranking do Saneamento, Campina Grande e João Pessoa estão posicionadas, respectivamente, em 33º e 48º.

No ano de 2023 a **Cagepa** recebeu o Selo Verde do INPRA (Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes) em reconhecimento ao bom uso dos recursos naturais, projetos socioambientais, bom uso da cadeia energética e atendimento às legislações vigentes, o que demonstra o comprometimento estatal também na sustentabilidade ambiental.

Em relação ao **descarte dos resíduos sólidos**, a ABES PB (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental da Paraíba contabilizou, em 2024 (primeiro semestre), dos 223 municípios da Paraíba, somente 3 deles ainda tem como destino final dos resíduos unicamente os lixões, eram os municípios de: Serra Branca, Sumé e Zabelê, já no mês de setembro de 2024, o **descarte de resíduos em lixões foi erradicado totalmente no estado**, projeto que contou com a participação da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Paraíba (ABES-PB), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB), o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), o Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema).¹¹⁴

Existem na Paraíba, 3 aterros públicos, localizados nas cidades de São Mamede, Dona Inês e Carrapateira, enquanto os restantes são de empresas privadas que operam nas cidades. É importante manter um monitoramento constante, pois esta não é uma mudança estática e definitiva, visto que **municípios que fazem uso de aterro podem voltar a despejar em lixões**.

A meta **11.6 dos ODS** (Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros) está estagnada no âmbito nacional, visto que o país tinha até agosto de 2024 para acabar com os lixões e fazer a deposição final de resíduos sólidos de forma adequada, mas ainda não ocorreu¹¹⁵.

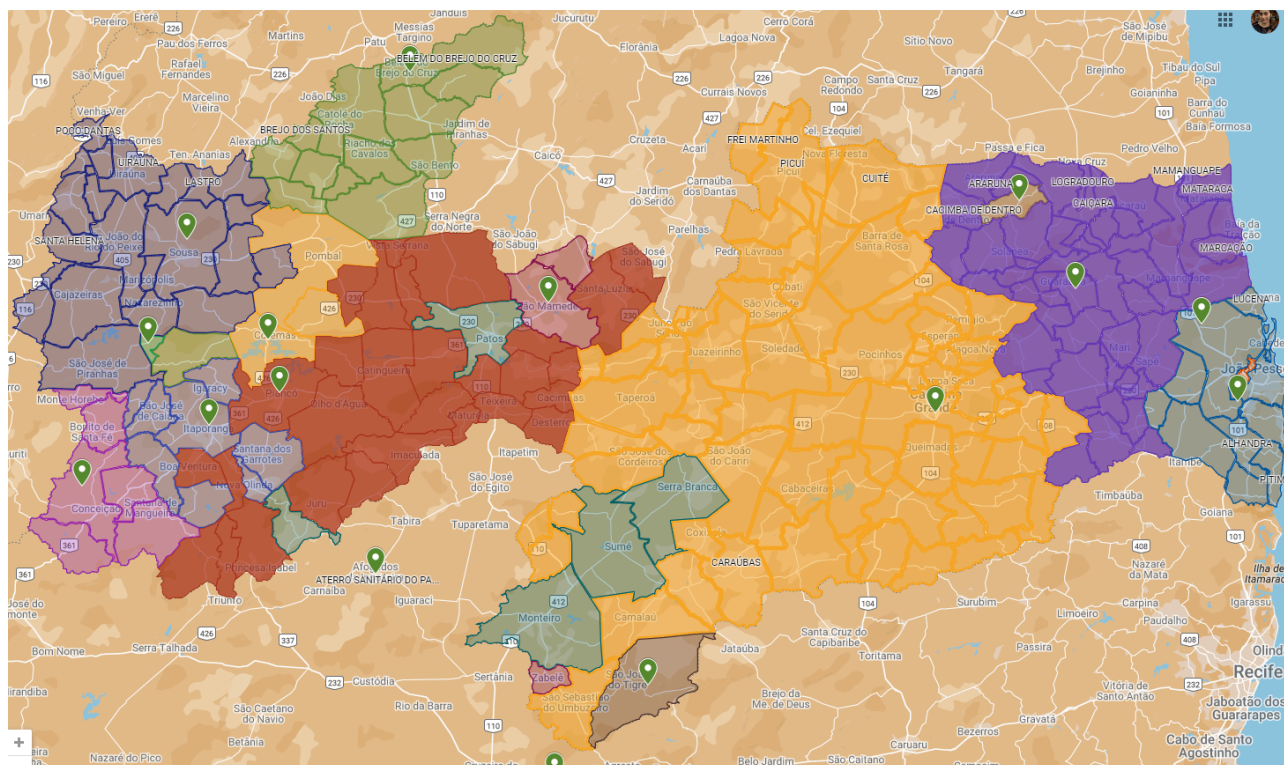
¹¹³ <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Completo-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS.pdf>

¹¹⁴ <https://abesp.com.br/paraiba-lixao-zero-entidades-se-unem-e-erradicam-lixoes-em-todo-o-estado/>

¹¹⁵ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>



Figura 7.e - Delimitação dos municípios da Paraíba em relação ao depósito de Resíduos Sólidos



Fonte: ABES PB (<https://abespb.com.br/rsu/>)

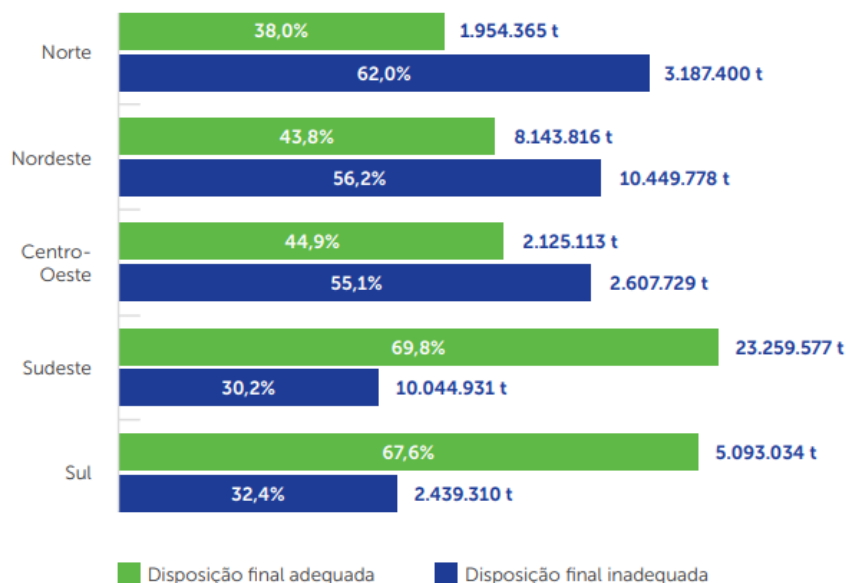
Obs.1: Os pontos verdes indicam a localização de aterros sanitários.

O **Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil**, do ano de 2024¹¹⁶, dispôs um infográfico no qual identifica que 56,2% da disposição final dos resíduos na região do Nordeste ainda é inadequada, no entanto houve uma diminuição em relação aos resultados do Panorama 2023, no qual essa mesma taxa era de 62,7%¹¹⁷.

¹¹⁶ <https://static.poder360.com.br/2024/12/panorama-dos-residuos-solidos-no-brasil-2024.pdf>

¹¹⁷ https://www.abrema.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/Panorama_2023_P1.pdf

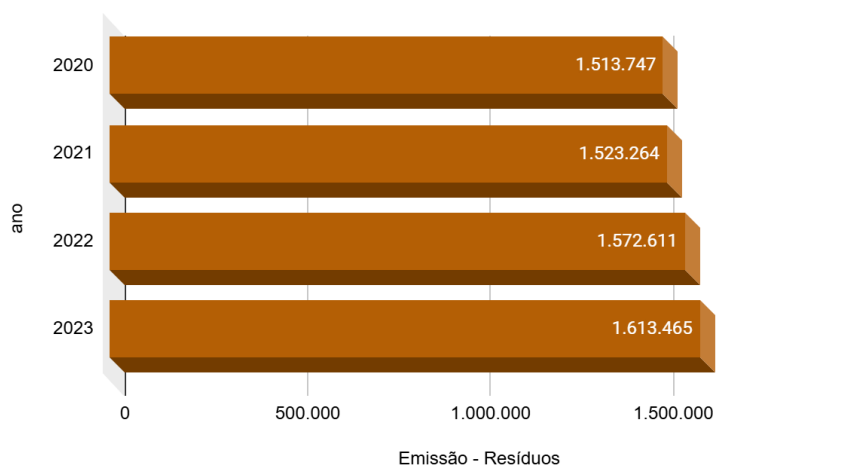
Gráfico 7.f - Disposição final dos resíduos sólidos por região



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil, 2024

É importante destacar que os resíduos são materiais que não são aproveitados e sobram da atividade humana, advindos do comércio, indústrias e residências. Podem ser divididos em resíduos sólidos ou efluentes líquidos. No gráfico abaixo, com dados retirados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), tem-se os dados sobre os gases liberados durante a destruição dos resíduos no estado da Paraíba entre os anos de 2020 a 2023, decorrentes da disposição final de resíduos sólidos, efluentes líquidos industriais, incineração ou queima a céu aberto, tratamento biológico de resíduos sólidos e tratamento de efluentes domésticos. É possível observar um aumento progressivo da eliminação desses gases.

Gráfico 7.g - Quantificação da emissão de gases envolvendo a produção de resíduos

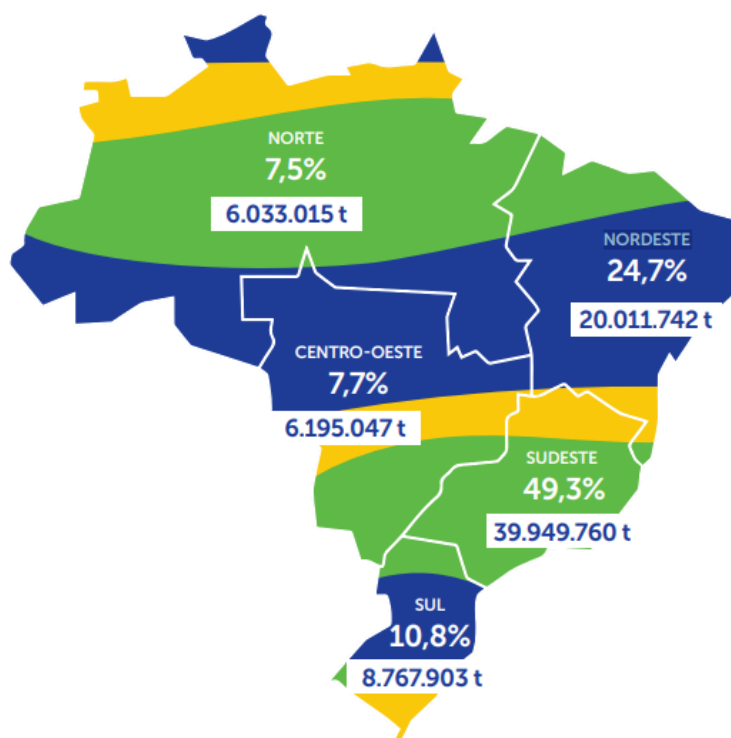


Fonte: SEEG [valores em toneladas - CO₂e (t) GWP-AR5]



O **Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil**, mostrou que o Nordeste teve uma participação de 24,6% na geração de resíduos sólidos no país, no ano de 2022, enquanto que em 2023 essa participação foi de 24,7%.

Figura 7.f - Participação regional na geração de Resíduos Sólidos Urbanos em 2023



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2024

8. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE

O advento da globalização, do desenvolvimento tecnológico, da expansão industrial e do processo acelerado de urbanização que se instaurou, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, gerou um esgotamento perigoso no ecossistema da terra. Lidar com as mudanças climáticas, avanço dos mares, alagamentos constantes, secas, com o próprio descarte de resíduos perigosos, poluentes orgânicos e de plásticos; cuidar da saúde das águas, proteger o verde, num contexto de vulnerabilidade social e econômica. Isso tudo impõe um cenário desafiador para os Governos e suas políticas públicas. E isso assume uma importância ainda mais relevante em regiões como as que o Estado da Paraíba está inserida, submetidas a altas temperaturas, baixa pluviosidade, na maioria de suas cidades, e índices crescentes de desertificação, dentro de um contexto de vulnerabilidade econômica e social.

A própria Constituição Brasileira, no seu Art.225, expressa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e uso comum ao povo, sendo dever da Gestão Pública e da coletividade defender e preservar.

Alterações no meio ambiente afetam diferentes biomas e a população como um todo, muitas vezes de formas irreversíveis. Devido a expansão do movimento ambientalista e a pressão popular, os órgãos administrativos e fiscalizadores, visando sua gestão ambiental em criar indicadores, que são parâmetros/ estatísticas com uma finalidade específica, capazes de meio ambiente demonstram dados sobre o impacto no meio ambiente, decorrentes de certas atividades exercidas.

A poluição atmosférica traz prejuízos não somente à saúde e à qualidade de vida das pessoas, mas também acarreta maiores gastos do Estado, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados com a melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos. A poluição de ar pode também afetar ainda a qualidade dos materiais (corrosão), do solo e das águas (chuvas ácidas). A gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento sócio econômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura. Para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico.

Também chamados de Indicadores de Desempenho Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente define estes indicadores como um resumo sobre o aspecto do meio ambiente, dos recursos naturais, assim como as atividades humanas relacionadas. O mais difundido e com dados consistentes levam em consideração a emissão de **gases do efeito estufa (GEE)**, em áreas de energia, uso da terra, agropecuária, resíduos e na indústria.

As tabelas, gráficos e dados estatísticos que irão ser descritos foram retirados do site do SEEG¹¹⁸ (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases do Efeito Estufa), um sistema criado pelo Observatório do Clima que explicita sobre as estimativas de emissão de gases nocivos ao planeta no Brasil, sendo este um indicador operacional, pois mostra os resultados de atividades diárias no meio ambiente. Os dados abaixo são do ano de **2023**, sendo estes os **últimos dados registrados**.

O portal em questão indica que o Estado da Paraíba ocupa a 21ª posição no ranking de emissões de gases nocivos, com maior emissão decorrentes de atividades no **setor agropecuário, de energia e mudanças no uso da terra e florestas, que serão comentados adiante neste capítulo**.

Figura 8.a - Caracterização da Paraíba em relação a emissão de GEE, em 2023

¹¹⁸ <https://seeg.eco.br>



Paraíba Nordeste 2023

2023

ÁREA (km²)

56.467

RANKING (emissões líquidas)

21º

EMISSIONS BRUTAS
ALOCADAS NO ESTADO

15,5 MtCO₂e

EMISSIONS BRUTAS DO
BRASIL

2.295,6 MtCO₂e

EMISSIONS NÃO
ALOCADAS NOS
ESTADOS

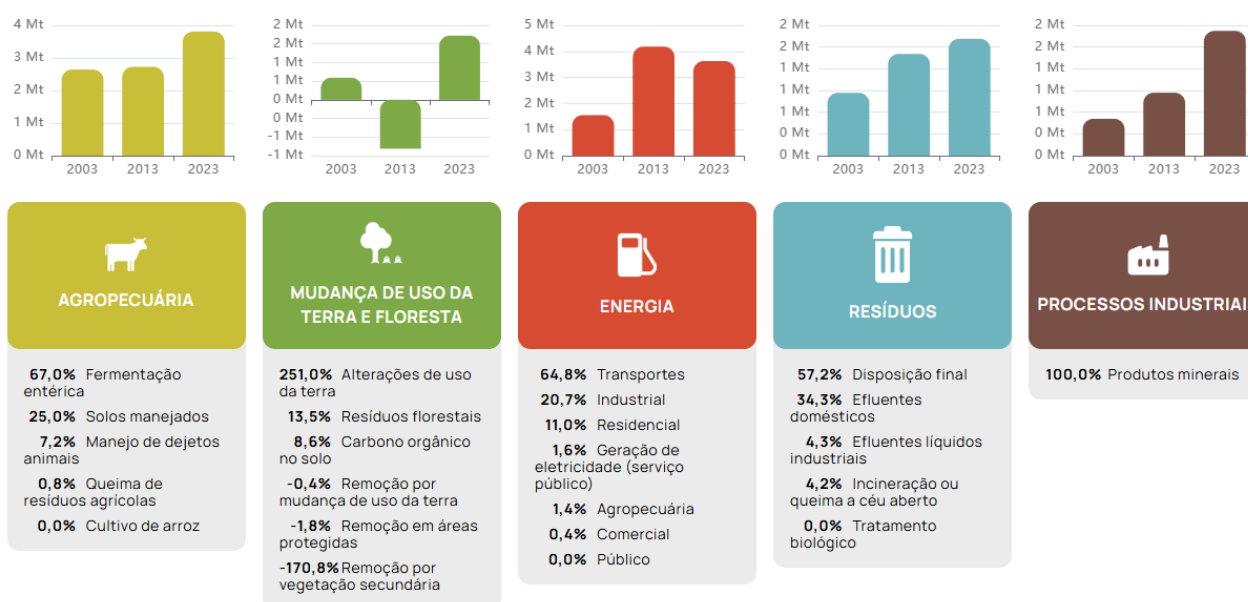
3,05%

As emissões são aqui apresentadas como dióxido de carbono equivalente (CO₂e, GWP-AR5).

Fonte: SEEG

A ilustração abaixo demonstra as subdivisões dos setores que promovem emissão de gases do efeito estufa na sua cadeia de produção e a porcentagem que cada uma desempenha neste papel, no ano de 2023.

Figura 8.b - Subdivisões dos setores produtores de GEE



Fonte: SEEG

A partir dos dados acima, compreende-se que o estado da Paraíba é um contribuinte do efeito estufa, em menor parcela, em relação a outros estados brasileiros. O setor que mais elimina esses gases na atmosfera é o setor **Mudança de uso da Terra e Floresta**, assim como na região Nordeste e no Brasil como um todo. Levantando questionamentos sobre os desmatamentos em todas as escalas de governo.



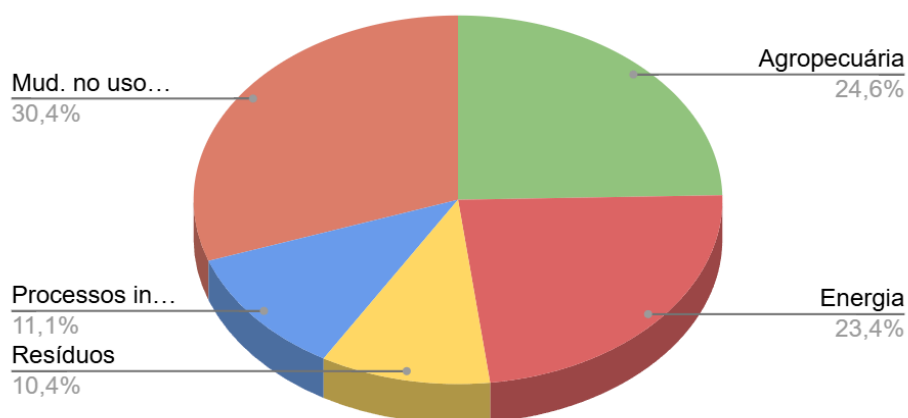
A **meta 12.6 dos ODS** (Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios), está estagnada, pois das 9.584 indústrias extrativistas (aquelas que extraem e transformam recursos naturais do solo, como minerais, petróleo e gás natural) com 100 ou mais trabalhadores, somente 1.514 publicaram relatórios de sustentabilidade em 2022¹¹⁹.

Figura 8.c - Quantidade de relatórios de sustentabilidade



Fonte: VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, ano 2024

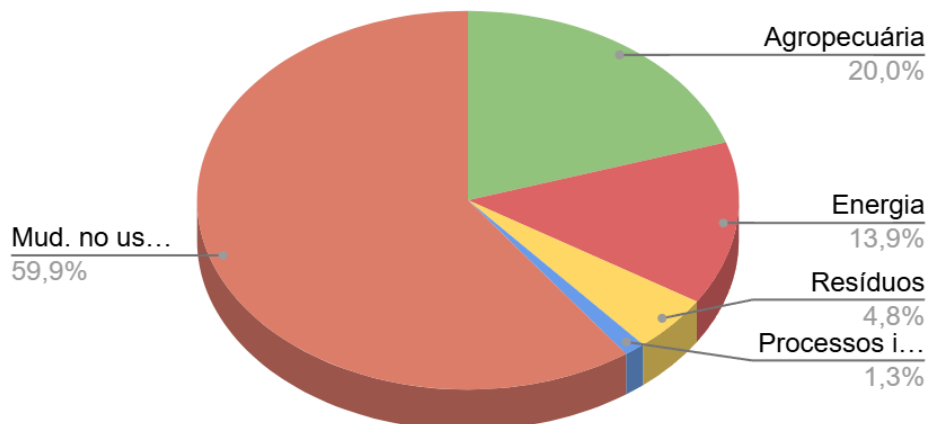
Gráfico 8.a - Emissões de GEE na Paraíba, 2023



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

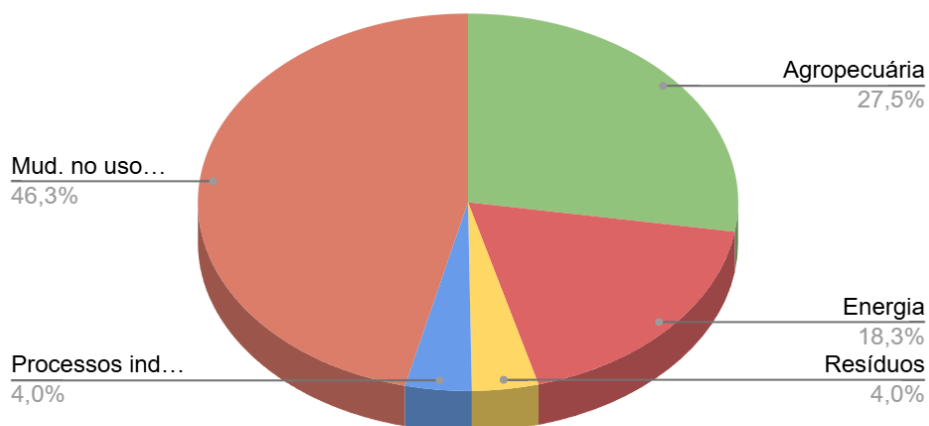
¹¹⁹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

Gráfico 8.b - Emissões de GEE no Nordeste, 2023



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Gráfico 8.c - Emissões de GEE no Brasil, 2023



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

É importante frisar, por outro lado, que houve um aumento no desmatamento do bioma caatinga (PB) na ordem de **76,84%**, entre os anos de **2020 e 2023**, de acordo com pesquisa do **MAP BIOMAS Alerta**¹²⁰, no entanto **houve um decréscimo em 2024**, em torno de 58%, em relação a 2023. Os dados de 2025 ainda estão incompletos, mas é importante mencionar no gráfico a seguir. Ainda de acordo com a plataforma, o município de Santa Luzia, ocupa o topo do ranking em maior desmatamento (em hectare), mas São José de Piranhas, está no topo da lista com maior

¹²⁰<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>



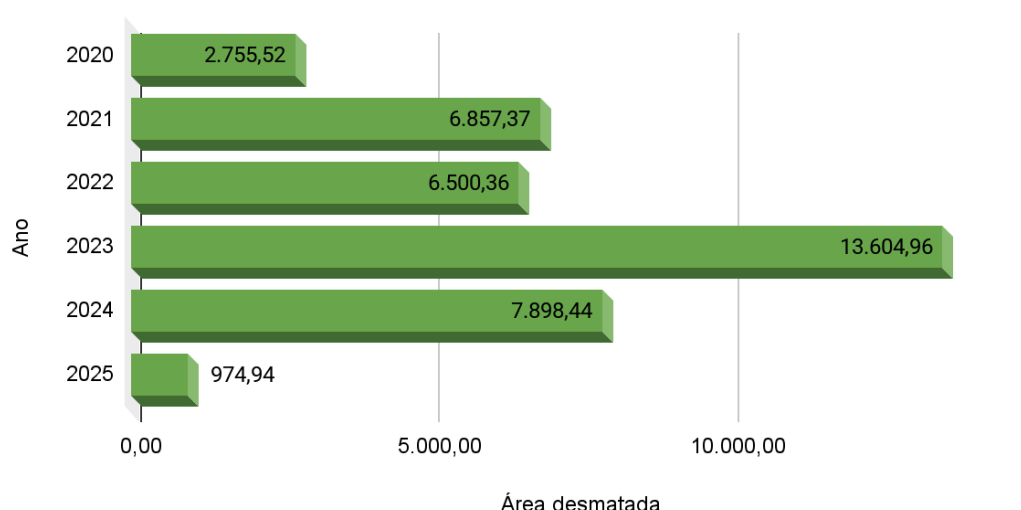
quantidade de alertas emitidos. Vide o link a seguir para mais informações <<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/alerta/898254>> (acesso em 10/03/2025).

De acordo com o **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, ano 2024**, houve um aumento de 43,4% no desmatamento da Caatinga, principalmente na Bahia e no Ceará.

É importante frisar que neste mesmo ano houve a retomada da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, que tem como foco implementar e legitimar o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca¹²¹.

Gráfico 8.d - Evolução de área de desmatamento da Caatinga na Paraíba, entre 2020 a 2025 (junho/25)

Evolução de área de desmatamento da Caatinga na Paraíba - 2020 a 2025 (hectares)



Fonte: MAP BIOMAS Alerta, acesso em 08/07/2025 - <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>
(gráfico elaborado pelo ECD)

Importante enfatizar que **houve uma expansão das áreas semiáridas e em processo de desertificação** em todo Nordeste, segundo os estudos do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS), publicados na Letra Ambiental. A nova delimitação realizada em janeiro/2024 conta com a participação de 1.477 municípios na região do semiárido brasileiro, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, **Paraíba**, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Na qual conta com uma área de 1.335.298 km², correspondendo a 15% do território nacional. De acordo com a Resolução Condel (Conselho Deliberativo da Superintendência do Nordeste - Sudene) nº 176 (03/01/2024), dos 223 municípios da Paraíba, 198 deles estão no semiárido.¹²²

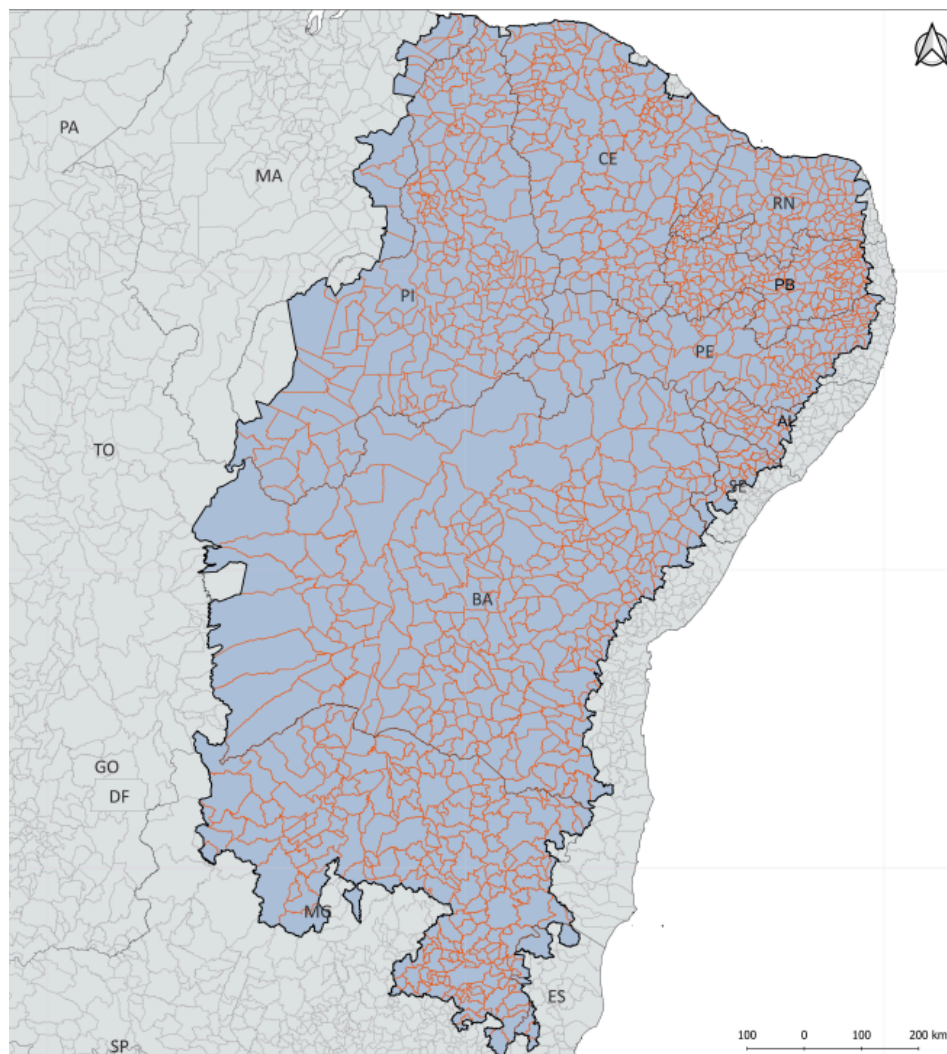
¹²¹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

¹²² <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>



A problemática da desertificação acaba se atrelando às condições financeiras da população da região, dando continuidade a um problema que é visto há décadas: a migração. O último censo e estudos da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que há um grande número de lares sem habitantes em cerca de 90% dos municípios que se localizam na região semiárida¹²³.

Figura 8.d - Delimitação semiárido brasileiro (2024)

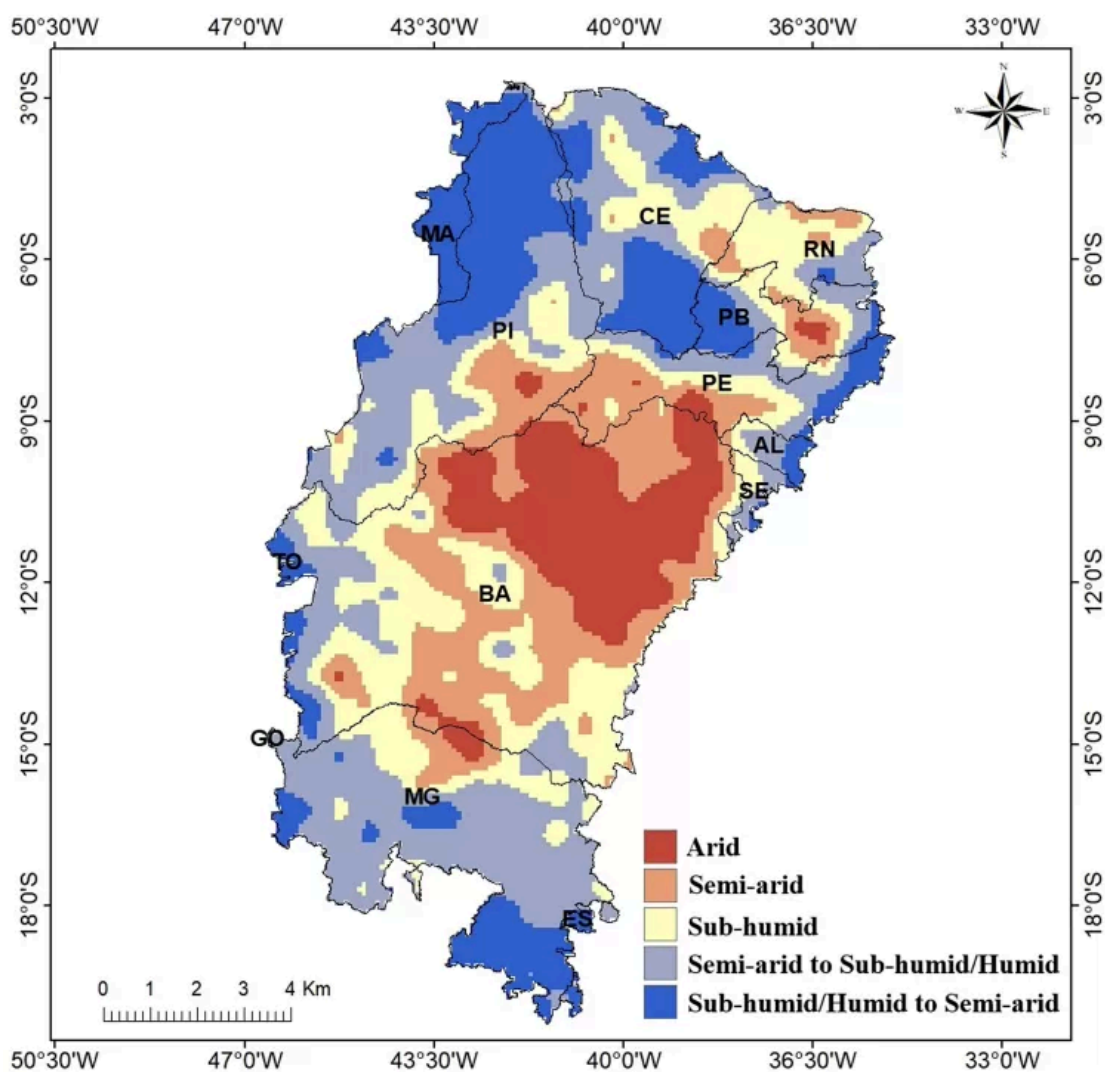


Fonte: Instituto Nacional do Semiárido Brasileiro (INSA) -

<https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf/delimitacao-do-semiarido-brasil-eiro-2024.pdf/view>

¹²³Rápidas e mortais, secas-relâmpago contribuíram para o agreste virar semiárido no Nordeste desde os anos 90 - matéria do O GLOBO - <https://jornal.usp.br/radio-usp/censo-mostra-que-90-dos-municipios-com-maior-numero-de-residencias-fechadas-estao-no-semiarido/>

Figura 8.e - Delimitação de áreas semiáridas e áridas



Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS) -

<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/04/14/brasil-ja-tem-clima-arido-em-area-superior-ao-estado-de-sp-aponta-estudo.htm>

Tabela 8.a - Delimitação oficial semiárido brasileiro (jan/2024)

Delimitação oficial do Semiárido brasileiro			
Estado	2017	2021	2024*
AL	38	38	42
BA	278	283	287
CE	175	171	175
ES	0	6	6
MA	2	16	16
MG	91	209	217
PB	194	188	198
PE	123	137	142
PI	185	215	216
RN	147	141	148
SE	29	23	30
TOTAL	1.262	1.427	1.477

*Resolução Condel nº 176, de 03/01/2024.

Reinserção provisória dos 50 municípios que seriam excluídos.

Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS)¹²⁴

O setor de **energia eólica** no estado da Paraíba compõe cerca de 45,2% da matriz elétrica e sua expansão é contínua. Os municípios de **Santa Luzia e Junco do Seridó**¹²⁵ são destaques na produção, devido a intensidade e regularidade dos ventos. Além da energia eólica, o estado tem um grande potencial no campo da **energia solar**, sendo os municípios de **Coremas e Malta**, destaques no investimento das usinas fotovoltaicas e nas condições ideais.

Na plataforma Programa Mais Brasil (PF - SCCON) é possível **visualizar alertas de detecção de mudanças geradas, neste caso, pelo desmatamento no Estado**. A partir disso foi possível detectar que houve 13.318 alertas de foco de desmatamento entre os anos **2020 a 2023**, com aumento da área desmatada no final do ano de 2022, com a maior parte dos focos localizado no interior do estado (sertão - bioma Caatinga), uma das hipóteses para esse aumento de degradação do bioma pode ser a implementação e aumento dos parques de energia eólica - 15 parques (dados de março/2023¹²⁶) localizados nas cidades de Santa Luzia, Areia de Baraúnas, São Mamede, São José de Sabugi e Junco do Seridó. É importante destacar que além do impacto

¹²⁴ <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>

¹²⁵ https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/paraiba-e-destaque-na-energia-renovavel

¹²⁶ [Complexo de Energia Eólica na Paraíba 2023](#)



ambiental, as usinas eólicas e solares tem impacto social na região que estão sendo investigados pelo Ministério Público, Defensoria Pública da União e do Estado¹²⁷.

O **Instituto Cidades Responsivas**¹²⁸ criou um indicador que “avalia a proximidade entre a vegetação presente nas áreas urbanas e os locais onde a maioria dos habitantes reside ou trabalha. Assim, avalia-se indiretamente a quantidade de áreas permeáveis nas regiões mais densificadas das cidades que contribuem para a drenagem urbana, para evitar o surgimento de ilhas de calor e para absorver parte da poluição atmosférica gerada pelas atividades dos arredores”¹²⁹. Ele foi calculado com base no sensoriamento do NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) e o recorte territorial do local, portanto se calcula uma média para um raio de 1,5 km do ponto analisado.

“Cidades com valores mais baixos do indicador - os quais indicam um afastamento entre a vegetação e as áreas mais densificadas - podem alterar esse cenário com diferentes medidas: a intensificação da arborização viária, o estabelecimento de novas áreas de parques e praças, a criação de incentivos para a inserção de áreas permeáveis em novos empreendimentos privados ou a alteração dos instrumentos urbanísticos municipais visando encorajar o aumento de densidades em locais com maior proximidade a áreas verdes.”¹³⁰

Tabela 8.b - Indicador da proximidade População x Vegetação (dados 08/2024)

SE	Aracaju	0,3
PA	Belém	0,32
MG	Belo Horizonte	0,26
RR	Boa Vista	0,28
DF	Brasília	0,31
MS	Campo Grande	0,32
MT	Cuiabá	0,31
PR	Curitiba	0,32
SC	Florianópolis	0,44
CE	Fortaleza	0,25
GO	Goiânia	0,31
PB	João Pessoa	0,32
AP	Macapá	0,33
AL	Maceió	0,3
AM	Manaus	0,3
RN	Natal	0,27
TO	Palmas	0,35

¹²⁷Notícia G1 - Impacto Socioambiental de Usinas eólicas e solares na Paraíba

¹²⁸ <https://observatorio.responsivecities.com/?indicador=meio-ambiente> e <https://observatorio.responsivecities.com/>

¹²⁹Trecho retirado do site Observatório Cidades Responsivas.

¹³⁰Trecho retirado do site Observatório Cidades Responsivas.



RS	Porto Alegre	0,32
RR	Porto Velho	0,32
PE	Recife	0,29
AC	Rio Branco	0,38
RJ	Rio de Janeiro	0,32
BA	Salvador	0,2
MA	São Luís	0,28
SP	São Paulo	0,23
PI	Teresina	0,36
ES	Vitória	0,35

Fonte: Observatório Cidades Responsivas¹³¹

De acordo com a plataforma do **Brasil Mais**¹³², no estado da Paraíba, foram emitidos cerca de 5.274 alertas de desmatamento do início do ano de 2023 ao final de 2024. A área com maior alerta de desmatamento no Estado, cerca de 0,17 km² (17,12 hectares), foi no município de São Domingos, na região da Caatinga, em julho de 2023, enquanto a maior velocidade de desmatamento foi no município de Piancó, também localizado na Caatinga, cerca de 9 hectares, por dia, de mata desmatada.

Na cidade de **João Pessoa**, no período entre janeiro de 2023 a dezembro de 2024, **foram emitidos 70 alertas** referentes ao desmatamento. Problemática esta que deve ser levada em consideração devido aos malefícios da ausência de vegetação nas vias urbanas, tanto para a geração de ilhas de calor, quanto para o bem-estar da população. Já em **Campina Grande**, neste mesmo intervalo de tempo, **foram emitidos 17 alertas** referentes ao desmatamento na região.

Entre 2023 e 2024 a maior área de desmatamento foi feita na região de Triunfo, por motivo de Agropecuária, vide o laudo emitido pela Plataforma Brasil Mais (linkado na nota de rodapé)¹³³

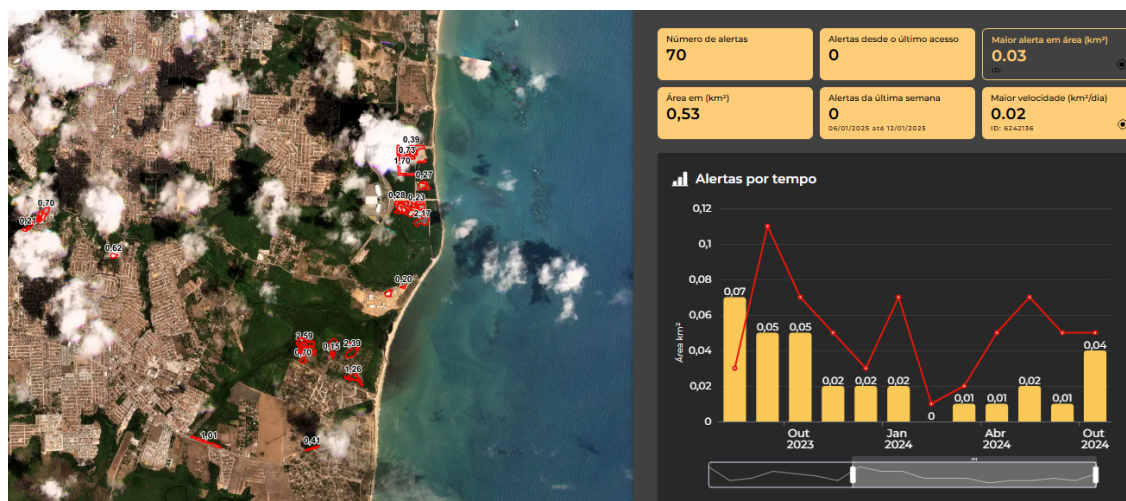
¹³¹ <https://observatorio.responsivecities.com/?indicador=meio-ambiente>

¹³² <https://plataforma-pf.scon.com.br/#/>

¹³³ <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/alerta/1221164> e [https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa?monthRange\[0\]=2023-01&monthRange\[1\]=2024-12&sources\[0\]=All&territoryType=state&territoryIds\[0\]=18388&authorization=all&embargoed=all&locationType=alert_code&activeBaseMap=7&map=-6.644573%2C-38.501587%2C12](https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa?monthRange[0]=2023-01&monthRange[1]=2024-12&sources[0]=All&territoryType=state&territoryIds[0]=18388&authorization=all&embargoed=all&locationType=alert_code&activeBaseMap=7&map=-6.644573%2C-38.501587%2C12)

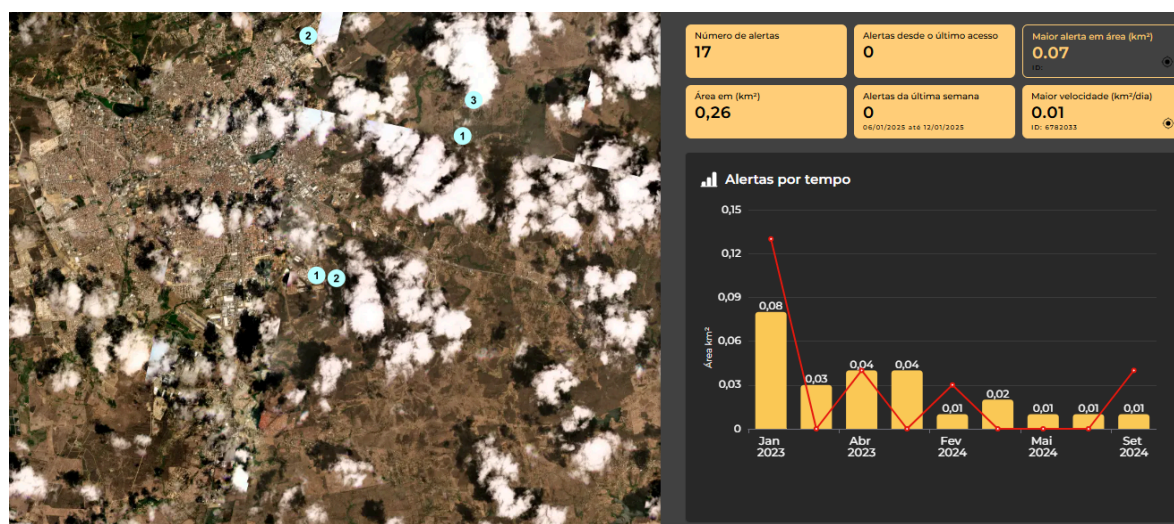


Figura 8.f - Alertas de desmatamento em João Pessoa (2023-2024)



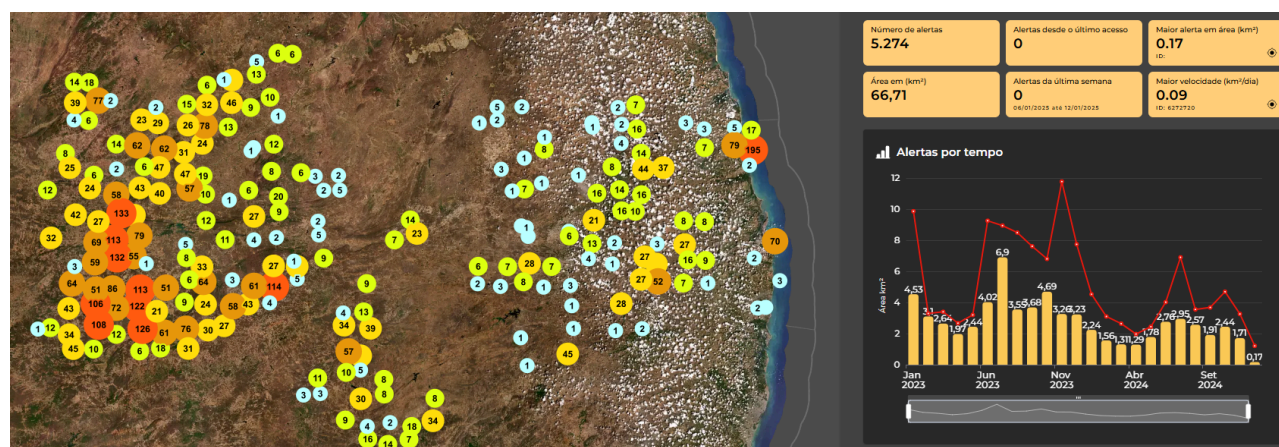
Fonte: Plataforma PF Brasil Mais

Figura 8.g - Alertas de desmatamento em Campina Grande (2023-2024)



Fonte: Plataforma PF Brasil Mais

Figura 8.h - Alertas de desmatamento na Paraíba (2023-2024)



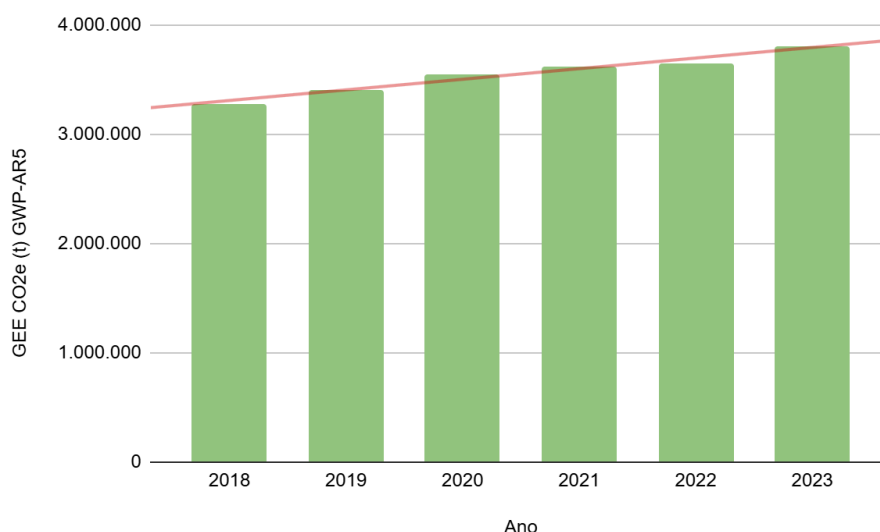
Fonte: Plataforma PF Brasil Mais

8.1. Setor agropecuário

Este é um setor que abrange atividades primárias que estão ligadas à agricultura e à pecuária, voltada para o consumo humano ou para a produção de matérias-primas, medicamentos e combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor agropecuário paraibano em todas as esferas de atuação, com a emissão dos GEE, entre 2018 a 2023, na plataforma SEEG¹³⁴. É possível avaliar que houve um aumento na eliminação de gases por esse setor através dos anos, mantendo-se elevado no ano de 2023 (último dado disponibilizado).

Gráfico 8.1.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo processos emissores do setor agropecuário



Fonte: SEEG (gráfico elaborado pelo ECD)

8.2. Energia

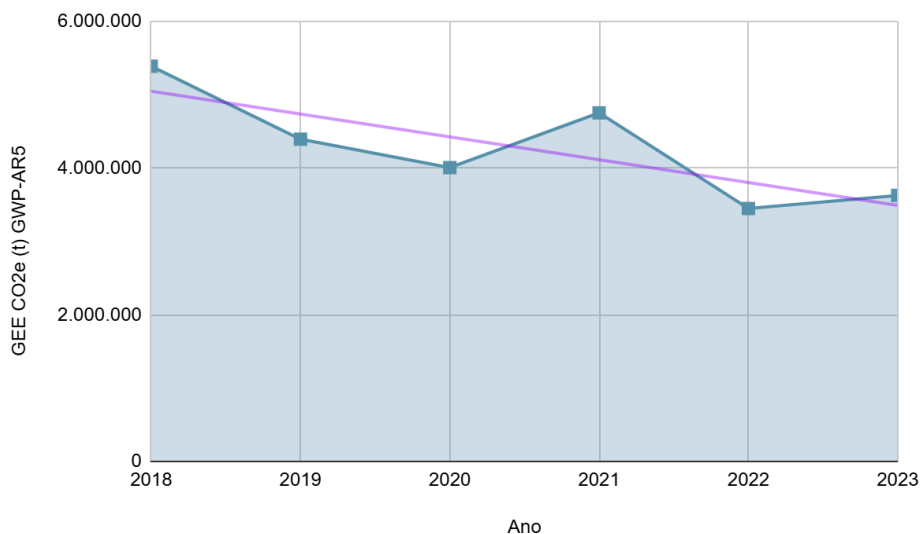
O setor energético é aquele que é composto por empresas que transformam energia primária em secundária para que seja então distribuída e utilizada, no quadro abaixo há alguns exemplos, mas no geral são considerados os combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor de energia paraibano com a emissão dos GEE, entre 2018 a 2022, na plataforma SEEG. Levando em consideração o uso de combustíveis fósseis e outros, além do uso de energia gasto nesta produção. O quesito Transportes foi a categoria emissora mais evidente, tendo crescimento de 4,92% entre 2022 e 2023. Além disso, o setor de transporte foi responsável por 23,4% das emissões de Gases do Efeito Estufa no Estado da Paraíba no ano de 2023. Para mais informações sobre os outros setores, vide <<https://seeg.eco.br/>>.

¹³⁴ <https://seeg.eco.br/>



Gráfico 8.2.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo o setor de Energia

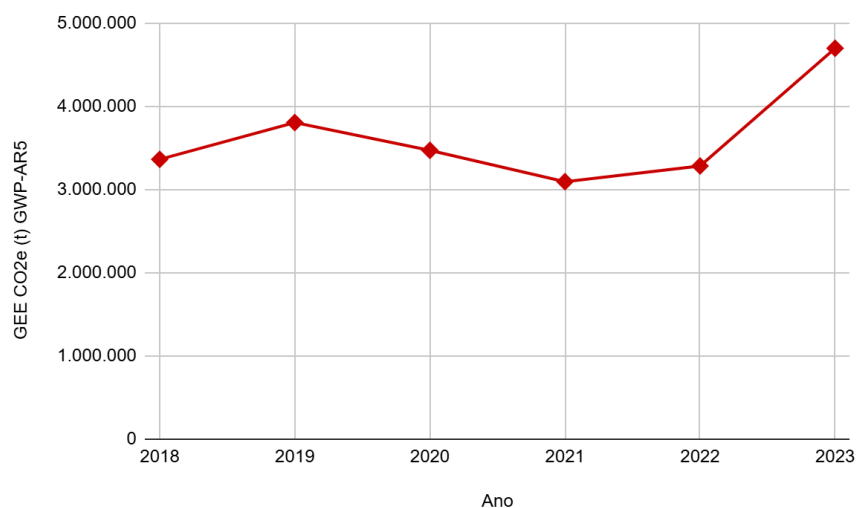


Fonte: SEEG (gráfico elaborado pelo ECD)

8.3. Mudanças de Uso da Terra e Florestas

Em relação às mudanças de uso da terra, que são referentes a alterações de áreas naturais, como florestas e locais com vegetação densa ou esparsa, em outras formas de uso, como agricultura, urbanização, mineração, entre outras. **No ano de 2023, esse tópico foi o maior liberador de GEE na Paraíba.**

Gráfico 8.3.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo o setor de Processos Industriais



Fonte: SEEG

Para mais informações sobre os dados citados acima, acessar a **Plataforma do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa** << <https://seeg.eco.br/> >>



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo traçar um panorama do contexto socioeconômico e ambiental do Estado da Paraíba, com o intuito de subsidiar a análise da Prestação de Contas Anual do Governo Estadual. Para tanto, foram utilizados **indicadores-chave de desempenho**, abrangendo diversas áreas temáticas, com dados referentes ao exercício de 2023 - 2024, além de informações comparativas de exercícios anteriores.

A análise evidencia a evolução do controle externo, que passa a incorporar, além da verificação formal da legalidade dos gastos públicos, a avaliação da efetividade, qualidade e impacto das políticas públicas sobre a sociedade e o bem-estar coletivo.

Conforme abordado ao longo do estudo, a adoção de um sistema de mensuração de desempenho baseado em indicadores mostra-se essencial para o aprimoramento da análise estratégica. Tal abordagem permite a identificação proativa de problemas estruturais, contribuindo para a correção de ineficiências persistentes e para a definição de novas diretrizes estratégicas. Ademais, fomenta o processo decisório, promove o aprendizado institucional e fortalece o controle social, por meio da ampliação da transparência e da responsabilização pelos resultados obtidos.

O estudo também enfatiza a importância dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os quais funcionam como um referencial global para o planejamento e monitoramento integrado das ações governamentais. Esses objetivos abrangem dimensões sociais, econômicas e ambientais, incentivando abordagens intersetoriais e colaborativas em prol do desenvolvimento sustentável.

Por fim, destaca-se que a análise proposta deve transcender a mera interpretação estática dos dados, incorporando a leitura de eventos críticos e de impactos conjunturais que possam influenciar os indicadores em determinados períodos. Esse enfoque é indispensável para o planejamento e execução de políticas públicas mais eficazes, capazes de reverter tendências adversas e promover ciclos virtuosos de desenvolvimento sustentável – condição especialmente relevante para o Estado da Paraíba, dada a coexistência de desafios estruturais e oportunidades significativas¹³⁵.

¹³⁵ Escrito com auxílio do chat gpt e revisado pela equipe do Espaço Cidadania Digital

